

Guia do Professor

REFLEXÕES

FILOSOFIA 10

AUTORAS

ISABEL BERNARDO

CATARINA VALE

› Planificações*

- Modelo de planos de aula
- Planificação anual
- Planificações a médio prazo

› Textos complementares

› Guiões/Grelhas-modelo para avaliação em sala de aula*

› Sugestões de correção

- Manual
- Caderno do Aluno

› Critérios de correção e cotação*

- Ficha de diagnóstico
- Fichas formativas

› Modelo de ficha de avaliação sumativa*

* Materiais disponíveis, em formato editável, em **20** AULA DIGITAL

ASA

Índice

Apresentação do projeto <i>Reflexões 10º</i>	2
• Manual – conceção, estrutura e recursos disponíveis.....	2
• Caderno do Aluno.....	4
• Guia do Professor.....	4
• 20 Aula Digital	5
Planos de Aula	7
• Proposta de plano de aula regular.....	8
• Proposta de plano de aula observada	11
Planificações	13
• Planificação anual	14
• Planificações a médio prazo	20
Textos complementares	39
• Textos complementares.....	40
Modelos de grelhas/guiões	55
• Oralidade em situação de debate	56
• Problematização e argumentação.....	57
• Guião de trabalho.....	58
• Guião de exploração de recurso	59
• Avaliação de ensaio filosófico.....	60
Sugestões de correção	63
• Sugestões de correção do Manual.....	65
• Sugestões de correção do Caderno do Aluno	103
Avaliação	125
• Critérios de correção e cotação da ficha de diagnóstico e das fichas formativas	126
• Ficha sumativa – exemplo e critérios de correção e cotação	156

Apresentação do projeto **Reflexões 10º**

Reflexões – 10º ano – apresenta-se como um projeto que visa auxiliar tanto o trabalho do aluno como o do professor. Assenta numa conceção de didática e de avaliação em Filosofia que sustenta as opções tomadas tanto a nível da exploração dos conteúdos programáticos como das atividades letivas e de avaliação apresentadas.

- **Manual – conceção, estrutura e recursos disponíveis**

Com vista a que o Manual se apresente como um livro de apoio ao estudo do aluno, o **texto didático/explicativo** (onde se exploram os conceitos, problemas e teorias filosóficas) apresenta alguma extensão. Espera-se que o aluno, ao estudar autonomamente, possa ter os recursos explicativos necessários que lhe permitam adquirir conhecimentos, completar apontamentos recolhidos na aula, esclarecer dúvidas e realizar atividades de aprofundamento. Assim, ao longo do texto didático/explicativo, sempre que oportuno, estão inseridos **textos/citações de filósofos**, devidamente contextualizados e explicitados.

Enquanto instrumento de trabalho para o professor, são disponibilizados vários recursos para utilização. Exemplo disto são os vários **textos de apoio** selecionados, com respetivos **guiões de análise**, que, sem descurar o rigor científico, apresentam-se acessíveis aos alunos, ainda que o seu grau de dificuldade vá aumentando, tendo em conta o princípio da progressividade das aprendizagens estabelecido no *Programa de Filosofia* (doravante designado como *Programa*).

A análise dos conteúdos obedeceu às orientações do *Programa*, com as especificações que lhe foram introduzidas pelas *Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa das aprendizagens da disciplina de Filosofia*. Porém, também se considerou a exequibilidade da exploração dos conteúdos e das atividades propostas face ao tempo disponível. Ainda que o professor possa ser livre de, com os conteúdos disponíveis, ajustar as planificações (que estão disponíveis em formato editável em **20 AULA DIGITAL**) às suas condições específicas de trabalho, os conteúdos propostos no Manual não excedem o que previsivelmente um professor trabalhará em sala de aula com os alunos.

O Manual está organizado uniformemente para uma utilização mais fácil e intuitiva. À estruturação em unidade, capítulo e secção (à exceção da Unidade I que apenas apresenta secções), acrescentam-se as seguintes rubricas:

- **Textos complementares**, com respetivos **guiões de análise** – No final de cada tema são apresentados textos de filósofos para apoio aos conteúdos abordados. Estes recursos, a utilizar pelo professor, são complementados por outros que estão disponíveis no Caderno do Aluno, no Guia do Professor ou em **20 AULA DIGITAL**.
- **Atividades de revisão, aplicação e discussão** – Propostas de atividades de revisão, aplicação e discussão, formuladas a partir das competências do

trabalho filosófico: conceptualizar, problematizar e argumentar. Para todas as atividades propostas no Manual, existem, no **Guia do Professor**, sugestões de correção.

- **Sugestões de leitura** - No final de cada secção ou de cada capítulo são indicadas aos alunos sugestões de leitura constituídas por textos, disponíveis em suporte de papel e digital. Sempre que oportuno, também se sugere o visionamento de filmes tematicamente afins com os conteúdos abordados. Estas sugestões foram feitas tendo em conta a sua acessibilidade nas bibliotecas escolares.
- **Ficha de avaliação de diagnóstico e fichas de avaliação formativas.**

O Manual apresenta ainda um conjunto de instrumentos de apoio ao estudo do aluno:

- **Glossário** (disponível em cada um dos volumes do Manual)

Presidiram à construção das definições apresentadas no glossário as seguintes preocupações: rigor, seleção das ideias pertinentes face aos conteúdos a serem explorados na disciplina de Filosofia ao longo do 10.º ano e adequação ao nível de desenvolvimento linguístico e cognitivo do aluno.

- **Como estudar em Filosofia?**

Apêndice ao Volume 1 do Manual. Este recurso visa dar ao aluno indicações nucleares que podem constituir a base para o sucesso das suas aprendizagens. Nestas indicações procurou-se, para além de orientações que são transversais a todas as disciplinas, focalizar elementos que estejam em consonância com uma metodologia de trabalho mais especificamente filosófica, a utilizar em sala de aula, para que o aluno interiorize conceitos instrumentais como os de **conceptualizar, problematizar e argumentar**. Procurou-se ainda ter em consideração alguns dos objetivos gerais do *Programa*, nomeadamente os que visam permitir ao aluno adquirir hábitos de estudo e de trabalho autónomos, o desenvolvimento de atitudes de honestidade e de rigor intelectuais, assim como vários dos previstos no ponto C.1 e C.3 (Domínio das competências, métodos e instrumentos) dos objetivos gerais do *Programa*.

- **Como elaborar um ensaio filosófico?**

Apêndice ao Volume 2 do Manual. Indica o *Programa* que, no final do 11.º ano de escolaridade, o aluno deve ser capaz de elaborar pequenos textos argumentativos, centrando-os em problemas filosóficos sobre os quais seja capaz de investigar e de relacionar com os conteúdos programáticos analisados na disciplina. Estas indicações podem subsumir-se à ideia de que se pretende que os alunos, com a devida adaptação ao seu desenvolvimento escolar, sejam capazes de realizar pequenos ensaios filosóficos. Será mais

fácil para o aluno se, desde o 10º ano, lhe forem apresentadas, de modo claro, as etapas que deve percorrer e a estrutura que deve ter em consideração na elaboração de um ensaio filosófico. É certo que a estrutura apresentada pode ser sujeita a discussão, podendo ser complexificada, mas é necessário não esquecer que o trabalho solicitado ao aluno tem de estar de acordo com aquilo que ele pode alcançar. Numa lógica de progressão das aprendizagens e de treino, com vista ao desenvolvimento de competências cada vez mais complexas, a interiorização da estrutura apresentada pode transformar cada produção escrita de maior fôlego num miniensaio e o professor pode, sistematicamente, orientar o aluno na aquisição e consolidação das competências pretendidas.

- **Marcador Palavras-Chave**

Listagem de verbos introdutórios de enunciados/questões que poderá acompanhar o aluno ao longo do Manual uma vez que está inscrito num marcador. As tabelas apresentadas com os verbos, sua explicação e exemplificação têm por objetivo proporcionar ao aluno e ao professor uma linguagem comum, tão rigorosa quanto possível, que permita delimitar o âmbito e a extensão das respostas que o professor pretende ao questionar o aluno.

- **Caderno do Aluno**

O Caderno do Aluno é um instrumento que completa o trabalho do aluno através de:

- **Textos complementares** sobre os conteúdos explorados no Manual, com maior grau de aprofundamento e, em alguns casos, de complexidade. A leitura destes textos está orientada por guiões de análise.
- **Fichas de trabalho** com atividades de revisão, aplicação e discussão. Estas atividades estão organizadas em fichas destacáveis, associadas aos temas do Manual, com espaços para resposta, o que permite ao aluno realizar as tarefas na aula ou em casa, entregar a ficha resolvida ao professor e, posteriormente, arquivá-la no dossiê de disciplina após correção.

- **Guia do Professor**

Para além da descrição sumária do projeto e respetiva fundamentação, o Guia do Professor disponibiliza vários recursos e instrumentos de trabalho, na sua maioria em formato editável, em **20 AULA DIGITAL**, que pretendem auxiliar o professor na sua ação docente. Assim, são apresentados:

- **Modelos de planos de aula** para aula regular e para aula observada (decorrente do processo de avaliação a que o docente possa estar sujeito).
- **Planificação anual** e oito **planificações a médio prazo** de acordo com a proposta de datatização dos vários temas do *Programa*.

- **Textos complementares** que, tal como no Caderno do Aluno, são complementares aos usados no Manual, de acordo com as temáticas dos diferentes capítulos. O professor poderá, em função da heterogeneidade dos alunos e/ou das turmas, fazer uso dos mesmos. De referir que os textos aqui presentes (e que se juntam a outros ainda existentes na plataforma **20 AULA DIGITAL**) apresentam maior extensão e maior grau de dificuldade.
- **Modelos de grelhas/guiões** para avaliação dos alunos (auto ou heteroavaliação) das atividades realizadas em contexto de sala de aula.
- **Sugestões de correção do Manual** (dos guiões de análise dos textos e das atividades de revisão, aplicação e discussão) bem como **do Caderno do Aluno** (dos guiões de análise dos textos complementares e das fichas de trabalho).
- **CrITÉRIOS de correção e cotação** da ficha de diagnóstico e das fichas formativas presentes no Manual. Na aplicação dos critérios de correção são apresentados níveis de desempenho, com atribuição não contínua de pontuação, à semelhança das indicações de correção e de classificação estabelecidos pelo GAVE para os exames nacionais. São apresentados sempre 3 níveis, podendo o professor atribuir mais níveis de distribuição da pontuação. Também pode, à semelhança das indicações emanadas pelo GAVE, atribuir cotações intermédias entre os níveis definidos, de acordo com o grau de proficiência dos alunos. A pontuação máxima do nível 3 corresponde ao desempenho máximo, tanto no domínio dos conhecimentos e competências filosóficas como no domínio das competências linguísticas.
- **Ficha de avaliação sumativa** da Unidade I, com respetiva sugestão de correção e critérios de cotação.

• **20 AULA DIGITAL**

20 AULA DIGITAL é uma inovadora plataforma de apoio escolar que permite ao professor a fácil exploração do projeto *Reflexões* utilizando as novas tecnologias. Conjuga os múltiplos conteúdos multimédia do Manual com diversas funcionalidades interativas, criadas para apoiar o ensino e a aprendizagem na nova sala de aula.

- **Apresentações em PowerPoint** – Apresentações em *PowerPoint* permitem ao professor metodologias de exploração diferenciadas. Podem servir de base a uma aula mais expositiva ou de dispositivos didáticos para exercícios de conceptualização, problematização e argumentação que envolvam os alunos. Por serem editáveis, também podem ser modeladas conforme as necessidades do professor e das turmas.

- **Quadros Interativos Multimédia (QIM)** – Alguns dos recursos apresentados em *PowerPoint* foram adaptados para serem trabalhados em QIM, maximizando-se as potencialidades interativas do uso destes equipamentos e permitindo ao professor uma maior flexibilização da utilização dos recursos.
- **Esquemas de conteúdos** – Esquema interativo com sintetização dos conteúdos programáticos, apresentando duas versões, uma para o professor e outra para o aluno. A exploração destes esquemas faz-se através de uma rede de conceitos e definições, organizada em *pop-up* e apresentada através da desocultação de conceitos na versão do professor e por arrasto de conceitos na versão do aluno.
- **Conteúdos para impressão em acetato** – Disponibilizados em formato digital. O professor pode efetuar os ajustes que considerar necessário e pode imprimir o documento numa transparência. Claro que, se tiver equipamentos disponíveis, pode simplesmente projetar a partir de um computador.
- **Animações** – Exploração dos conteúdos programáticos de forma dinâmica e interativa.
- **Links** – Sugestão de informação complementar tendo por base *sites* de referência sobre as temáticas abordadas no Manual que o professor poderá apresentar em sala de aula caso tenha os recursos necessários.
- **Testes interativos** – Banco de questões interativas com correção automática. Apresentam versão do aluno e versão do professor.
- **Documentos** – Informações complementar para a prática educativa em formato editável. Neste item incluem-se os seguintes recursos:
 - bancos de questões para uso dos professores em sala de aula (com cerca de 100 questões);
 - bibliografia (por unidade/capítulo);
 - documentos de apoio/enquadramento dos *links*;
 - fundamentação da avaliação;
 - grelhas/guiões de apoio à avaliação em sala de aula;
 - guiões de exploração de *PowerPoint*;
 - guiões de visionamento de filmes;
 - modelos de planos de aula;
 - planificações a médio prazo;
 - textos complementares aos textos apresentados no Manual e no Caderno do Aluno.

1

Planos de aula

Estes materiais encontram-se
disponíveis em formato editável, em

20 AULA DIGITAL

Disponibilizam-se dois modelos de planificação de aulas – plano de aula regular e plano de aula observada. A razão da diferença entre os dois planos prende-se com a necessidade de o professor apresentar, em situação de avaliação de desempenho, um plano de aula que lhe permita enquadrar essa aula específica no conjunto mais alargado da sua atividade, de forma a tornar mais clara a intencionalidade da sua ação e o contexto em que ela se desenrola.

• Plano de aula regular

A disponibilização do plano de aula regular prende-se com o facto de se considerar vantajoso para qualquer docente ter uma matriz a partir da qual possa produzir documentos uniformizados que sistematizem os elementos fundamentais de um plano de aula. Dado apresentar formato editável em **20 AULA DIGITAL**, o professor pode efetuar os ajustes que entender necessários para planificar uma sequência de aulas ou redefinir algum dos seus campos. O preenchimento de parte dos campos propostos pode ser efetuado com base no Manual (cada tema inicia com sumário, os objetivos específicos e conceitos) e nas planificações a médio prazo (onde se incluem os recursos, as atividades e as competências especialmente visadas).

• Cabeçalho

Este campo pode ser personalizado de acordo com os elementos identificativos da escola e do docente. A identificação da turma permite também a produção de um plano efetivamente ajustado à realidade daquele grupo-turma, uma vez que as opções estratégicas do professor se efetuam de acordo com essa realidade, nomeadamente ao nível das atividades e recursos e respetivos graus de complexidade. Nas planificações existem recursos A e B, que permitem as combinações efetivas que o professor considerar mais adequadas.

• Sumário

Este campo destina-se ao registo dos itens programáticos que serão alvo de desenvolvimento naquela aula, o que permite ao professor delimitar o âmbito da sua ação naquele tempo letivo. Apesar de no Manual se encontrar disponível, no início de cada tema, um sumário, que tem correspondência na planificação a médio prazo respetiva, o professor pode modelar o sumário por aula, nomeadamente através de uma maior especificação dos conteúdos, se assim o entender.

• Competências visadas

Este campo possibilita o registo das competências filosóficas que se pretende que os alunos adquiram/potenciem de acordo com os objetivos, atividades e recursos. Por exemplo, para o problema do livre-arbítrio, o professor deve definir se pretende que o aluno o identifique, o saiba distinguir de outros problemas ou ainda se é capaz de mostrar a razão da sua importância. Pode ainda pretender desenvolver a capacidade de utilização dos conceitos instrumentais ou metodológicos definidos no *Programa*.

• Conceitos

Este campo possibilita a identificação dos conceitos a explorar no âmbito do plano de aula. Estes podem ser específicos (filosofia, razão, argumento, ...) ou transversais/gerais (empírico, dúvida, teoria, ...). Desejavelmente, deverá reproduzir a sequência da abordagem efetuada ao longo da aula de modo a contribuir para o estabelecimento de articulações entre os conceitos (semelhança, oposição, ...).

- **Objetivos específicos**

Este campo permite enunciar as finalidades a atingir pelos alunos, associadas à concretização daquele sumário, a partir das quais o professor define conteúdos/conceitos, estratégias, materiais e avaliação. É com base na formulação dos objetivos que se estabelece a articulação entre os diferentes elementos da planificação da aula, isto é, que se define o “para quê?” do processo de ensino-aprendizagem. Caso tal não aconteça, a coerência da aula pode ser ameaçada. Por exemplo, existirá falta de articulação se se definir que o aluno deve ser capaz de formular o problema do livre -arbitrio e explicar em que consiste e depois contemplar como atividade da aula apenas uma exposição oral a efetuar pelo professor. Esta opção comprometerá também a aquisição e desenvolvimento das competências filosóficas dos alunos definidas pelo programa da disciplina. A definição dos objetivos deve igualmente revelar-se adequada ao grau de desenvolvimento intelectual, à maturidade, ao nível cultural e aos pré-requisitos dos alunos.

- **Atividades**

Este campo destina-se a identificar e delimitar as estratégias com indicações precisas acerca do modo como o professor vai implementar o plano, por exemplo, se vai efetuar uma exposição ou uma análise metódica de texto, exercícios de conceptualização ou de argumentação, individualmente, a pares ou em grande grupo e com ou sem a realização de produções escritas.

- **Recursos**

Este campo destina-se à sequenciação dos documentos a utilizar no decurso da aula de forma articulada com as atividades, pelo que o seu registo deverá ter em conta uma leitura horizontal da informação com o campo anterior. O professor poderá usar um sistema de numeração dos documentos e registar, de forma breve, a sua tipologia (transparência, imagem fixa, *PowerPoint*, guião a ser explorado, texto do Manual e respetiva localização, grelha de registo, ...).

- **Avaliação**

Este campo destina-se a contemplar as atividades de avaliação a efetuar com os alunos e deverá fazer referência aos tipos (formativa, sumativa, oral, escrita, ...), aos instrumentos (ficha de trabalho, intervenção oral, participação em recursos, ...) e aos critérios de avaliação adequados à articulação “competências visadas” com “objetivos específicos a atingir” (exemplo: *seleciona informação pertinente para caracterizar o conceito Y.*)

- **Ideias a explorar**

Este campo destina-se a registar o conjunto das ideias centrais da aula, ou seja, aquelas que se pretende que cada aluno seja capaz de apresentar após a implementação do plano de aula. As ideias a explorar devem ser possíveis de atingir através das atividades e recursos selecionados. Podem constituir uma súmula do desenvolvimento programático que cada plano de aula regular pretende implementar.

O registo das ideias a explorar no plano de aula facilita a orientação do trabalho oral em grande grupo, dando sempre ao professor um guia do que se pretende atingir, nomeadamente através de atividades de forte interação aluno-aluno / professor-aluno, como debates, produções escritas individuais ou a pares, seguidas de apresentação em grande grupo, debates estruturados, entre outras.

Proposta de plano de aula regular

Símbolo escola / agrupamento	Escola / Agrupamento de Escolas		
	Professor(a) _____		
	Departamento _____		
	Turma 10º _____	Aula nº _____	Disciplina: Filosofia – 10º ano
Data: ____/____/201__	Hora: ____ - ____		
Sumário:			
Competências visadas		Conceitos	
Objetivos específicos	Atividades	Recursos	Avaliação
Ideias a explorar			

• Plano de aula observada

O modelo de grelha de planificação de aula observada apresenta apenas uma proposta de elementos a contemplar e respetiva distribuição espacial.

Dado estar disponível em formato editável, em **20 AULA DIGITAL**, o professor em avaliação pode efetuar os ajustes que entender necessários, nomeadamente integrar as orientações da respetiva escola/agrupamento. Caso não tenha acesso a um modelo específico do seu estabelecimento de ensino, fica aqui a nossa sugestão.

• Localização da temática a explorar no programa da disciplina

Este campo permite a localização do tema da aula na estrutura do programa da disciplina através da referência à unidade e capítulo respetivos, o que possibilita desde logo que o avaliador se posicione face ao programa.

• Enquadramento no desenvolvimento programático

Este campo possibilita ao professor enquadrar a sua ação daquela aula em particular no conjunto da sua prática letiva e no respetivo desenvolvimento programático. Assim sendo, considera-se vantajoso que o professor contextualize os conteúdos que vai explorar, articulando-os com os anteriormente lecionados. Da mesma forma, poderá explicitar qual o ponto de chegada que pretende atingir com a presente exploração temática por forma a evidenciar o nexo causal entre as matérias em análise.

• Fundamentação das opções pedagógicas e didáticas

Também este campo visa evidenciar a intencionalidade do professor face a um avaliador externo que desconhece as suas práticas específicas, o contexto daquela turma e o trabalho em concreto que tem sido desenvolvido. Neste campo o professor pode explicar as razões pelas quais está a desenvolver um determinado conteúdo científico com aquela sequência e não outra, os motivos que o levaram a selecionar aquele conjunto de recursos e de atividades, nomeadamente a sua articulação com as competências especialmente visadas, entre outros aspetos.

• Avaliação

No caso da aula observada, para além dos aspetos a registar numa aula regular, o professor pode considerar oportuno comunicar ao avaliador externo aspetos específicos dos critérios de avaliação implementados na escola.

• Distribuição do tempo letivo

Este campo efetua uma previsão da gestão da aula do ponto de vista do tempo. Tendo em conta as atividades definidas, o professor prevê o tempo aproximado necessário à sua implementação, desejavelmente por excesso (é preferível prever mais 3 minutos e conseguir avançar antes disso do que o contrário). Convém recordar que devem ser previstos tempos específicos para o lançamento e o encerramento da aula para que seja apresentado aos alunos o que se pretende atingir assim como ser efetuada a sistematização final do lecionado e, eventualmente, até lançar a aula/atividade seguinte.

A explicitação dos campos **competências visadas, conceitos, objetivos específicos, atividades, recursos e ideias a explorar** decorre da já efetuada na explicitação do plano de aula regular (confrontar pp. 8-9).

Proposta de plano de aula observada

Símbolo escola / agrupamento	Escola / Agrupamento de Escolas			
	Professor(a) _____ Departamento _____		Avaliador(a) externo(a) _____	
	Turma 10º _____	Aula nº _____ Nº Alunos _____	Disciplina: Filosofia – 10º ano	
	Data: ____/____/ 201__	Data: ____/____/ 201__		
Unidade: Capítulo:				
ENQUADRAMENTO NO DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO:				
FUNDAMENTAÇÃO DAS OPÇÕES PEDAGÓGICAS E DIDÁTICAS:				
Competências visadas			Conceitos	
Objetivos específicos	Atividades	Recursos	Avaliação	Tempo
Ideias a explorar				

O/A professor(a) avaliado(a): _____

2

PLANIFICAÇÕES

- **Planificação anual**
- **Planificações a médio prazo**

Planificação anual		
Escola / Agrupamento de Escolas: _____ Turma: _____ Ano letivo: _____		
Conteúdos	Objetivos específicos	
1. O que é a filosofia? Uma noção inicial. 1.1. A filosofia como procura racional e interpretativa de conhecimento e de saber. 1.2. A filosofia como atividade conceptual e crítica.	– Caracterizar a filosofia como uma atividade racional com duas dimensões: teórica (interpretar e compreender o real, produzindo um conhecimento) e prática (dar um sentido, uma orientação à vida humana a partir do conhecimento produzido). – Explicar a importância da reflexão sobre conceitos na atividade filosófica. – Clarificar a atividade filosófica como uma atividade crítica.	
2. Quais são as questões da filosofia? A especificidade do questionamento filosófico. 2.1. As características da pergunta filosófica. 2.2. As perguntas filosóficas e as áreas da filosofia.	– Determinar as características específicas das questões filosóficas como questões não empíricas, abertas e englobantes, para as quais se procuram respostas racionais e não soluções. – Distinguir questões filosóficas de questões não filosóficas. – Identificar as principais áreas (disciplinas) do perguntar filosófico e os problemas filosóficos dominantes que lhe estão associados.	
3. Como trabalha o filósofo? O método discursivo da filosofia. 3.1. A razão filosófica como uma razão argumentativa. 3.2. Teses, argumentos e contra-argumentos. 3.3. Critérios para avaliar argumentos.	– Aprender que a teoria filosófica é uma posição ou perspectiva que necessita de uma fundamentação racional. – Compreender que a argumentação racional e crítica é o modo segundo o qual o filósofo procura sustentar a verdade das suas teorias. – Explicitar em que consiste uma argumentação filosófica. – Clarificar os conceitos de argumentação, tese, argumento, contra-argumento e objeção. – Enunciar critérios básicos para avaliar argumentos. – Aplicar / operacionalizar os conceitos apreendidos.	
4. Porque se estuda filosofia? 4.1. A ousadia de saber pensar por si.	– Compreender a importância do aprender a filosofar para o desenvolvimento de um pensamento autónomo.	
5. Quais foram os primeiros filósofos? 5.1. O nascimento da filosofia. 5.2. Contributos dos primeiros filósofos para uma atitude e questionamento filosóficos.	– Aprender as características essenciais do pensamento dos primeiros filósofos. – Destacar de que forma as interrogações e o pensamento dos primeiros filósofos são expressão da atitude e do questionamento filosóficos.	

Nota: A relação mais detalhada entre os conteúdos, objetivos específicos, conceitos, recursos e objetivos gerais da disciplina será realizada nas planificações a médio prazo.

Conteúdos	Objetivos específicos
CAPÍTULO 1 - A AÇÃO HUMANA – ANÁLISE E COMPREENSÃO DO AGIR 1. A filosofia da ação e o problema da delimitação do conceito de ação. 1.1. O que caracteriza o ato especificamente humano? 1.2. Rede conceitual da ação. 1.2.1. Acontecimentos, ações e agentes. 1.2.2. Atos conscientes e inconscientes, voluntários e involuntários. 1.2.3. Agente, motivo e intenção. 1.2.4. Deliberação, decisão racional e escolha.	– Localizar a compreensão do agir humano na filosofia da ação. – Formular o problema da conceptualização da ação humana. – Estabelecer a rede conceitual da ação, permitindo a compreensão das características específicas da ação humana. – Distinguir acontecimentos de ações. – Realçar a importância do agente, da vontade e da consciência para a clarificação da especificidade da ação. – Caracterizar e relacionar os conceitos de agente, motivo e intenção. – Distinguir motivo de intenção. – Clarificar e relacionar os conceitos de deliberação, decisão racional e escolha.
2. Determinismo e liberdade na ação humana. 2.1. É o homem livre? O problema do livre-arbítrio. 2.1.1. Causalidade e livre-arbítrio. 2.2. Posições compatibilistas e incompatibilistas sobre o problema do livre-arbítrio. 2.2.1. O compatibilismo – a causalidade externa da ação humana e as condicionantes da ação humana. 2.2.2. O determinismo radical e a negação do livre-arbítrio. 2.2.3. O libertismo e a afirmação do livre-arbítrio. 2.3. O problema do livre-arbítrio como um problema em aberto e com interesse prático.	– Questionar a conceção de homem como ser dotado de liberdade. – Clarificar o conceito de ação livre ou livre-arbítrio e em que consiste o problema do livre-arbítrio. – Explicitar as noções de causa, de causalidade e de determinismo causal e a sua relação com o problema do livre-arbítrio. – Clarificar em que consistem as posições compatibilista e incompatibilista. – Enunciar os argumentos que sustentam a posição compatibilista, sob a forma de determinismo moderado. – Explicitar em que consistem as condicionantes da ação humana. – Identificar objeções à posição compatibilista. – Mostrar porque é o determinismo radical incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio. – Formular os argumentos e objeções relativos ao determinismo radical. – Mostrar porque é o libertismo incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio. – Formular os argumentos e objeções relativos ao libertismo. – Explicar porque é que, para alguns autores, o problema do livre-arbítrio permanece em aberto e porque é que a resposta a este problema tem um interesse prático.

Conteúdos	Objetivos específicos
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE E COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA VALORATIVA 1. Como agir? Os valores e a análise e compreensão da experiência valorativa. 1.1. Experiência axiológica e noção de valor. 1.2. Diversidade, polaridade e hierarquia dos valores. 1.3. Juízos de facto e juízos de valor. 1.4. Qual a natureza dos valores? 1.4.1. Subjetividade e objetividade dos juízos de valor. 1.4.2. O critério antropológico e a possibilidade de critérios universais.	– Estabelecer a relação entre ação e valores. – Clarificar os conceitos de axiologia, experiência axiológica e valor, compreendendo a dimensão valorativa da experiência e da ação humanas. – Determinar diferentes categorias de valores. – Clarificar em que consiste a polarização e a hierarquia dos valores (tábuas de valores). – Relacionar a diversidade da experiência valorativa com a diversidade de percursos da ação humana. – Distinguir juízo de facto de juízo de valor. – Formular o problema da natureza dos valores. – Clarificar os conceitos de objetivismo e subjetivismo axiológico e as respetivas posições relativas à natureza dos valores. – Inferir as consequências do subjetivismo axiológico: relativismo e a necessidade de critérios trans-subjetivos de valoração. – Problematicar a coexistência do subjetivismo axiológico e da existência de cartas internacionais de direitos humanos. – Enunciar o critério antropológico como a base de identificação de valores universais.
2. Como podemos viver todos juntos? Valores, cultura e diversidade cultural. 2.1. O homem, a cultura e os valores. 2.2. Padrões de cultura e identidade cultural. 2.3. Globalização e diferentes situações face à diversidade cultural. 2.3.1. O monoculturalismo e o etnocentrismo. 2.3.2. Multiculturalismo, relativismo cultural e limites do relativismo cultural. 2.3.3. A tolerância e os limites da tolerância. 2.3.4. Interculturalismo e o diálogo intercultural.	– Estabelecer uma noção de cultura, compreendendo a cultura como espaço de realização da humanidade. – Relacionar os conceitos de cultura e valor. – Exemplificar a diversidade cultural, identificando diferentes marcas culturais expressas em diferentes padrões culturais. – Definir e relacionar os conceitos de padrão cultural e de identidade cultural. – Clarificar o conceito de globalização, distinguindo diferentes formas de globalização. – Relacionar globalização, diversidade cultural e conflitos entre culturas. – Identificar, distinguir e caracterizar diferentes posições contemporâneas face à diversidade cultural. – Definir e problematizar as posições do etnocentrismo e do monoculturalismo. – Caracterizar o multiculturalismo. – Relacionar a realidade multicultural com o relativismo cultural, enunciando as teses e os argumentos que sustentam a posição do relativismo cultural. – Problematicar os limites do relativismo cultural. – Definir o conceito de tolerância, distinguindo-o do de relativismo cultural. – Problematicar as possibilidades e os limites da tolerância. – Destacar as teses e os argumentos que defendem o diálogo intercultural. – Problematicar as possibilidades e os limites do diálogo intercultural.

Conteúdos	Objetivos específicos
CAPÍTULO 3 – DIMENSÕES DA AÇÃO HUMANA E DOS VALORES 1. A experiência convivencial. 1.1. Porque são necessárias normas morais? A experiência convivencial e a necessidade da norma moral. 1.2. Por que razões devemos agir moralmente? A intenção ética. 1.2.1. A universalidade do juízo ético. 1.2.2. A responsabilidade ética e a necessidade da fundamentação da moral. 2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral. 2.1. A ética deontológica de Kant – uma ética do dever. 2.1.1. Características gerais da ética kantiana. 2.1.2. A vontade boa. 2.1.3. O imperativo categórico. 2.1.4. A dignidade do homem como fundamento do imperativo categórico. 2.1.5. Análise crítica da ética kantiana: a dificuldade da aplicabilidade de regras morais absolutas. 2.1.6. O legado da ética kantiana. 2.2. A ética consequencialista de John Stuart Mill – uma ética da utilidade 2.2.1. Características gerais da ética de Mill. 2.2.2. Os princípios da ética utilitarista: a felicidade para o maior número e o princípio da imparcialidade 2.2.3. Análise crítica da ética utilitarista de Mill.	– Determinar a importância da experiência convivencial para o homem, reconhecendo a necessidade de normas orientadoras da experiência convivencial. – Clarificar os conceitos de norma moral e de consciência moral. – Explicitar os conceitos de moral e de ética. – Estabelecer a distinção entre norma moral e intenção ética. – Mostrar que o juízo moral ou juízo ético implica a passagem do interesse pessoal, particular ao juízo universal. – Clarificar o conceito de responsabilidade ética. – Justificar a necessidade de uma fundamentação da moral. – Confrontar posições filosóficas distintas sobre a fundamentação da ação moral. – Clarificar de que modo responde Kant ao problema da fundamentação da moral. – Explicar porque é que a ética kantiana é uma ética deontológica. – Clarificar o papel da razão na ética kantiana. – Explicitar em que consiste, segundo Kant, uma vontade boa e o imperativo categórico. – Explicar porque é que, segundo Kant, a dignidade do homem é o fundamento basilar do imperativo categórico. – Justificar porque é o imperativo categórico um princípio moral absoluto. – Avaliar criticamente os fundamentos da ética kantiana, problematizando a possibilidade de princípios morais absolutos. – Identificar o legado do pensamento ético kantiano: a necessidade de fundamentar a ação moral em princípios racionais. – Explicar porque a ética de Stuart Mill é uma ética utilitarista, consequencialista e hedonista. – Explicitar os princípios morais da ética utilitarista. – Avaliar criticamente a posição de Mill, identificando quais as principais objeções que lhe são dirigidas. – Apreender de que forma o utilitarismo procurou superar algumas das críticas formuladas.
3. Ética, direito e política. 3.1. Porque é necessário o poder político? 3.1.1. O poder e o poder político. 3.1.2. A ética e o direito – normas morais e normas jurídicas. 3.1.3. O Estado e o exercício legítimo do poder político. 3.2. Qual a razão para nos submetermos à autoridade do Estado? A conceção moderna de Estado em John Locke. 3.2.1. Os homens como seres naturalmente livres e iguais. 3.2.2. A organização política como resultado de um contrato social voluntário. 3.2.3. A importância da filosofia política de Locke. 3.2.4. Crítica à ideia de contrato social. 3.3. É legítimo desobedecer ao Estado? 3.3.1. O ato de desobediência civil.	– Delimitar a área de trabalho da filosofia do direito e da filosofia política. – Clarificar os conceitos de poder e de poder político. – Estabelecer a diferença entre ética (normas morais) e direito (normas jurídicas). – Clarificar o conceito de Estado. – Explicitar os aspetos centrais da teoria de Locke sobre o Estado. – Avaliar criticamente a teoria de Locke. – Delimitar o conceito de desobediência civil e as circunstâncias em que a desobediência civil é aceitável.

Unidade II – A ação humana e os valores		
Conteúdos	Objetivos específicos	
3.4. Como é possível uma sociedade justa? 3.4.1. John Rawls e os princípios de uma sociedade justa. 3.4.2. A posição original, o véu de ignorância e uma concepção de justiça como equidade. 3.4.3. Os princípios de justiça. 3.4.4. A crítica de Nozick à teoria de justiça de Rawls.	– Clarificar e formular o problema da necessidade de uma sociedade justa. – Justificar porque é contratualista a concepção de Rawls sobre a justiça e porque defende Rawls uma concepção de justiça como equidade. – Mostrar de que forma Rawls infere os princípios de justiça a partir da posição original sob "o véu de ignorância". – Explicitar em que consiste cada um dos princípios de justiça propostos por Rawls. – Avaliar criticamente a teoria da justiça de Rawls. – Confrontar a teoria da justiça de Rawls com objeções que lhe foram dirigidas. – Enunciar a crítica de Nozick aos princípios da justiça de Rawls.	
4. Análise e compreensão da experiência estética. 4.1. A experiência e o juízo estéticos. 4.1.1. A estética e a filosofia da arte. 4.1.2. A especificidade da experiência estética. 4.1.3. As modalidades da experiência estética. 4.1.4. A natureza do juízo estético: o objetivismo e o subjetivismo estéticos. 4.2. A criação artística e a obra de arte. 4.2.1. O processo criativo. 4.2.2. O problema da definição da obra de arte. 4.2.3. A teoria da imitação: a arte como imitação. 4.2.4. A teoria expressivista: a arte como expressão. 4.2.5. A teoria formalista: a arte como forma. 4.3. A arte: conhecimento, produção e consumo 4.3.1. A função cognitiva da obra de arte. 4.3.2. A industrialização da estética na sociedade contemporânea. 4.3.3. A obra de arte: objeto produzido – valor no mercado.	– Clarificar os conceitos de estética e de filosofia da arte. – Delimitar as noções de beleza e de sublime. – Caracterizar as noções de experiência, sensibilidade e atitude estéticas. – Apresentar as diferentes modalidades da experiência estética. – Formular o problema da natureza dos juízos estéticos. – Enunciar a tese e os argumentos do objetivismo estético. – Apresentar a tese e os argumentos do subjetivismo estético. – Clarificar o subjetivismo estético kantiano. – Caracterizar o processo criativo. – Problematicar a noção de obra de arte. – Enunciar as teses e os argumentos das teorias da arte como imitação, como expressão e como forma. – Formular objeções às diferentes teorias da arte. – Caracterizar o cognitivismo estético. – Identificar fenômenos de massificação de produção e consumo da experiência estética. – Estabelecer a relação entre a arte e o valor econômico das obras de arte.	
5. Análise e compreensão da experiência religiosa. 5.1. A religião e o sentido da existência – a experiência da finitude e a abertura à transcendência. 5.1.1. O conceito de religião. 5.1.2. Características da experiência religiosa. 5.1.3. A experiência religiosa enquanto experiência do transcendente e do absoluto. 5.1.4. O sentido da existência e a vivência pessoal da religião. 5.2. Religião, fé e razão. 5.2.1. A relação entre a razão e a fé. 5.2.2. Argumentos a favor da existência de Deus. 5.3. Fé, razão e tolerância.	– Clarificar o conceito de religião. – Caracterizar a experiência religiosa. – Clarificar a experiência religiosa enquanto experiência do absoluto e do transcendente. – Esclarecer a relação entre o transcendente e o sentido da existência. – Explicar porque se coloca a questão do sentido da existência. – Articular o sentido da existência com a vivência pessoal da religião. – Discutir a possibilidade de a religião responder à questão do sentido da existência. – Distinguir respostas sobre a possibilidade de justificar racionalmente a existência de Deus. – Formular diferentes argumentos relativos às provas da existência de Deus. – Enunciar objeções aos argumentos ontológico e cosmológico. – Delimitar o problema da relação entre povos e culturas a partir da experiência religiosa. – Analisar as bases de uma razão tolerante face às diversas vivências religiosas. – Explorar a argumentação de John Locke sobre a tolerância religiosa. – Levantar a problemática dos limites da tolerância religiosa.	

Conteúdos	Objetivos específicos
CAPÍTULO 4 – TEMAS/PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO 1. Direitos humanos e globalização: temos obrigações morais para com os mais pobres? 1.1. Dignidade humana e direitos humanos. 1.1.1. A dignidade humana impõe princípios éticos à ação humana. 1.2. O problema da pobreza extrema. 1.3. A obrigação de ajudar, segundo Peter Singer. 1.4. A obrigação de erradicar a pobreza extrema, segundo Thomas Pogge. 1.4.1. A política dos divididos dos recursos naturais.	– Estabelecer a relação entre a noção de dignidade humana e a importância moral dos direitos humanos. – Clarificar em que consiste o problema da pobreza extrema. – Analisar a tese e os argumentos de Peter Singer que fundamentam a obrigação moral de ajudar os mais pobres. – Explorar a tese e os argumentos de Thomas Pogge que fundamentam a obrigação moral de erradicar a pobreza extrema.
2. Responsabilidade ecológica: podem os animais ser objeto de consideração moral? 2.1. Consideração moral por animais. 2.2. Tom Regan e o valor inerente dos animais. 2.3. Peter Singer e a igual consideração dos interesses dos animais. 2.3.1. Não provocar sofrimento aos animais. 2.3.2. O mal de matar os animais.	– Delimitar o problema da consideração moral pelos animais. – Explicitar a posição de Tom Regan em relação ao valor moral dos animais. – Clarificar o conceito de especismo em Peter Singer. – Apresentar a posição de Peter Singer sobre a igual consideração dos interesses dos animais.

Unidade II – A ação humana e os valores

• Planificações a médio prazo

As planificações a médio prazo obedecem a uma matriz mínima que pode ser adequada ao trabalho em concreto de cada professor e ao seu contexto profissional. Desta matriz mínima fazem parte os seguintes elementos.

• Objetivos gerais do programa

Em cada uma das planificações a médio prazo são identificados os objetivos gerais do *Programa* que são especificamente trabalhados com os alunos, em função dos temas a ser explorados e das atividades a ser desenvolvidas. Dado o princípio da progressividade das aprendizagens estabelecido no *Programa*, e atendendo a cada tema em estudo, a formulação desses objetivos poderá sofrer adaptações por relação ao estabelecido no *Programa*.

• Objetivos do Projeto Educativo da Escola

Conforme já argumentado, a disciplina de Filosofia desempenha, a par com as restantes disciplinas, um importante papel na formação dos alunos. Por isso ela pode, e deve, dar um contributo para a concretização do Projeto Educativo de cada escola, devendo ser transparente, para a comunidade onde se insere cada professor, de que forma o trabalho específico da Filosofia com os alunos é pensado no enquadramento mais geral da comunidade educativa. Por isso, na versão editável existe um campo, a ser preenchido por cada grupo de professores de Filosofia responsável pela execução da planificação, onde se podem registar objetivos do Projeto Educativo da Escola que podem ser alcançados com o trabalho específico da disciplina de Filosofia.

• Conteúdos

Na coluna dos “conteúdos” são identificados os temas e subtemas tal como são desenvolvidos no Manual. Na versão editável, os professores poderão, no entanto, efetuar as alterações que considerarem pertinentes. No final de cada planificação, são elencados os conceitos nucleares explorados explicitamente e que serão alvo direto de avaliação. São ainda identificados conceitos transversais, cuja delimitação foi efetuada nas margens do Manual, com remissão para o glossário, e cujo domínio pelo aluno é necessário para que efetue uma utilização rigorosa da linguagem científica específica da filosofia.

• Objetivos específicos

São formulados os objetivos que, na relação com os conteúdos e com as competências nucleares do trabalho filosófico, os alunos devem dominar, constituindo-se, assim, como indicações, para o aluno e para o professor, do que deve ser ensinado, adquirido e avaliado. Seccionado, a partir da versão editável, o conjunto das colunas “conteúdos” e “objetivos específicos”, pode funcionar como matriz para as fichas de avaliação que o professor pode facultar ao aluno em papel ou usando os meios de difusão eletrónica (por exemplo, a Plataforma *Moodle*, ou *e-Portfólio*).

• Atividades e recursos

O maior desafio e exercício de criatividade docente pode estar na definição das atividades que melhor se possam adequar às diferentes dinâmicas de relação ensino e aprendizagem que o contexto de cada turma cria. No entanto, as diferentes atividades a elaborar pelo docente terão sempre um referencial, que é o do trabalho especificamente filosófico.

Neste projeto são também apresentadas sugestões de atividades e sua relação com os recursos disponibilizados ao professor, nomeadamente os existentes no Manual, no Guia do Professor e em **20 AULA DIGITAL**. Estas atividades e recursos são meras sugestões, embora estejam pertinentemente adequadas ao Manual.

Sempre que oportuno, apresentam-se dois tipos de recursos possíveis (**A** e **B**) que estabelecem uma relação diferenciada entre as atividades e os recursos que o professor pode adaptar ao contexto turma. Estes percursos são meras sugestões não estanques, dado que os recursos são combináveis de múltiplas formas.

- **Avaliação**

A partir de algumas das atividades propostas surgem produções do aluno, escritas ou orais, que o professor pode avaliar formativa ou sumativamente. Considera-se, no entanto, que cabe aos professores a definição em concreto de quais os instrumentos que devem ser utilizados, uma vez que a maior ou menor diversificação dos instrumentos (por exemplo, a recolha e avaliação de produções escritas realizadas na aula) de avaliação depende também da disponibilidade do professor face à gestão do número de turmas, número de alunos por turma, número de níveis que leciona em cada ano letivo, outros cargos desempenhados na escola, entre outros fatores. Por isso, não há uma coluna específica para este item, podendo ser depois acrescentada na versão digital.

Escola / Agrupamento de Escolas: _____ Ano letivo: _____	
Objetivos gerais	
Domínio cognitivo 1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia. 1.1. Distinguir a racionalidade filosófica de outros tipos de racionalidade. 1.2. Reconhecer o trabalho filosófico como atividade interpretativa e argumentativa. 1.3. Identificar as principais áreas e problemas da Filosofia. 1.4. Situar o nascimento da filosofia no seu contexto histórico-cultural. 2. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico. 2.1. Adquirir instrumentos cognitivos, conceptuais e metodológicos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho filosófico. 2.2. Começar a desenvolver um pensamento autónomo e emancipado.	Domínio das competências, métodos e instrumentos 1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação. 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo. 1.2. Iniciar ao conhecimento e utilização criteriosas de fontes de informação. 1.3. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas. 2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação. 2.1. Reconhecer que os problemas são constitutivos e originários do ato de filosofar. 2.2. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual. 2.3. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais e transversais da Filosofia. 2.4. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa. 2.5. Iniciar às atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos. 3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica. 3.1. Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta. 3.2. Iniciar à escrita filosófica.
Domínio das atitudes e dos valores 1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social. 1.1. Consolidar hábitos de estudo e de trabalho autónomo. 1.2. Desenvolver atitudes de curiosidade, honestidade e rigor intelectuais.	

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
1. O que é a filosofia? Uma noção inicial 1.1. A filosofia como procura racional e interpretativa de conhecimento e de saber. 1.2. A filosofia como atividade conceptual e crítica.	- Caracterizar a filosofia como uma atividade racional com duas dimensões: teórica (interpretar e compreender o real, produzindo um conhecimento) e prática (dar um sentido, uma orientação à vida humana a partir do conhecimento produzido). - Explicar a importância da reflexão sobre conceitos na atividade filosófica. - Clarificar a atividade filosófica como uma atividade crítica.	Exercício de conceptualização a partir de análise metódica de texto.	Texto 1 Texto 2 Texto 3	Exercício de conceptualização a partir de análise metódica de excertos de texto.	PowerPoint - Iniciação à atividade filosófica (com guião de exploração)
2. Quais são as questões da filosofia? A especificidade do questionamento filosófico. 2.1. As características da pergunta filosófica. 2.2. As perguntas filosóficas e as áreas da filosofia.	- Determinar as características específicas das questões filosóficas como questões não empíricas, abertas e englobantes, para as quais se procuram respostas racionais e não soluções. - Distinguir questões filosóficas de questões não filosóficas. - Identificar as principais áreas (disciplinas) do perguntar filosófico e os problemas filosóficos dominantes que lhe estão associados.	Introdução expositiva. Análise metódica de texto (exercício de conceptualização). Exploração expositiva.	Texto 4	Introdução expositiva. Análise metódica de texto (exercício de conceptualização).	Texto 4 PowerPoint - As disciplinas ou áreas da filosofia
3. Como trabalha o filósofo? O método discursivo da filosofia. 3.1. A razão filosófica como uma razão argumentativa. 3.2. Teses, argumentos e contra-argumentos. 3.3. Critérios para avaliar argumentos.	- Aprender que a teoria filosófica é uma posição ou perspectiva que necessita de uma fundamentação racional. - Compreender que a argumentação racional e crítica é o modo segundo o qual o filósofo procura sustentar a verdade das suas teorias. - Explicitar em que consiste uma argumentação filosófica. - Clarificar os conceitos de argumentação, tese, argumento, contra-argumento e objeção. - Enunciar critérios básicos para avaliar argumentos. - Aplicar / operacionalizar os conceitos apreendidos.	Análise metódica de texto (exercício de conceptualização). Exercício de conceptualização a partir de exploração de esquema e de operacionalização com exercícios práticos.	Texto 5 PowerPoint - Como trabalha o filósofo? (com guião de exploração)	Análise metódica de texto (exercício de conceptualização). Exercício de conceptualização a partir de exploração de esquema e de operacionalização com exercícios práticos.	Texto 5 Quadro interativo multimédia - Como trabalha o filósofo?
4. Porque se estuda filosofia? 4.1. A ousadia de saber pensar por si.	- Compreender a importância de aprender a filosofar para o desenvolvimento de um pensamento autónomo.	Análise metódica de texto (exercício de argumentação).	Texto 6	O mesmo que A	O mesmo que A
5. Quais foram os primeiros filósofos? 5.1. O nascimento da filosofia. 5.2. Contributos dos primeiros filósofos para uma atitude e questionamento filosóficos.	- Aprender as características essenciais do pensamento dos primeiros filósofos. - Destacar de que forma as interrogações e o pensamento dos primeiros filósofos são expressão da atitude e do questionamento filosóficos.	Exposição, com exploração de apresentação em PowerPoint Trabalho de pesquisa extra-aula.	PowerPoint - O nascimento da filosofia. Quem foram os primeiros filósofos? Quais os seus contributos?	O mesmo que A	O mesmo que A
Conceitos – filosofia, pergunta filosófica, razão, argumentação, tese, argumento, contra-argumento, refutação e objeção, <i>a priori</i> , conceito, dogma/dogmático, dúvida, empírico, racional, teoria, verdade.					

Escola / Agrupamento de Escolas: _____

Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo**1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia.**

- 1.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas no domínio da ação.

Domínio das atitudes e dos valores**1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.**

- 1.1. Consolidar hábitos de estudo e de trabalho autónomo.
- 1.2. Desenvolver atitudes de curiosidade, honestidade e rigor intelectuais.
- 1.3. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.

Domínio das competências, métodos e instrumentos**1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação.**

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
- 1.2. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas.
- 1.3. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos e situá-los nas disciplinas filosóficas correspondentes.
- 2.2. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.
- 2.3. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
- 2.4. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais e transversais da Filosofia.
- 2.5. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
- 2.6. Iniciar às atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Analisar a conceptualidade sobre a qual assenta um texto, explicitando o seu significado e as suas articulações.
- 3.2. Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta.
- 3.3. Iniciar à redação de composições de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.
- 3.4. Iniciar à escrita filosófica.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
1. A filosofia da ação e o problema da delimitação do conceito de ação. 1.1. O que caracteriza o ato especificamente humano? 1.2. Rede conceptual da ação. 1.2.1 Acontecimentos, ações e agentes. 1.2.2 Ato conscientes e inconscientes, voluntários e involuntários. 1.2.3. Agente, motivo e intenção. 1.2.4. Deliberação, decisão racional e escolha.	- Localizar a compreensão do agir humano na filosofia da ação. - Formular o problema da conceptualização da ação humana. - Estabelecer a rede conceptual da ação, permitindo a compreensão das características específicas da ação humana. - Distinguir acontecimentos de ações. - Realçar a importância do agente, da vontade e da consciência para a clarificação da especificidade da ação. - Caracterizar e relacionar os conceitos de agente, motivo e intenção. - Distinguir motivo de intenção. - Clarificar e relacionar os conceitos de deliberação, decisão racional e escolha.	Exercício de problematização. Exercícios de conceptualização a partir de análise metódica de texto. Exercícios de conceptualização a partir da exposição/interrogação, com base na construção de esquema.	Animação – <i>Conceito da ação humana</i> (com guião de exploração) Textos 1 e 2 Transparência/Esquema de conteúdos – <i>Rede conceptual da ação</i>	Exercício de problematização. Exercícios de conceptualização a partir da exposição/interrogação, com base na construção de esquema.	Exploração das imagens do Manual, p. 56.
2. Determinismo e liberdade na ação humana. 2.1. É o homem livre? O problema do livre-arbítrio. 2.1.1. Causalidade e livre-arbítrio. 2.2. Posições compatibilistas e incompatibilistas sobre o problema do livre-arbítrio. 2.2.1. O compatibilismo – a causalidade externa da ação humana e as condicionantes da ação humana. 2.2.2. O determinismo radical e a negação do livre-arbítrio. 2.2.3. O libertismo e a afirmação do livre-arbítrio. 2.3. O problema do livre-arbítrio como um problema em aberto e com interesse prático.	- Questionar a conceção de homem como ser dotado de liberdade. - Clarificar o conceito de ação livre ou livre-arbítrio e em que consiste o problema do livre-arbítrio. - Explicitar as noções de causa, de causalidade e de determinismo causal e a sua relação com o problema do livre-arbítrio. - Clarificar em que consistem as posições compatibilista e incompatibilista. - Enunciar os argumentos que sustentam a posição compatibilista, sob a forma de determinismo moderado. - Explicitar em que consistem as condicionantes da ação humana. - Identificar objeções à posição compatibilista. - Mostrar porque é o determinismo radical incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio. - Formular os argumentos e objeções relativos ao determinismo radical. - Mostrar porque é o libertismo incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio. - Formular os argumentos e objeções relativos ao libertismo. - Explicar porque é que, para alguns autores, o problema do livre-arbítrio permanece em aberto e porque é que a resposta tem um interesse prático.	Exercícios de problematização e de conceptualização. Exercícios de conceptualização e de argumentação.	PowerPoint – <i>É o homem livre? São os animais dotados de liberdade?</i> (com guião de exploração) Textos 3 a 5	O mesmo que A PowerPoint – <i>Posição sobre o livre-arbítrio</i> (com guião de exploração) Esquema de conteúdos – <i>Posição sobre o livre-arbítrio</i>	
Conceitos – ação, acontecimento, ato voluntário e involuntário, agente, ato consciente e inconsciente, motivo, intenção, deliberação, decisão racional, escolha, causa, causalidade, determinismo, livre-arbítrio, compatibilismo (compatibilista), incompatibilismo (incompatibilista), determinismo moderado, determinismo radical, libertismo, raciocínio prático, vontade					

Escola / Agrupamento de Escolas: _____

Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo

1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia.

- 1.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
- 1.2. Iniciar o desenvolvimento de um pensamento autónomo e emancipado.
- 1.3. Desenvolver uma consciência crítica e responsável.

Domínio das atitudes e dos valores

1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

- 1.1. Consolidar hábitos de estudo e de trabalho autónomo.
- 1.2. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.
- 1.3. Desenvolver atitudes de curiosidade, honestidade e rigor intelectuais.
- 1.4. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
- 1.5. Assumir posições pessoais, com convicção e tolerância, rompendo com a indiferença.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Reconhecer distintos sistemas de valores e diferentes paradigmas de valoração.
- 2.2. Desenvolver a consciência do significado axiológico dos direitos humanos.

Domínio das competências, métodos e instrumentos

1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação, comunicação.

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
- 1.2. Iniciar à leitura crítica da linguagem icónica e audiovisual.
- 1.3. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas.
- 1.4. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
- 2.2. Questionar filosoficamente as pseudo evidências da opinião corrente de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.
- 2.3. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
- 2.4. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos operatórios – transversais – da Filosofia.
- 2.5. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
- 2.6. Iniciar às atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Iniciar à redação de composições de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.
- 3.2. Iniciar à escrita filosófica.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
1. Como agir? Os valores e a análise e compreensão da experiência valorativa. 1.1. Experiência axiológica e noção de valor. 1.2. Diversidade, polaridade e hierarquia dos valores. 1.3. Juízos de facto e juízos de valor. 1.4. Qual a natureza dos valores? 1.4.1. Subjetividade e objetividade dos juízos de valor. 1.4.2. O critério antropológico e a possibilidade de valores universais.	– Estabelecer a relação entre ação e valores. – Clarificar os conceitos de axiologia, experiência axiológica e valor, compreendendo a dimensão valorativa da experiência e da ação humanas. – Determinar diferentes categorias de valores. – Clarificar em que consiste a polarização e a hierarquia dos valores (tábuas de valores). – Relacionar a diversidade da experiência valorativa com a diversidade de percursos da ação humana. – Definir juízo de facto de juízo de valor. – Distinguir juízo de facto de juízo de valor. – Formular o problema da natureza dos valores. – Clarificar os conceitos de objetivismo e subjetivismo axiológico e as respetivas posições relativas à natureza dos valores. – Inferir as consequências do subjetivismo axiológico e a necessidade de critérios trans-subjetivos de valoração. – Problematicar a coexistência do subjetivismo axiológico e da existência de cartas internacionais de direitos humanos. – Enunciar o critério antropológico como a base de identificação de valores universais.	Exercícios de conceptualização. Exercícios de problematização e (exposição-interrogação). Análise metódica de texto.	Texto 1 Texto 2	Exercícios de conceptualização. Exercícios de problematização Análise metódica de texto (exercícios de conceptualização). Análise metódica de texto (exercícios de conceptualização e problematização).	PowerPoint + versão quadro interativo multimédia – Os valores e a compreensão da experiência valorativa (com guião de exploração) PowerPoint – Qual a natureza dos valores? PowerPoint – A importância de critérios trans-subjetivos de valoração (com guião de exploração)
2. Como podemos viver todos juntos? Valores, cultura e diversidade cultural. 2.1. O homem, a cultura e os valores. 2.2. Padrões de cultura e identidade cultural. 2.3. Globalização e diferentes situações face à diversidade cultural. 2.3.1. O monoculturalismo e o etnocentrismo. 2.3.2. Multiculturalismo, relativismo cultural e limites do relativismo cultural. 2.3.3. A tolerância e os limites da tolerância. 2.3.4. Interculturalismo e o diálogo intercultural.	– Estabelecer uma noção de cultura, compreendendo a cultura como espaço de realização da humanidade. – Relacionar os conceitos de cultura e valor. – Exemplificar a diversidade cultural, identificando diferentes marcas culturais expressas em diferentes padrões culturais. – Definir e relacionar os conceitos de padrão cultural e de identidade cultural. – Clarificar o conceito de globalização, distinguindo diferentes formas de globalização. – Relacionar globalização, diversidade cultural e conflitos entre culturas. – Identificar, distinguir e caracterizar diferentes posições contemporâneas face à diversidade cultural. – Definir e problematizar as posições do etnocentrismo e do monoculturalismo. – Caracterizar o multiculturalismo. – Relacionar a realidade multicultural com o relativismo cultural, enunciando as teses e argumentos que sustentam a posição do relativismo cultural.	Análise metódica de texto (exercícios de conceptualização). Análise metódica de texto (exercícios de conceptualização e problematização).	Texto 1 Texto 2 Texto 3	Exercícios de conceptualização, de problematização e de argumentação. Transparência – Globalização (formas) PowerPoint + versão quadro interativo multimédia – Globalização e diferentes situações face à diversidade cultural (com guião de exploração)	PowerPoint – Padrão de cultura, diversidade cultural e identidade cultural Transparência – Globalização (formas) PowerPoint + versão quadro interativo multimédia – Globalização e diferentes situações face à diversidade cultural (com guião de exploração)

Conteúdos (cont.)	Objetivos específicos (cont.)	Recursos A (cont.)		Recursos B (cont.)	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
	– Problematicar os limites do relativismo cultural. – Definir o conceito de tolerância, distinguindo-o do de relativismo cultural. – Problematicar as possibilidades e limites da tolerância. – Destacar as teses e argumentos que defendem o diálogo inter-cultural. – Problematicar as possibilidades e limites do diálogo intercultural.				Guião de visionamento do filme <i>Gran Torino</i>
Conceitos – axiologia, experiência axiológica, valor, categorias de valores, polaridade e hierarquia dos valores (tábua de valores), juízo de valor/juízo de facto, critério valorativo (critério axiológico), critério trans-subjetivo de valoração, critério antropológico, subjetivismo axiológico, objetivismo axiológico, relativismo axiológico, cultura, identidade cultural, padrão de cultura, diversidade cultural, globalização, monoculturalismo, multiculturalismo, etnocentrismo, relativismo cultural, tolerância, interculturalismo e diálogo intercultural, valor de verdade.					

Planificação a Médio Prazo 4
Unidade II - A ação humana e os valores
Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores (Experiência convivencial / Teorias éticas da fundamentação da ação moral)

Escola / Agrupamento de Escolas: _____

Ano letivo: _____

Planificação a médio prazo 4

Objetivos gerais

Domínio cognitivo

1. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico.

- 1.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
- 1.2. Iniciar o desenvolvimento de um pensamento autónomo e emancipado.
- 1.3. Desenvolver uma consciência crítica e responsável.

Domínio das atitudes e dos valores

1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

- 1.1. Consolidar hábitos de estudo e de trabalho autónomo.
- 1.2. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.
- 1.3. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
- 1.4. Desenvolver atitudes de solidariedade social e participação na vida da comunidade.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Reconhecer distintos sistemas de valores e diferentes paradigmas de valorização.
- 2.2. Desenvolver uma sensibilidade ética.

Domínio das competências, métodos e instrumentos

1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação, comunicação.

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
- 1.2. Iniciar à leitura crítica da linguagem icónica e audiovisual.
- 1.3. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas.
- 1.4. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
- 2.2. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.
- 2.3. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
- 2.4. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos operatórios-transversais da Filosofia.
- 2.5. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
- 2.6. Desenvolver atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Desenvolver atividades de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.
- 3.2. Iniciar à escrita filosófica.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
1. A experiência convivencial. 1.1. Porque são necessárias normas morais? A experiência convivencial e a necessidade da norma moral. 1.2. Por que razões devemos agir moralmente? A intenção ética. 1.2.1. A universalidade do juízo ético. 1.2.2. A responsabilidade ética e a necessidade da fundamentação da moral.	- Determinar a importância da experiência convivencial para o homem, reconhecendo a necessidade de normas orientadoras da experiência convivencial. - Clarificar os conceitos de norma moral e de consciência moral. - Explicitar os conceitos de moral e de ética. - Estabelecer a distinção entre norma moral e intenção ética. - Mostrar que o juízo moral ou juízo ético implica a passagem do interesse pessoal, particular ao juízo universal. - Clarificar o conceito de responsabilidade ética. - Justificar a necessidade de uma fundamentação da moral.	Exercício de conceptualização e argumentação. Exercício de conceptualização.	Texto 1 Texto 2 Texto 3	Exercício de problematização e de argumentação. Exercício de conceptualização.	PowerPoint – <i>Porque são necessárias normas morais?</i> (com guião de exploração) PowerPoint – <i>Por que razões devemos agir moralmente?</i> (com guião de exploração) Animação – <i>A experiência convivencial</i>
2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral. 2.1. A ética deontológica de Kant – uma ética do dever. 2.1.1. Características gerais da ética kantiana. 2.1.2. A vontade boa. 2.1.3. O imperativo categórico. 2.1.4. A dignidade do homem como fundamento do imperativo categórico. 2.1.5. Análise crítica da ética kantiana: a dificuldade da aplicabilidade de regras morais absolutas. 2.1.6. O legado da ética kantiana. 2.2. A ética consequencialista de John Stuart Mill – uma ética da utilidade. 2.2.1. Características gerais da ética de Mill. 2.2.2. Os princípios da ética utilitarista: a felicidade para o maior número e o princípio da imparcialidade. 2.2.3. Análise crítica da ética utilitarista de Mill.	- Confrontar posições filosóficas distintas sobre a fundamentação da ação moral. - Clarificar de que modo responde Kant ao problema da fundamentação da moral. - Explicar porque é que a ética kantiana é uma ética deontológica. - Clarificar o papel da razão na ética kantiana. - Explicitar em que consiste, segundo Kant, uma vontade boa e o imperativo categórico. - Explicar porque é que, segundo Kant, a dignidade do homem é o fundamento basilar do imperativo categórico. - Justificar porque é o imperativo categórico um princípio moral absoluto. - Avaliar criticamente os fundamentos da ética kantiana, problematizando a possibilidade de princípios morais absolutos. - Identificar o legado do pensamento ético kantiano: a necessidade de fundamentar a ação moral em princípios racionais. - Explicar porque a ética de John Stuart Mill é uma ética utilitarista, consequencialista e hedonista. - Explicitar os princípios morais da ética utilitarista. - Avaliar criticamente a posição de Mill, identificando quais as principais objeções que lhe são dirigidas. - Apreender de que forma o utilitarismo procurou superar algumas das críticas formuladas.	Exercício de conceptualização. Exercícios de conceptualização e de argumentação. Exercícios de problematização e de argumentação. Exercícios de argumentação e aplicação.	Texto 1 Texto 2 Texto 3 Transparência/esquema de conteúdos – <i>Exercício de comparação entre a ética de Kant e a de Mill.</i>	Exercício de problematização e argumentação. Exercícios de conceptualização e argumentação. Exercícios de argumentação e aplicação. Exercícios de argumentação e aplicação.	PowerPoint – <i>Problematização da ética kantiana</i> PowerPoint – <i>A ética consequencialista de Mill</i> PowerPoint – <i>Análise crítica da ética utilitarista</i>
Conceitos – experiência convivencial, moral, ética, norma moral, consciência moral, intenção ética, juízo moral/juízo ético, responsabilidade ética, ética deontológica, vontade boa, imperativo categórico, ética consequencialista/consequencialismo, ética utilitarista /utilitarismo, princípio da imparcialidade e princípio da felicidade.					

Planificação a Médio Prazo 5
Unidade II – A ação humana e os valores
Capítulo 3 – Dimensão de ação humana e dos valores (Ética, direito e política)

Escola / Agrupamento de Escolas: _____ Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo

1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia.

- 1.1. Identificar as principais áreas e problemas da filosofia.

2. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico.

- 2.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
2.2. Iniciar o desenvolvimento de um pensamento autónomo e emancipado.
2.3. Desenvolver uma consciência crítica e responsável.

Domínio das atitudes e dos valores

1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

- 1.1. Consolidar hábitos de estudo e de trabalho autónomo.
1.2. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.
1.3. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
1.4. Desenvolver atitudes de solidariedade social e participação na vida da comunidade.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Desenvolver uma sensibilidade ética, social e política.
2.2. Desenvolver a consciência da importância política dos direitos humanos.

Domínio das competências, métodos e instrumentos

1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação, comunicação.

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
1.2. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas.
1.3. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
2.2. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
2.3. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos operatórios-transversais da Filosofia.
2.4. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
2.5. Desenvolver atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica

- 3.1. Desenvolver atividades de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.
3.2. Iniciar à escrita filosófica.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
3. Ética, direito e política 3.1. Porque é necessário o poder político? 3.1.1. O poder e o poder político. 3.1.2. A ética e o direito – normas morais e normas jurídicas. 3.1.3. O Estado e o exercício legítimo do poder político. 3.2. Qual a razão para nos submetermos à autoridade do Estado? A concepção moderna de Estado em John Locke. 3.2.1. Os homens como seres naturalmente livres e iguais. 3.2.2. A organização política como resultado de um contrato social voluntário. 3.2.3. A importância da filosofia política de Locke. 3.2.4. Crítica à ideia de contrato social. 3.3. É legítimo desobedecer ao Estado? 3.3.1. O ato de desobediência civil. 3.4. Como é possível uma sociedade justa? 3.4.1. John Rawls e os princípios de uma sociedade justa. 3.4.2. A posição original, o véu de ignorância e uma concepção de justiça como equidade. 3.4.3. Os princípios de justiça 3.4.4. A crítica de Nozick à teoria de justiça de Rawls.	– Delimitar a área de trabalho da filosofia do direito e da filosofia política. – Clarificar os conceitos de poder e de poder político. – Estabelecer a diferença entre ética (normas morais) e direito (normas jurídicas). – Clarificar o conceito de Estado. – Explicar os aspetos centrais da teoria de Locke sobre o Estado. – Avaliar criticamente a teoria de Locke. – Delimitar o conceito de desobediência civil e as circunstâncias a desobediência civil é aceitável. – Clarificar e formular o problema da necessidade de uma sociedade justa. – Justificar porque é contratualista a concepção de Rawls sobre a justiça e porque defende Rawls uma concepção de justiça como equidade. – Mostrar de que forma Rawls infere os princípios de justiça a partir da posição original sob “o véu de ignorância”. – Explicar em que consiste cada um dos princípios de justiça propostos por Rawls. – Confrontar a teoria da justiça de Rawls com objeções que lhe foram dirigidas. – Enunciar a crítica de Nozick aos princípios da justiça de Rawls.	Exercícios de conceptualização. Exercício de problematização. Exercícios de conceptualização e de argumentação.	Texto 1 Texto 2 Texto 3 Texto 4 Texto 5	Exercícios de conceptualização. Exercícios de problematização e de conceptualização. Exercícios de argumentação.	Esquema de conteúdos – Ética e direito / norma moral e norma jurídica PowerPoint – O que é o Estado? (com guião de exploração) Esquema de conteúdos – Teoria da justiça de Rawls PowerPoint – Como organizar uma sociedade justa? (com guião de exploração)

Conceitos – filosofia política, filosofia do direito, poder, poder político, direito, normas jurídicas, Estado, estado de natureza, contrato social, desobediência civil, justiça como equidade, contrato social em Rawls, véu de ignorância, posição original, princípios da justiça.

Planificação a Médio Prazo 6
Unidade II - A ação humana e os valores
Capítulo 3 – Dimensões de ação humana e de valores (Análise e compreensão da experiência estética)

Escola / Agrupamento de Escolas: _____ Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo

1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia.

- 1.1. Distinguir a racionalidade filosófica de outros tipos de racionalidade.
- 1.2. Reconhecer a Filosofia como um espaço de reflexão interdisciplinar.

2. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico.

- 2.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
- 2.2. Desenvolver um pensamento autónomo e emancipado que permite a elaboração de sínteses pessoais reflexivas abertas.

Domínio das atitudes e dos valores

1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

- 1.1. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.
- 1.2. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
- 1.3. Assumir posições pessoais, com convicção e tolerância, rompendo com a indiferença.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Adquirir o gosto e o interesse pelas diversas manifestações culturais.
- 2.2. Desenvolver uma sensibilidade estética.

Domínio das competências, métodos e instrumentos

1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação.

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
- 1.2. Iniciar à leitura crítica da linguagem icónica e audiovisual, tendo por base instrumentos de descodificação e análise.
- 1.3. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.
- 2.2. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
- 2.3. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
- 2.4. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos transversais da Filosofia.
- 2.5. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
- 2.6. Iniciar às atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta.
- 3.2. Iniciar a redação de composições de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
4. Análise e compreensão da experiência estética. 4.1. A experiência e o juízo estéticos 4.1.1. A estética e a filosofia da arte. 4.1.2. A especificidade da experiência estética. 4.1.3. As modalidades da experiência estética. 4.1.4. A natureza do juízo estético: o objetivismo e o subjetivismo estéticos.	– Clarificar os conceitos de estética e de filosofia da arte. – Delimitar as noções de beleza e de sublime. – Caracterizar as noções de experiência, sensibilidade e atitude estética. – Apresentar as diferentes modalidades da experiência estética. – Formular o problema da natureza dos juízos estéticos. – Enunciar a tese e os argumentos do objetivismo estético. – Apresentar a tese e os argumentos do subjetivismo estético. – Clarificar o subjetivismo estético kantiano.	Exercício de conceptualização. Exercício de conceptualização e problematização.	Transparência – A <i>experiência estética</i> – O <i>juízo estético</i> Texto 1 Texto 2 Texto 3	Exercícios de conceptualização Exercícios de problematização e de argumentação	Esquema de conteúdos – A <i>experiência e o juízo estéticos</i> PowerPoint – A <i>natureza do juízo estético</i> (com guião de exploração)
4.2. A criação artística e a obra de arte. 4.2.1. O processo criativo. 4.2.2. O problema da definição da obra de arte. 4.2.3. A teoria da imitação: a arte como imitação. 4.2.4. A teoria expressivista: a arte como expressão. 4.2.5. A teoria formalista: a arte como forma.	– Caracterizar o processo criativo. – Problematizar a noção de obra de arte. – Enunciar as teses e os argumentos das teorias da arte como imitação, como expressão e como forma. – Formular objeções às diferentes teorias da arte.	Exercícios de conceptualização.	Texto 1 Texto 2 Texto 3 Texto 4	Exercícios de conceptualização e argumentação Exercícios de conceptualização, argumentação e problematização	Esquema de conteúdos – A <i>criação artística e a obra de arte</i> PowerPoint – A <i>criação artística e a obra de arte</i> (com guião de exploração)
4.3. A arte: conhecimento, produção e consumo. 4.3.1. A função cognitiva da obra de arte. 4.3.2. A industrialização da estética na sociedade contemporânea. 4.3.3. A obra de arte: objeto produzido – valor no mercado.	– Caracterizar o cognitivismo estético. – Identificar fenómenos de massificação de produção e consumo da experiência estética. – Estabelecer a relação entre a arte e o valor económico das obras de arte.	Exercício de conceptualização. Exercício de conceptualização e argumentação.	Texto 1 Texto 2	Exercício de conceptualização. Exercício de conceptualização e argumentação.	Texto 1 Texto 2
Conceitos – estética, filosofia da arte, belo, beleza, sublime, experiência estética, sensibilidade e atitude estéticas, juízo estético, objetivismo estético, juízo de gosto, subjetivismo estético, criação artística, teoria da arte como imitação, teoria da arte como expressão, teoria da arte como forma, cognitivismo estético, massificação da experiência estética.					

Planificação a Médio Prazo 7
Unidade II – A ação humana e os valores
Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores (Análise e compreensão da experiência religiosa)

Escola / Agrupamento de Escolas: _____

Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo**1. Apropriar-se progressivamente da especificidade da Filosofia.**

- 1.1. Distinguir a racionalidade filosófica de outros tipos de racionalidade.
- 1.2. Reconhecer a Filosofia como um espaço de reflexão interdisciplinar.

2. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico.

- 2.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
- 2.2. Desenvolver um pensamento autónomo e emancipado que permite a elaboração de sínteses pessoais reflexivas e abertas.

Domínio das atitudes e dos valores**1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.**

- 1.1. Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes transmitidos.
- 1.2. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
- 1.3. Assumir posições pessoais, com convicção e tolerância, rompendo com a indiferença.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Reconhecer distintos sistemas de valores e diferentes paradigmas de valorização.
- 2.2. Comprometer-se na compreensão crítica do outro, no respeito pelos seus sentimentos, ideias e comportamentos.

Domínio das competências, métodos e instrumentos**1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação.**

- 1.1. Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo.
- 1.2. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas.
- 1.3. Desenvolver práticas de exposição oral e escrita, aprendendo a apresentar de forma metódica os resultados de consulta e de análise metódica de texto ou as ideias próprias.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização, conceptualização e argumentação.

- 2.1. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.
- 2.2. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.
- 2.3. Determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
- 2.4. Adquirir e utilizar de forma progressiva e correta os conceitos transversais da Filosofia.
- 2.5. Identificar e clarificar de forma correta os conceitos nucleares relativos aos temas/problemas propostos à reflexão pelo programa.
- 2.6. Iniciar às atividades de identificação, formulação e confronto de teses e argumentos.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta.
- 3.2. Iniciar à redação de composições de análise e interpretações de textos que incidam sobre temas, problemas, conceitos, teses e argumentos trabalhados na aula.

Conteúdos	Objetivos específicos	Recursos A		Recursos B	
		Atividades	Recursos	Atividades	Recursos
5. Análise e composição da experiência religiosa. 5.1. A religião e o sentido da existência: a experiência da finitude e a abertura à transcendência. 5.1.1. O conceito de religião. 5.1.2. Características da experiência religiosa. 5.1.3. A experiência religiosa enquanto experiência do transcendente e do absoluto. 5.1.4. O sentido da existência e a vivência pessoal da religião.	– Clarificar o conceito de religião. – Caracterizar a experiência religiosa. – Clarificar a experiência religiosa enquanto experiência do absoluto e do transcendente. – Esclarecer a relação entre o transcendente e o sentido da existência. – Explicar porque se coloca a questão do sentido da existência. – Articular o sentido da existência com a vivência pessoal da religião. – Discutir a possibilidade de a religião responder à questão do sentido da existência.	Exercícios de conceptualização e argumentação	Texto 1 Texto 2	Exercícios de conceptualização	Esquema de conteúdos – Características da experiência religiosa PowerPoint – Características da experiência religiosa
5.2. Religião, fé e razão. 5.2.1. A relação entre a razão e a fé. 5.2.2. Argumentos a favor da existência de Deus.	– Distinguir respostas sobre a possibilidade de justificar racionalmente a existência de Deus. – Formular diferentes argumentos relativos às provas da existência de Deus. – Enunciar objeções aos argumentos ontológico e cosmológico.	Exercícios de conceptualização Exercícios de conceptualização e argumentação	Texto 1 Texto 2 Texto 3	Exercícios de conceptualização e argumentação Exercícios de conceptualização, argumentação e problematização	Esquema de conteúdos – Provas de existência de Deus PowerPoint – Provas de existência de Deus
5.3. Fé, razão e tolerância.	– Delimitar o problema da relação entre povos e culturas a partir da experiência religiosa. – Analisar as bases de uma razão tolerante face às diversas vivências religiosas. – Explorar a argumentação de John Locke sobre a tolerância religiosa. – Levantar a problemática dos limites da tolerância religiosa.	Exercício de argumentação	Texto 1	Exercício de argumentação	Texto 1
Conceitos – religião, crença, sagrado, profano, rituais, sentido da existência, transcendência, imanência, finitude, fideísmo, teísmo, argumento ontológico, argumento cosmológico e tolerância religiosa.					

Planificação a Médio Prazo 8
Unidade II – A ação humana e os valores – Capítulo 4 – Temas e problemas do mundo contemporâneo

Escola / Agrupamento de Escolas: _____

Ano letivo: _____

Objetivos gerais

Domínio cognitivo**1. Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico e para a formação de uma consciência atenta, sensível e eticamente responsável.**

- 1.1. Adquirir informações seguras e relevantes para a compreensão dos problemas e dos desafios que se colocam às sociedades contemporâneas nos domínios da ação e dos valores.
- 1.2. Desenvolver um pensamento autónomo e emancipado que permita a elaboração de sínteses reflexivas pessoais.
- 1.3. Desenvolver uma consciência crítica e responsável que tome a seu cargo o cuidado ético pelo futuro.

Domínio das atitudes e dos valores**1. Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.**

- 1.1. Desenvolver atitudes de curiosidade, honestidade e rigor intelectuais.
- 1.2. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto.
- 1.3. Assumir posições pessoais, com convicção e tolerância, rompendo com a indiferença.
- 1.4. Desenvolver atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade.

2. Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.

- 2.1. Desenvolver uma sensibilidade ética, social e política.
- 2.2. Assumir o exercício da cidadania, informando-se e participando no debate dos problemas de interesse público, nacionais e internacionais.
- 2.3. Desenvolver a consciência do significado ético e da importância política dos direitos humanos.

Domínio das competências, métodos e instrumentos**1. Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação.**

- 1.1. Dominar metodologias e técnicas de trabalho intelectual que potenciem a qualidade das aquisições cognitivas e assegurem a autoformação e a educação permanente.
- 1.2. Desenvolver práticas de exposição (oral e escrita) e de intervenção num debate, aprendendo a apresentar de forma metódica e compreensível as ideias próprias ou os resultados de consultas ou notas de leitura.

2. Iniciar às competências filosóficas específicas de problematização.

- 2.1. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente, por forma a determinar e formular adequadamente os principais problemas que se colocam no âmbito dos vários temas programáticos.
- 2.2. Questionar filosoficamente as pseudoevidências da opinião corrente, de forma a ultrapassar o nível do senso comum na abordagem dos problemas.

3. Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica.

- 3.1. Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta.
- 3.2. Redigir composições de análise e de interpretação de textos que incidam sobre temas/problemas do programa (ensaio filosófico).

Conteúdos	Objetivos específicos
4. Temas/problemas do mundo contemporâneo. 1. Direitos humanos e globalização: temos obrigações morais para com os mais pobres? 1.1. Dignidade humana e direitos humanos. 1.1.1. A dignidade humana impõe princípios éticos à ação humana. 1.2. O problema da pobreza extrema. 1.3. A obrigação de ajudar, segundo Peter Singer. 1.4. A obrigação de erradicar a pobreza extrema, segundo Thomas Pogge. 1.4.1. A política dos divididos dos recursos naturais.	– Estabelecer a relação entre a noção de dignidade humana e a importância moral dos direitos humanos. – Clarificar em que consiste o problema da pobreza extrema. – Analisar a tese e os argumentos de Peter Singer que fundamentam a obrigação moral de ajudar os mais pobres. – Explorar a tese e os argumentos de Thomas Pogge que fundamentam a obrigação moral de erradicar a pobreza extrema.
2. Responsabilidade ecológica: podem os animais ser objeto de consideração moral? 2.1. Consideração moral por animais. 2.2. Tom Regan e o valor inerente dos animais. 2.3. Peter Singer e a igual consideração dos interesses dos animais. 2.3.1. Não provocar sofrimento nos animais. 2.3.2. O mal de matar os animais.	– Delimitar o problema da consideração moral pelos animais. – Explicitar a posição de Tom Regan em relação ao valor moral dos animais. – Clarificar o conceito de especismo em Peter Singer. – Apresentar a posição de Peter Singer sobre a igual consideração dos interesses dos animais.
Conceitos - dignidade humana, direitos humanos, pobreza, princípio da igualdade de interesses, princípio da utilidade marginal; dever positivo, dever negativo, política do dividendo dos recursos naturais, consideração moral, paciente moral, valor inerente, sujeito de uma vida, especismo, igualitarismo, pessoa.	

3

Textos complementares

Nesta secção são apresentados textos de apoio ao trabalho dos professores, adaptáveis a vários percursos letivos, de acordo com o sugerido nas planificações a médio prazo ou tendo em consideração as adaptações aos planos de aula que o professor considerar adequadas.

Unidade 1 – Iniciação à atividade filosófica

Em **20 AULA DIGITAL** está presente, além deste texto, outro tematicamente afim.

Texto

Hoje em dia [...] fará sentido insistir em manter a Filosofia como mais uma disciplina do secundário? Será apenas um vestígio do passado que os conservadores exaltam pelo seu prestígio tradicional mas que os progressistas e as pessoas práticas devem olhar com justificada impaciência? Poderão os jovens, ou melhor os adolescentes e até as crianças concluir alguma coisa daquilo que, para a sua idade, é uma grande confusão?

[...] Se se quiser resumir todas as censuras contra a filosofia em poucas palavras, bastam estas: *não serve para nada*. Os filósofos preocupam-se em saber mais do que ninguém sobre tudo o que se possa imaginar, embora na realidade sejam apenas charlatões amigos de conversa oca. Sendo assim, quem sabe realmente o que há para saber sobre o mundo e sobre a sociedade? Na verdade, são os cientistas, os técnicos, os especialistas, aqueles que são capazes de dar *informações* válidas sobre a realidade. [...] Sobretudo hoje em dia que as ciências estão tão avançadas e já sabemos como funciona a maioria das coisas... e como fazer funcionar outras, inventadas por cientistas aplicados.

Assim, portanto, na época atual, a época das grandes descobertas técnicas, no mundo do *microchip* e do acelerador de partículas, no reino da *Internet* e da televisão digital... que informações podemos receber da filosofia? A única resposta que nos conformaremos a dar é a que provavelmente teria dado Sócrates: nenhuma. Fornecem-nos informações as ciências da natureza, os técnicos, os jornais, e alguns programas de televisão... mas não são informações “filosóficas”. [...] Muito bem, mas será informação aquilo que procuramos para nos entendermos melhor a nós próprios e ao que nos rodeia? Suponhamos que recebemos uma notícia qualquer, por exemplo: um número *x* de pessoas morre diariamente de fome em todo o mundo. E nós, recebida a informação, perguntamos a alguém ou a *nós próprios* o que devemos pensar acerca desse acontecimento. Obteremos algumas opiniões, algumas das quais nos dirão que tais mortes se devem a desajustes no ciclo macroeconómico global, outras falarão da superpopulação do planeta, algumas gritarão contra a injusta partilha de bens entre os que possuem e os que nada têm, ou invocarão a vontade de Deus, ou mesmo a fatalidade do destino... E não faltará uma pessoa simples e pura, como o nosso porteiro ou o homem do quiosque que nos vende os jornais, para comentar: “Em que mundo vivemos?” [...].

Não existe uma resposta científica para esta pergunta porque evidentemente não nos conformaremos com respostas como “vivemos no planeta Terra”, “vivemos num mundo em que *x* pessoas morrem diariamente de fome” [...]. Numa palavra, não queremos mais informação sobre o que acontece, mas queremos saber o que *significa* a informação que temos, como a devemos interpretar e como a

relacionar com outras informações anteriores ou simultâneas, o que implica tudo isso na consideração geral da realidade em que vivemos, como podemos ou devemos comportar-nos na situação assim estabelecida. São exatamente estas **as** perguntas às quais o que vamos chamar filosofia presta atenção. Digamos que existem três níveis **diferentes** de entendimento:

- a) a *informação* que nos apresenta os factos e os mecanismos primários do que acontece;
- b) o *conhecimento*, que reflete sobre a informação recebida, hierarquiza a sua importância significativa e procura princípios gerais para a ordenar;
- c) a *sabedoria*, que liga o conhecimento com **as** opções vitais ou valores que podemos escolher, tentando estabelecer como viver melhor de acordo com o que sabemos.

Julgo que a ciência se movimenta entre o nível a) e o b) do conhecimento, enquanto a filosofia atua entre o b) e o c). De maneira que não existe informação propriamente filosófica, mas pode sim haver conhecimento filosófico e gostaríamos também de chegar a uma situação em que existisse a sabedoria filosófica. Será possível conseguir isso? Sobretudo, será possível *ensinar* isso? [...]

Ensinar a filosofar quando toda a gente parece não querer senão soluções imediatas e prefabricadas, quando as perguntas que se aventuram para o insolúvel se tornam tão incómodas? Ponhamos de outro modo a questão: porventura não é a principal tarefa da educação, *humanizar* de forma plena? Existe outra dimensão mais propriamente humana, mais necessariamente humana, que a inquietação que desde há séculos leva a filosofar? Poderá a educação prescindir dela e continuar a ser humanizadora no sentido livre e antidogmático que a sociedade democrática em que queremos viver necessita?

Sendo assim, aceitemos que é preciso tentar ensinar aos jovens a filosofia, ou melhor, ensiná-los a filosofar. Mas, como levar a cabo esse ensinamento, que não pode ser senão um convite a que cada qual filosofe por si próprio? E antes de mais: por onde começar?

Fernando Savater (1999). *As perguntas da vida. Uma iniciação à reflexão filosófica*. Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 15-18 e 25.

Unidade II – A ação humana e os valores

Capítulo 1 – A ação humana – análise e compreensão do agir

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além deste texto, outros relativos a este capítulo.

Texto

Não há dúvida que o animal possui uma inteligência, uma sensibilidade, e mesmo uma faculdade de comunicar e não são de modo algum a razão, a afetividade ou, mesmo, a linguagem que efetivamente distinguem os seres humanos. É evidente que há animais mais inteligentes, afetuosos, sociáveis e “comunicativos” que muitos homens. Para Rousseau o critério encontra-se noutro lado: na liberdade ou, como ele diz, na “perfectibilidade”, isto é, na faculdade de se aperfeiçoar durante toda a vida, enquanto que o animal, guiado desde a origem e de modo seguro pela natureza, é, por assim dizer, “imediatamente” perfeito desde a nascença. A prova? Se se observar objetivamente pode verificar-se que o animal é conduzido por um instinto infalível, comum à sua espécie, como por uma norma intangível, uma espécie de programa a que nunca consegue escapar. A natureza substitui inteiramente a cultura: “É por isso que um pombo à frente de uma bandeja cheia das melhores carnes, e um gato em cima de um monte de frutos ou de grãos morreriam de fome ainda que um e outro pudessem nutrir-se com os alimentos desdenhados caso lhes ocorresse prová-los”. A natureza estabelece-lhes códigos, um de granívoro, outro de carnívoro, e não é (ou quase não é) possível qualquer desvio em relação àqueles. Não há dúvida que o pombo pode absorver uma pequena parcela de carne ou que o gato, como de vez em quando se vê no jardim, poderá morder uma que outra erva, mas, no fim de contas, os seus programas naturais não lhes deixam, praticamente, a menor margem.

A situação do ser humano é inversa: é mesmo tão pouco programado pela natureza que, ao contrário dos animais, pode cometer excessos, beber ou fumar até morrer, porque nele, segundo a magnífica fórmula de Rousseau, “a vontade continua a falar depois da natureza se calar”. Primeira consequência: ao invés dos animais, os humanos estarão dotados de uma história *cultural*. Enquanto as térmitas, as abelhas ou as formigas são iguais desde há milhares de anos, as sociedades humanas progridem, ou, pelo menos, mudam, sob o efeito de uma dupla historicidade: a do indivíduo, que tem por nome educação (daí o *Emílio*) e a da espécie, que é a política (e aí está o *Contrato social*). Eis porque, aos olhos de Rousseau, e pouco mais tarde aos de Kant, a essência do homem está na faculdade de se aperfeiçoar, “faculdade, escreve Rousseau, que com a ajuda das circunstâncias desenvolve sucessivamente todas as outras e reside, entre nós, não só na espécie mas também no indivíduo; enquanto o animal é, com poucos meses, o que será toda a sua vida, e a sua espécie ao fim de mil anos continua igual ao que era no primeiro desses anos”...

De facto, o argumento de Rousseau não deixa de ser interessante: indubitavelmente os animais beneficiam de certas *aprendizagens*, mas não necessitam, praticamente, de *educação*.

Assim, por exemplo, as jovens tartarugas, logo que saem do ovo, encontram, espontaneamente, a direção da água e sabem, desde logo, executar os movimentos que lhes permitem andar, nadar e sobreviver... enquanto a criança tem de ficar no seio da família até uma idade que muitas vezes excede a da maioridade! Do mesmo modo, se nos situarmos ao nível, já não individual (educação), mas coletivo (política), podemos medir, sem dificuldade, o que separa as “sociedades” animais das sociedades humanas: de novo, obviamente, a historicidade, aquelas continuando em tudo idênticas desde as origens, e estas não cessando, pelo contrário, de mudar e de evoluir.

E como mostrar esta diferença (tal é, no fundo, a hipótese de Rousseau) se não se postular uma forma de liberdade, um desvio possível em relação à norma natural que guia, ponto por ponto, os animais e os proíbe de variar?

Segunda implicação: é por ser livre, e não estar prisioneiro de qualquer *código* natural ou histórico determinista, que o ser humano é um ser moral. Aliás como é que se lhe poderiam imputar boas ou más ações se ele não fosse, de algum modo, livre de escolher? É preciso poder afastar-se do real para o julgar bom ou mau, do mesmo modo que é necessário distanciar-se das suas pertenças naturais ou históricas para adquirir o que normalmente chamamos “espírito crítico”, fora do qual não há juízo de valor que possa pretender-se universal. O que, dentro do mesmo espírito, reafirmará, alguns decénios depois, a nossa Declaração dos Direitos do Homem: não é enquanto membro de uma comunidade étnica, religiosa, linguística, nacional que há que respeitar o indivíduo, mas enquanto ele está, pela sua liberdade, sempre para além da sua comunidade de origem. Humanismo *abstrato*, como justamente lhe chamava Claude Lefort, dado que, com efeito, nos convida a *abstrair* das determinações materiais na consideração do direito e da ética.

Luc Ferry, Jean-Didier Vincent (2003). *O que é o homem? Sobre os fundamentos da Biologia e da Filosofia*.
Porto: Edições ASA, pp. 24-25.

Capítulo 2 – Análise e compreensão da experiência valorativa

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além deste texto, outros relativos a este capítulo.

Texto

O “valer” ou validade dos valores

Que há valores, não pode ser negado. A verdade é que nós tomamos contacto com as coisas não só pensando-as, como valorando-as. Atribuímos na vida valor a muitas coisas, como, por exemplo, à saúde, ao dinheiro, etc., e a essas coisas, assim valoradas, chamamos constantemente valores. Destes, uns há, porém, que só têm *valer*, só “valem”, para certos indivíduos e não para outros. São estes os valores que podemos designar como *individuais* e *subjetivos*, como, por exemplo, os valores de certos colecionadores especializados. Outros são os valores que podemos designar como *subjetivos gerais*. Estes “valem” não apenas para indivíduos determinados, mas para toda a espécie humana. Trata-se de coisas, em suma, que são efetivamente valoradas de uma maneira positiva pelo comum das pessoas; por exemplo: os alimentos, a saúde, o vestuário, etc. São valores que interessam o homem como ser natural e que constituem, como adiante veremos, a classe dos chamados valores inferiores ou puramente *sensíveis*.

Mas a questão que agora se discute é esta: saber se, além destes primeiros valores *subjetivos* (individuais ou gerais), não haverá ainda outros mais altos e de uma validade *objetiva* ou *trans-subjetiva*. Claro está que, se quiséssemos com esta pergunta pôr em dúvida a fundamental e necessária referência de todos os valores de um sujeito (*Subjektbezogenheit*), teríamos, antes de mais nada, de responder negativamente. Esta referencialidade é da essência de todo o valor, como já vimos; não há valores senão para um “sujeito”. Por isso é que por esta expressão teremos agora de entender coisa diversa. Ao falar aqui de validade supra-individual ou trans-subjetiva dos valores, queremos neste momento significar uma validade ou um valor independentes das valorações de facto feitas pelos indivíduos. Isto é: os valores inferiores, de que falámos, são valores, porque, de facto, os homens os reconhecem e com base neles fazem as suas valorações. Há, porém, valores que não são valores só por os homens os reconhecerem como tais e por valorarem as coisas à luz deles, mas sim por, de facto, os *deverem* reconhecer necessariamente. Ora são estes, na verdade, os valores mais altos chamados *espirituais*. Pertencem a um reino de validade intemporal e dirigem o seu incondicional apelo a todos os homens, só pelo facto de estes serem homens, exigindo de todos que os reconheçam válidos. Trata-se, pois, desta vez, de uma validade *objetiva* e *absoluta*.

Objetiva, porque reside na própria essência do valor; absoluta porque incondicional e independente de quaisquer valorações acidentais e particulares dos indivíduos.

Esta validade dos valores é contudo negada pelo *relativismo axiológico*. Segundo esta doutrina, todos os valores são relativos. Aquilo que para uns é valor pode ser para outros desvalor. Não há valores objetivos nem absolutos. É esta a doutrina que, antes de mais nada, temos agora de apreciar, para lhe opormos a que sustenta a validade objetiva e absoluta dos valores espirituais. Começaremos por adotar, primeiramente, um ponto de vista crítico; em seguida, usaremos de um ponto de vista construtivo.

O relativismo axiológico resume-se essencialmente em *ceticismo*, pois recusa aos juízos de valor toda e qualquer espécie de validade objetiva. Este ceticismo acompanha o ceticismo lógico. Como este nos ensina que nada é verdade, do mesmo modo aquele nos ensina que nada é, ou pode ser, objetivamente valioso. Assim como para o segundo não há verdade, para o primeiro não há valores.

Mas o *ceticismo lógico* enferma, como se sabe, de uma contradição nos próprios termos. Quem afirma que nada pode ser verdade, pretende já afirmar uma verdade, e está convencido, pelo menos, da verdade desta sua afirmação; aliás não faria sentido fazê-la para a opor a outras doutrinas. Negando toda a verdade, utiliza o conceito de verdade. Afirma e nega, ao mesmo tempo, na mesma emissão de voz, o conceito de verdade, e nisto está o contradizer-se a si mesmo.

Sucedará o mesmo com o *relativismo axiológico*? Devemos responder negativamente. De facto, quem nega a verdade, suprime com isso a esfera do conhecimento lógico, que aliás começou por invocar, para poder estabelecer a legitimidade do seu juízo negativo. Quem nega o valor, suprime, como é evidente, a esfera dos valores, mas nem por isso suprime a esfera do conhecimento lógico, nem nega implicitamente toda a verdade. Donde deve concluir-se que não nos achamos aqui diante da mesma contradição que consiste em afirmar e negar, ao mesmo tempo, o domínio lógico.

Não obstante isso, não deixam de se contradizer também a si mesmos os céticos da axiologia. No desenvolvimento da sua própria teoria não faltam, de facto, frequentemente, autênticos juízos de valor. A verdade é que eles não podem também abster-se de valorar, de emitir juízos de valor, e de desmentir desta maneira a sua própria tese.

Para dar apenas um exemplo de uma contradição em que cai esta espécie de céticos – decerto não necessária, como aquela em que cai o ceticismo lógico, mas em todo o caso muito frequente – queremos referir aqui apenas o caso de Dietrich Kerler, escritor aliás tão sagaz. Kerler sustenta, sem dúvida, a tese do ceticismo axiológico, ao afirmar que não há nem valores nem juízos de valor objetivos. E contudo é do mesmo Kerler a seguinte afirmação: “os valores da dedicação e do sacrifício são os mais altos de todos os valores morais”. Não envolve tal afirmação um juízo de valor para o qual o mesmo Kerler reclama uma absoluta validade? Parece-nos indubitável que, se alguém quisesse contrariar a validade deste seu juízo, emitindo o juízo oposto, Kerler não se daria por vencido e, pelo contrário, não deixaria de chamar verdadeiro ao seu juízo e falso ao do adversário.

Reconheçamos isto: o ceticismo axiológico não encerra a mesma fundamental contradição consigo mesmo em que naufraga o ceticismo lógico; isto é inegável. Mas isto não o coloca ao abrigo de cair, também ele, por sua vez, em contradição. A verdade é que também esta espécie de ceticismo sofre deste mal e enferma de uma *íntima contradição*, embora esta seja de uma natureza diferente e não tão evidente como a do ceticismo lógico.

Johannes Hessen (2001). *Filosofia dos valores*. Coimbra: Almedina, pp. 80-83.

Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores

1. A experiência convivencial

2. Como agir para agir moralmente?

Teorias éticas da fundamentação da ação moral

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além deste texto, outros relativos a este capítulo.

Texto

Subjetivamente – frente às intenções que podem animar uma qualquer atividade – a “boa vontade” define-se como vontade “desinteressada”. Devido a razões que Kant analisa metodicamente nos *Fundamentos da metafísica dos costumes*, há nos modernos um consenso para entender que só a ação desinteressada pode ser declarada verdadeiramente moral. Tal é o significado da famosa distinção que Kant estabelece entre “legalidade” e “moralidade”. Posso sempre acatar uma lei (a proibição do roubo, para usar o exemplo famoso dos *Fundamentos*...) por interesse: na ocorrência, por receio de ser preso – mas poder-se-iam dar outros exemplos em que o interesse seria “positivo” e residiria na esperança de uma recompensa, ou até no amor de outrem e não no temor de uma punição. Do ponto de vista que aqui nos ocupa, estas motivações equivalem-se, na medida em que todas, de modo mais ou menos simpático, pouco importa, são “interessadas”. Nestas condições, a minha ação é talvez “legal” (*Gesetzmässig*: literalmente, “conforme à lei”), mas qualquer pessoa admitirá que ela não tem nada de especialmente virtuoso ou admirável. Sem sequer nisso refletir, associamos a ideia de virtude à de esforço e, de algum modo, o mérito supõe, para nós, uma luta da vontade contra os seus próprios interesses, contra o egoísmo. A ação moral, quanto às suas motivações, deverá, portanto, efetuar-se por puro respeito pela lei. Compreender-se-á, desde logo, que só a “boa vontade” possa ser efetivamente apelidada de moral: o talento, que é um dom natural, não tem qualquer valor ético em si mesmo. A prova evidente está no facto de inteligência, de força, de beleza e mesmo de coragem poderem ser postas ao serviço não só dos nossos interesses egoístas, mas também do mais abominável dos crimes. Longe de residir no aperfeiçoamento de dons naturais, no cumprimento de uma função conforme à natureza específica do homem, a virtude aparece como luta contra a naturalidade em nós, como capacidade de resistir às inclinações da nossa natureza particular.

Luc Ferry e Jean-Didier Vincent (2003). *O que é o homem? Sobre os fundamentos da Biologia e da Filosofia*. Porto: Edições ASA, p. 43.

Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores

3. Ética, direito e política

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além deste texto, outros relativos a este capítulo.

Texto

O objeto da justiça diz respeito ao que Rawls chama a “estrutura de base”, que congrega as instituições sociais mais importantes, a Constituição e as primeiras estruturas económicas, bem como “a maneira pela qual elas repartem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a repartição dos benefícios extraídos da cooperação social” (Rawls, 1987, 33). No seio desta estrutura de base, os homens ocupam posições sociais variadas, dando-lhes perspectivas de vida diferentes e colocando-os em posições de desigualdade. É à correção destas desigualdades que se deve aplicar a justiça e, por esta forma, fornecer um critério permanente para avaliar a maneira de efetuar a distribuição dos bens na “estrutura base”. Chegado a este ponto, Rawls adota a atitude teórica do contratualista.

O meu objetivo é apresentar uma conceção da justiça que generalize e leve a um nível mais elevado de abstração a teoria muito conhecida do contrato social tal como se encontra, entre outros, em Locke, Rousseau e Kant. (Rawls, 1987, 37)

O contrato responde contudo a um objetivo diferente do perseguido pelos contratualistas anteriores. O seu emprego destina-se não a pôr em evidência um tipo legítimo de organização política, mas a definir os princípios da justiça, ou seja, a identificar regras que pessoas livres e racionais, colocadas “numa posição inicial de igualdade”, escolheriam para formar a sua associação. Na perspectiva rawlsiana, pode-se considerar que “a posição original” corresponde ao estado de natureza na teoria clássica (em Locke e Rousseau especialmente). Da mesma maneira que esta é estranha a situações históricas (embora por vezes os relatos dos viajantes que percorreram a América pós-colombiana tenham inspirado nela as “descrições”) e possui no discurso contratualista um estatuto exclusivamente *teórico*, “a posição original” a partir da qual Rawls articula o seu próprio discurso “é uma situação puramente hipotética definida de maneira a conduzir a uma certa conceção de justiça”. Ela implica, por outro lado, que a determinação dos princípios da justiça seja conduzida à retaguarda do que ele chama “o véu de ignorância”, a fim de evitar a “parasitagem” das escolhas efetuadas por uns e por outros em função das suas situações pessoais desiguais.

De uma maneira ou de outra, devemos invalidar os efeitos das contingências particulares que opõem os homens uns aos outros e lhes inspiram a tentação de utilizar as circunstâncias sociais e naturais em seu proveito pessoal. É por isso que afirmo que os parceiros estão situados atrás de um véu de ignorância. Eles não sabem como as diferentes possibilidades afetarão o seu próprio caso particular e são obrigados a julgar os princípios na base única de considerações gerais. (Rawls, 1987, 168)

Assim, cada um ignora o seu lugar na sociedade, a repartição dos trunfos naturais que lhe dizem respeito (particularmente inteligência e força), a sua própria concepção do bem, até os traços particulares da sua psicologia: a aversão ao risco, a tendência para o pessimismo ou para o otimismo. Em compensação, o conhecimento geral da sociedade humana é tido por adquirido, o que implica que cada um esteja em condições de compreender os princípios da teoria económica e dos negócios políticos (do mesmo modo que, com Rosseau, o cidadão deve poder assimilar racionalmente o terreno político no qual intervém a vontade geral). De maneira mais global, “os parceiros conhecem todos os factos gerais que afetam a escolha dos princípios da justiça”. Estabelecidas estas premissas, Rawls afirma que os “parceiros” encarregados de estabelecer os princípios da justiça, racionais por hipótese e colocados todos na mesma situação, serão convencidos pela mesma argumentação, e ninguém tentará elaborar princípios para seu benefício. A racionalidade do comportamento deve entretanto ser objeto de uma precisão: os indivíduos são “mutuamente desinteressados” (*mutually disinterested*), ou seja, indiferentes aos interesses dos outros.

Doravante colocados na posição original e sob a cobertura do “véu de ignorância”, ou seja, ignorando tudo da sua posição na sociedade, os homens chegarão a acordo, segundo Rawls, sobre dois princípios:

Em primeiro lugar: cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais alargado de liberdades de base iguais para todos que seja compatível com o próprio sistema para os outros.

Em segundo lugar: as desigualdades sociais e económicas devem estar organizadas de maneira que, ao mesmo tempo, a) se possa razoavelmente esperar que elas sejam para benefício de cada um e b) elas estejam ligadas a posições e a funções abertas a todos. (Rawls, 1987, 91).

O primeiro princípio tem prioridade relativamente ao segundo e a liberdade nunca pode ser limitada para satisfazer as suas exigências, mas somente “em nome da própria liberdade”. Esta, contudo, não é absoluta. A liberdade de consciência, por exemplo, “mesmo numa sociedade bem ordenada e com um contexto favorável”, pode ser objeto de regulamentos razoáveis. De igual modo, os limites estabelecidos à liberdade concedida às crianças justificam-se por dados naturais. Enfim – e sobre este ponto Rawls regressa à lógica de Rosseau – estes limites *devem* ser aceitáveis pelos que os suportam:

Os princípios da justiça devem ser classificados por ordem lexical e, por consequência, a liberdade não se pode limitar senão em nome da própria liberdade. Há dois casos: a) uma redução da liberdade deve reforçar o sistema total da liberdade que todos partilham, e b) uma desigualdade deve ser aceitável para os cidadãos que têm uma menor liberdade. (Rawls, 1987, 287).

Jean-Jacques Chevalier, Yves Guchet (2004). *As grandes obras políticas: de Maquiavel à atualidade*. Mem Martins: Publicações Europa América, pp. 406-410 (adaptado).

Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores

4. Análise e compreensão da experiência estética

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além destes textos, outros tematicamente afins.

Texto 1

A atitude estética

1. Atitudes

A atitude estética, ou a “forma estética de contemplar o mundo”, é geralmente contraposta à atitude prática, na qual só interessa a utilidade do objeto em questão. O verdadeiro negociante de terrenos que contempla uma paisagem só a pensar no possível valor monetário do que vê não está a contemplar esteticamente a paisagem. Para a contemplar dessa maneira teria de “a observar por observar”, sem qualquer outra intenção — teria de saborear a experiência de observar a própria paisagem, tomando atenção aos seus detalhes, em vez de utilizar o objeto observado como um meio para atingir um certo fim.

A atitude estética distingue-se também da atitude cognitiva. Os estudantes familiarizados com a história da arquitetura são capazes de identificar rapidamente um edifício ou umas ruínas no que diz respeito à sua época de construção e lugar de origem, ou ao seu estilo e a outros aspetos visuais. Contemplam o edifício sobretudo para aumentar os seus conhecimentos, e não para enriquecer a sua experiência percetiva. Este tipo de habilidade pode ser útil e importante, mas não está necessariamente correlacionado com a capacidade de desfrutar a própria experiência da contemplação do edifício. A capacidade analítica pode eventualmente melhorar a experiência estética, mas pode também inibi-la. Quem se interessa por arte devido a um objetivo profissional ou técnico está particularmente sujeito a afastar-se da contemplação estética. Isto conduz-nos diretamente a outra distinção.

A forma estética de observar é também diferente da forma personalizada de o fazer, na qual o observador, em vez de contemplar o objeto estético para captar o que este lhe oferece, considera antes a relação desse objeto consigo próprio. Quem não dá atenção a uma obra musical, usando-a apenas como estímulo para uma fantasia pessoal, acaba por não estar a ouvir esteticamente, mesmo que pareça o contrário.

Disto segue-se que muitos tipos de respostas aos objetos, incluindo às obras de arte, ficam à margem do campo da estética. O orgulho de possuir uma obra de arte, por exemplo, pode interferir na resposta estética. A pessoa que reage com entusiasmo perante os seus convidados ao ouvir uma sinfonia no seu próprio equipamento estereofónico, mas que não reage à interpretação da mesma sinfonia quando a ouve através de um equipamento idêntico na casa do seu vizinho, não está a ter uma resposta estética. O antiquário ou o diretor de museu — que ao escolher uma obra de arte tem que ter presentes o seu valor histórico, fama e época — pode sentir-se parcialmente influenciado pela apreciação do valor estético, mas a sua atenção desvia-se necessariamente para fatores não estéticos. Do mesmo modo, se uma pessoa aprecia uma peça de teatro ou um romance porque espera encontrar informações

relativas à época e ao lugar em que a obra foi escrita, está a substituir o interesse pela experiência estética pelo interesse em adquirir conhecimentos. Se uma pessoa aprecia favoravelmente uma determinada obra de arte por esta ser moralmente edificante ou por “defender uma causa justa”, está a confundir a atitude moral com a estética, o que também ocorre se a condenar por motivos morais e não conseguir separar essa censura da apreciação estética.

2. Relações internas

O termo “desinteressado” usa-se muito para descrever a atitude estética. O desinteresse é uma qualidade do bom juiz, que se manifesta quando este é imparcial. O juiz pode estar pessoalmente envolvido num certo caso, no sentido em que estuda profundamente a sua solução, mas ao julgar o caso não pode estar pessoalmente envolvido, no sentido em que deve evitar que os seus sentimentos ou simpatias pessoais o influenciem ou afetem de qualquer forma. A imparcialidade em matérias morais e jurídicas certamente caracteriza o chamado “ponto de vista moral”, mas não é nada claro de que forma temos que nos mostrar desinteressados (ou seja, imparciais) ao contemplar um quadro ou escutar um concerto. Teremos de ser imparciais como num conflito entre duas partes litigantes? “Julgar imparcialmente” faz sentido, mas o que significa observar ou escutar imparcialmente? “Imparcial” é um termo relacionado com situações em que existe um conflito entre partes litigantes, mas não parece ser um termo útil quando tentamos descrever a forma estética de contemplar as coisas.

Um modo menos confuso de descrever a experiência estética é fazê-lo em termos de relações internas *versus* externas. Quando contemplamos esteticamente uma obra de arte ou a natureza, fixamo-nos apenas nas relações internas, ou seja, no objeto estético e nas suas propriedades, e não na sua relação com nós próprios, nem sequer na sua relação com o artista que o criou ou com o nosso conhecimento da cultura em que surgiu. A maior parte das obras de arte são muito complexas e exigem toda a nossa atenção. O estado estético pressupõe uma concentração intensa e completa. É preciso ter uma consciência percetiva intensa, e tanto o objeto estético como as suas diversas relações internas têm de constituir o único foco da nossa atenção.

3. Valor estético

Não poderemos compreender o importante conceito de forma na arte sem mencionar alguns dos critérios principais que são utilizados pelos críticos e filósofos na análise da forma estética. Quais serão, então, os princípios formais a partir dos quais devemos apreciar uma obra de arte, pelo menos no seu aspeto formal? Muitos autores ofereceram diversas sugestões a este respeito, mas o critério central e mais universalmente aceite é o da unidade. A unidade é o oposto do caos, da confusão, da desarmonia: quando um objeto está unificado, podemos dizer que tem consistência e não tem nada de supérfluo. No entanto, há que especificar mais esta condição. Uma parede branca vazia ou uma superfície uniformemente azul tem unidade, no sentido em que nada a interrompe. Mas apenas se deseja a unidade nas obras de arte que têm uma grande complexidade formal. Assim, a fórmula habitual é a da “diversidade na unidade”. O objeto unificado deve conter dentro de si um amplo número de diversos elementos, onde cada um contribui em alguma medida para a total integração do todo unificado, de modo a que não exista confusão apesar dos elementos díspares que o integram. No objeto unificado, todas as coisas são necessárias, e nenhuma é supérflua.

Geralmente, ao substantivo “unidade” acrescenta-se o adjetivo “orgânica”. Como uma obra de arte não é um organismo, o termo é claramente metafórico. Esta analogia baseia-se no facto de nos organismos vivos a relação entre as diversas partes ser interdependente, e não independente. Nenhuma parte atua isolada: cada parte ou elemento colabora com os outros, de tal modo que uma mudança num elemento torna o todo diferente. Por outras palavras, as partes relacionam-se internamente, e não externamente. Deste modo, se numa certa obra de arte uma mancha amarela estivesse noutro lugar, isso alteraria todo o carácter da obra pictórica, e o mesmo aconteceria numa obra teatral se uma determinada cena não estivesse precisamente onde está.

Evidentemente, a ideia de unidade é uma ideia de valor. Significa, por exemplo, que numa boa melodia, pintura ou poema não se poderia mudar uma parte sem prejudicar (e não simplesmente mudar) o todo.

Monroe C. Beardsley, John Hospers (1997). *Estética, Historia y fundamentos*, Trad. e adap. de Pedro Galvão. Madrid: Edições Cátedra. Obtido em <https://sites.google.com/site/olugardaestetica/a-dimensao-estetica/a-experiencia-estetica>, em 28.08.2012.

Texto 2

Um dos traços característicos da arte do século XX é uma atenção constante aos objetos de uso na época da “mercadorização” da vida e das coisas.

A nova Beleza é reproduzível, mas também é transitória, e perecível: deve induzir o consumidor a uma rápida substituição, por consumpção ou desafeição, para não parar o crescimento exponencial do circuito da produção, distribuição e consumo das mercadorias. É sintomático que nalguns grandes museus – como o MoMA de Nova Iorque e o Museu das Artes Decorativas de Paris – se dediquem espaços a objetos quotidianos como móveis e acessórios de decoração.

A esta tendência responde, com uma crítica irónica e feroz do objeto de uso, o Dadaísmo e, sobretudo, o seu mais lúcido expoente, Marcel Duchamp, com os seus *Ready Made*. Duchamp, expondo uma roda de bicicleta ou um urinol (intitulado *Fonte*), denuncia de modo paradoxal a escravização do objeto à função: se é o processo de “mercadorização” que cria a Beleza dos objetos, então qualquer objeto comum pode ser desfuncionalizado como objeto de uso e refuncionalizado como obra de arte. Se em Duchamp ainda estão presentes o gosto pela crítica do estado de coisas existentes, a revolta contra o mundo das mercadorias, sem utopias nem esperanças, é a aproximação ao objeto de uso da *Pop Art*. Com um olhar lúcido e frio, por vezes unido a um declarado cinismo, os “popular artists” apercebem-se de que o artista vai perdendo o monopólio das imagens, da criação estética e da Beleza.

O mundo das mercadorias conquistou uma capacidade inegável de saturar com as suas imagens a percepção do homem moderno, seja qual for a sua posição na sociedade; deste modo, foi-se reduzindo a distinção entre artista e homem comum. Já não há espaço para a denúncia, porque a tarefa da arte é constatar que qualquer objeto, sem distinção entre homens e coisas – do rosto de Marilyn Monroe à caixa de feijões, da banda desenhada à presença inexpressiva da multidão nas paragens de autocarro –,

ganha ou perde a sua Beleza não por aquilo que é, mas pelas coordenadas sociais que determinam os seus modos de parecer; no entanto, uma simples banana amarela, sem nenhum nexo aparente com o objeto que indica, pode ilustrar a capa de um dos grupos musicais mais vanguardistas, os *Velvet Underground*, produzida por Andy Warhol. Dos cartazes de Lichtenstein às esculturas de Segal, até às produções artísticas de Andy Warhol, é uma Beleza serial que se expõe: os objetos são extrapolados por uma série ou já predispostos à inclusão serial. Portanto, na época da reprodutibilidade técnica da arte, o destino da Beleza será a serialidade? Nem todos parecem pensar assim. Nos seus só *aparentemente* seriais grupos de garrafas, Morandi ultrapassa continuamente, com um *pathos* desconhecido do cinismo da *Pop Art*, o limite da serialidade. Como num teorema, Morandi procura sem descanso o ponto em que a Beleza de um qualquer objeto se coloca no espaço, determinado-o; e, com o mesmo movimento, o espaço determina a posição do objeto, determinando o seu aparecimento. Não importa que os objetos sejam garrafas, latas, caixas, usadas e reutilizadas. Ou talvez seja precisamente este o segredo da Beleza que Morandi procura até ao fim dos seus dias: o seu surgimento, de modo inesperado, da pátina de cinza que cobre um qualquer objeto.

Umberto Eco (dir.) (2004). *História da beleza*. Alges: Difel, pp. 376-378.

Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores

5. Análise e compreensão da experiência religiosa

Em **20 AULA DIGITAL** estão presentes, além destes textos, relativos a este capítulo.

Texto 1

O que na história das religiões é característico do judaico-cristianismo é a revelação de Deus como amor, que se compromete e age na história. Criou o mundo exclusivamente por amor. Um mundo contingente, que existe, mas podia pura e simplesmente não existir. E só um mundo contingente, histórico, com uma origem pode estar a caminho da salvação e plenitude final.

Também só um Deus pessoal pode salvar a pessoa concreta da morte definitiva. Perante a morte, é sempre possível remeter para uma imortalidade impessoal. Mas a imortalidade impessoal, pela sua própria definição, é a imortalidade de ninguém. A consciência da morte é sempre pessoal e única: pela angústia, sou remetido para o eu único que se sente ameaçado pelo nada, e desse nada só o Deus pessoal, comprometido com o homem como pessoa, pode libertar e salvar. Por isso, no domínio religioso, a distinção nuclear passa pela aceitação ou não do Deus pessoal. De facto, pode ser-se simultaneamente religioso e ateu: religioso mediante o sentimento oceânico, por exemplo, ou a veneração panteísta da Natureza, e ateu, porque não se acredita em Deus enquanto pessoa.

O Deus bíblico, que é o Deus da aliança com homens livres, não se manifesta como Senhor, à maneira dos reis e deuses da antiguidade, nomeadamente da Babilónia e do Egito, que eram senhores dos seus territórios e dos seus subordinados. É certo que na Bíblia aparece a palavra Senhor, referida a Deus. Mas isso foi por influência da tradução grega, que traduziu o original hebraico Javé por Senhor (*kyrios*). Assim, onde hoje lemos em português “Eu sou o Senhor, teu Deus”, devia estar, em conformidade com o original, “Eu sou Javé, teu Deus”, e Javé significa “Eu estarei convosco, eu sou aquele que está convosco”, o que é completamente diferente do Senhor dominador, que se tem de aguentar e suportar.

Por isso, Jesus, em quem se manifestou a amabilidade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor pelos homens, não reivindicou título senhorial. Veio como aquele que serve.

Anselmo Borges (2002). *Janela do (in)visível*. Lisboa: Campo de Letras, pp. 55-56.

Texto 2

Durante a sua estadia nos Países Baixos, Locke encontrou tempo livre para rever os rascunhos do seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, redigidos primeiramente em 1671. As reflexões sobre a tolerância [que se encontram nesta obra] remontam, sem dúvida, pelo menos ao tempo do seu exílio holandês; devem relacionar-se com as da Epístola. O argumento principal que, no *Ensaio sobre o entendimento humano*, serve para estabelecer a ideia de tolerância, funda-se na natureza do entendimento: “A necessidade em que nos encontramos de acreditar sem conhecimento e, muitas vezes, até sobre fracos fundamentos, no estado passageiro da ação e da cegueira em que vivemos sobre a terra, esta necessidade, digo eu, deveria tornar-nos mais cuidadosos em nos instruímos a nós mesmos do que em obrigar os outros a aceitar as nossas opiniões... A opção que deveríamos tomar nesta ocasião seria ter piedade da nossa mútua ignorância e procurar dissipá-la por todas as vias suaves e honestas de que nos podemos lembrar para esclarecer o espírito, e não maltratar os outros como pessoas obstinadas e perversas, porque não querem deixar as suas opiniões e aceitar as nossas.... Pois, onde está o homem que tem provas incontestadas da verdade de tudo o que defende ou da falsidade de tudo o que condena, ou que pode dizer que examinou a fundo todas as suas opiniões ou todas as dos outros homens?”

De modo diferente do *Ensaio*, a *Carta sobre a tolerância* não insiste demasiado no exame crítico da certeza do conhecimento. Locke aborda aqui o problema sob o ponto de vista da sua filosofia social e política. Ao examinar a competência do governo civil em matéria religiosa e guiado pela sua concepção da liberdade do juízo, essencial a todo o ser humano, toma como ponto de partida a distinção, aparentemente nítida e clara, entre as funções do estado e da igreja. Segue-se daí que os direitos destas duas instituições – uma referindo-se ao homem e aos seus bens no mundo, a outra à salvação eterna da sua alma – estão estritamente limitados. Nenhum estado tem o direito de impor uma fé religiosa; nenhuma igreja – definida como associação livre e voluntária – pode perseguir os adeptos das igrejas rivais. Assim, Locke julga ter estabelecido os fundamentos, ao mesmo tempo teóricos e práticos, da tolerância.

A tolerância lockiana está, apesar de tudo, sujeita a várias restrições. Dela se excluem quatro categorias de pessoas: 1) As que professam um dogma “oposto e contrário à sociedade humana ou aos bons costumes necessários para conservar a sociedade civil”; 2) As “que atribuem aos fiéis, aos religiosos, aos ortodoxos, isto é, a si próprias, nos assuntos civis, algum privilégio e poder de que não goza o resto dos mortais”, e que, por consequência, se arrogam no direito de ser intolerantes para com todos os que não partilham a sua fé; 3) As que pertencem “à igreja em que cada um passa *ipso facto* ao serviço e à obediência” de um soberano estrangeiro; 4) Uma vez que a existência de Deus se considera o fundamento de toda a conduta moral, segue-se que “os que negam a existência de um poder divino não devem, de modo algum, ser tolerados”, porque os ateus destroem necessariamente a base da permanência da sociedade humana.

Raymond Klibansky (1996). *Carta sobre a tolerância*. Lisboa: Edições 70, pp. 32-34.

4

Modelos de Grelhas / Guiões

Este material encontra-se
disponível, em formato editável, em

20 AULA DIGITAL

ORALIDADE EM SITUAÇÃO DE DEBATE

Modelo de grelha de observação de sala de aula

Escola _____ **Ano letivo** _____ **Turma** _____ **Data da observação** _____

Notas:

1. Os critérios identificados podem ser modelados consoante as situações, nomeadamente através da determinação de critérios específicos relacionados com as matérias em debate.
2. Os critérios enunciados remetem para competências, mas o professor, consoante a situação específica, pode determinar os conteúdos programáticos que vão ser mobilizados em cada situação.
3. Podem avaliar-se conhecimentos trabalhados anteriormente. Por exemplo, se na situação de oralidade se está a trabalhar a formulação do problema do livre-arbítrio, pode analisar-se se os alunos mobilizam conceitos como os de vontade, voluntário, agente e intenção na delimitação e no enunciado desse problema.
4. A aplicação da grelha pode ser efetuada em momentos determinados pelo professor para efetuar avaliação sumativa estruturada da oralidade. Nesse caso, se o professor entender, pode determinar ponderações diversas para cada critério de avaliação.
5. Consoante a finalidade da avaliação (diagnóstica, formativa, sumativa), o professor pode aplicar uma escala discreta (sim/não; possui/não possui) ou contínua (1. Muito insuficiente; 2. Insuficiente; 3. Suficiente; 4. Bom; 5. Muito Bom, por exemplo).
6. A partir do modelo disponível em **20 AULA DIGITAL**, o professor pode editar esta grelha.

[illegible]

PROBLEMATIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

Modelo de grelha de observação de sala de aula

Escola _____ Ano letivo _____ Turma _____ Data da observação _____

Notas:

- Os critérios identificados podem ser modelados consoante as situações, nomeadamente através da determinação de critérios específicos relacionados com as matérias em debate.
- Os critérios enunciados remetem para competências, mas o professor, consoante a situação específica, pode sempre determinar os conteúdos programáticos que vão ser mobilizados em cada situação.
- Podem avaliar-se conhecimentos trabalhados anteriormente. Por exemplo, para que o aluno possa ensaiar a apresentação de objeções a uma tese explorada na aula ele tem de a ter assimilado/compreendido. Para que o aluno possa ensaiar a apresentação de princípio de justiça (no âmbito da exploração da teoria de justiça de Rawls), tem de ter assimilado a noção de justiça distributiva, posição original e véu de ignorância.
- A aplicação da grelha pode ser efetuada em momentos determinados para efetuar a avaliação sumativa estruturada da oralidade. Nesse caso, se o professor entender, pode determinar ponderações diversas para cada critério de avaliação.
- Consoante a finalidade da avaliação (diagnóstica, formativa, sumativa), o professor pode aplicar uma escala discreta (sim/não; possui/não possui) ou contínua (1. Muito insuficiente; 2. Insuficiente; 3. Suficiente; 4. Bom; 5. Muito Bom, por exemplo).
- A partir do modelo disponível em [20 AULA DIGITAL](#), o professor pode editar esta grelha.

Modelo 1

Nome dos alunos	Formula problemas filosóficos	Aplica conceitos filosóficos na formulação de problemas	Formula teses em resposta a problemas filosóficos	Formula argumentos que sustentam uma tese	Avalia uma tese apresentando objeções	Colabora com empenho nas tarefas propostas	Sabe ouvir, respeita a palavra do outro, pede esclarecimentos e mantém o fio do pensamento ao longo do trabalho

Modelo 2

Nome dos alunos	Formula problemas filosóficos a partir da análise metódica de texto	Aplica conceitos filosóficos na formulação de problemas a partir da análise metódica de texto	Formula teses em resposta a problemas filosóficos a partir da análise metódica de texto	Formula argumentos que sustentam uma tese a partir da análise metódica de texto	Avalia uma tese apresentando objeções a partir da análise metódica de texto	Colabora com empenho nas tarefas propostas	Sabe ouvir, respeita a palavra do outro, pede esclarecimentos e mantém o fio do pensamento ao longo do trabalho

Modelo de GUIÃO DE TRABALHO

Guião nº _____ (Individual / de pares / de grupo)

Escola _____ Ano letivo _____ Turma _____ Data _____

Competências especialmente visadas:

Tema (conteúdo da disciplina):

Objetivos específicos:

Temas (problema filosófico, teorias filosóficas, ...):

Sequência de tarefas (planificação / orientação do trabalho a desenvolver pelos alunos):

Recursos / fontes de informação:

Distribuição pelos alunos

(constituição dos grupos / pares; eventual distribuição específica de temas pelos alunos):

Informações adicionais (local de elaboração; orientações; materiais a entregar ao(à) professor(a); calendarização; gestão do tempo; eventuais ponderações nos critérios de avaliação):

Critérios de avaliação:

Modelo de GUIÃO DE EXPLORAÇÃO DE RECURSO

Guião nº _____ (Individual / de pares / de grupo)

Escola _____ Ano letivo _____ Turma _____ Data _____

Unidade:

Tema:

Objeto de observação (vídeo, filme, imagem, ...):

Ficha técnica / referência bibliográfica do documento (autor / realizador / produtor / cantor; entidade responsável pela edição, data, duração):

Objetivos (de conteúdos):

Competências especialmente visadas:

Atividades (sequência e respetiva duração):

CrITÉRIOS de avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos:

AVALIAÇÃO DE ENSINO FILOSÓFICO

Guião nº _____ (individual / de pares / de grupo) Escola _____ Ano letivo _____ Turma _____ Data _____

Notas:

- Os critérios de avaliação apresentados são gerais e decorrem das competências definidas no programa. A aplicação destes critérios deve ser cruzada com os critérios de correção específicos de acordo com cada tema a desenvolver. Isto é, o aluno é avaliado na competência de formulação do problema filosófico (por exemplo, o porquê do dever de ter consideração moral com os animais), a qual só é plenamente avaliada pelos indicadores de correção específicos que se devem ter em conta no modo como o problema pode / deve ser formulado.
- Os critérios de avaliação dos domínios das atitudes e dos valores deverão ser modulados de acordo com os temas específicos. Aqui apresentam-se apenas exemplos possíveis.
- A distribuição da pontuação pelos diferentes critérios é uma indicação a adaptar a cada situação específica.

	M. Inf.	Insuf.	Suf.	Bom	M. Bom
I – Problematização					
1. Formulaste o problema de forma clara e precisa, justificando o modo como o problema é colocado e a sua importância filosófica					
_____/ 25 pontos					
II – Conceptualização					
1. Indicaste e classificaste adequadamente os conceitos nucleares da tua argumentação					
2. Aplicaste corretamente os conceitos na formulação dos problemas, teses, teorias e argumentos					
_____/ 30 pontos					
III – Argumentação					
1. Identificaste e formulaste adequadamente a tese a defender, mostrando em que medida resolve o problema					
2. Fundamentaste a tese com argumentos sólidos					
3. Estruturaste logicamente a argumentação, da qual a tese é uma conclusão razoável					
4. Confrontaste com rigor a tua tese com teses opostas ou com contra-argumentos					
5. Utilizaste, na defesa da tua tese, teorias, teses ou conceitos filosóficos de autores, sem erros de interpretação					
6. Aplicaste teses, teorias ou conceitos filosóficos de modo útil para a tua tese					
_____/ 65 pontos					
IV – Honestidade e rigor intelectuais					
1. Indicaste e referenciaste com rigor as fontes utilizadas					
2. Utilizaste efetivamente as fontes indicadas, sem as deturpar					
_____/ 15 pontos					

	M. Inf.	Insuf.	Suf.	Bom	M. Bom
V – Metodologias de trabalho intelectual e autónomo					
1. Mostraste saber recolher, seleccionar, interpretar e sintetizar informação, adequando-a aos objetivos do trabalho					
2. Organizaste o trabalho de modo formalmente correto (capa, índice, aspeto gráfico, fontes, anexos, ...)					
_____/ 15 pontos					
VI – Capacidade de expressão escrita metódica e compreensível					
1. Usaste uma sintaxe e ortografia corretas e um vocabulário preciso e com um nível de abstração apropriado					
2. Utilizaste, de forma adequada, palavras de ligação, conectores lógicos e índices de organização					
_____/ 15 pontos					
VII – Competências nos domínios das atitudes e valores					
1. Deste um suporte ético à tua posição, mostrando uma consciência de cidadania crítica, informada e responsável					
2. Mostraste ter adquirido informações seguras para participar no debate público de problemas e desafios que se colocam às sociedades contemporâneas					
_____/ 35 pontos					
Total: _____ valores					

5

Sugestões de correção

- **Manual**

- **Caderno do aluno**

1. O que é a filosofia? Uma noção inicial

Texto 1 – Guião de análise (p. 16)

1. Objeto de estudo da filosofia:

- Questões que surgem naturalmente à capacidade reflexiva humana e que se colocam sobre inúmeros aspetos da realidade;
- Ao colocar essas questões, o filósofo indaga, questiona, reflete sobre ideias básicas (conceitos como os de tempo, número, linguagem...) que são o fundamento do conhecimento de muitas áreas de saber, o que permite alargar o conhecimento sobre o mundo.

Texto 2 – Guião de análise (p. 16)

1. A filosofia como atividade reflexiva e crítica:

- A filosofia transpõe o agir e pensar por hábito para a reflexão e o questionamento sobre o que dizemos, porque o dizemos e qual a origem (fonte de autoridade) do que pensamos;
- Essa transposição leva-nos a criticar, ou seja, a não aceitar sem uma reflexão “processos e convicções que normalmente nos limitamos a usar”, indagando se os mesmos são verdadeiros, isto é, se têm um fundamento para além da “nossa própria perspetiva” ou do que “a situação nos parece”.

2. A filosofia como engenharia conceptual:

- O autor obtém a conclusão de que ao filosofar estamos a “olhar para os andaimes do nosso pensamento e a fazer a nossa engenharia conceptual”, porque estamos a refletir sobre os conceitos que constituem as bases (os andaimes) do pensamento, através do qual interpretamos e conhecemos o mundo; efetuamos essa análise dos andaimes do nosso pensamento ao refletir sobre conceitos como conhecimento, objetividade e verdade.

Texto 3 – Guião de análise (p. 17)

1. Dimensões teórico-crítica e prática da filosofia:

- Dimensão teórica – o conjunto de questões levantado pela filosofia permite pensar, interpretar, conhecer o mundo; trata-se de uma forma crítica de pensar porque exige o exame de ideias e conceitos comuns;
- Dimensão prática – as questões são fundamentais para a compreensão da existência; permitem fundamentá-la em conhecimentos sólidos; permitem conduzir a vida com mais segurança.

1. O que é a filosofia? Uma noção inicial

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 18)

- 1. Dimensão teórica da filosofia:** Consiste em analisar reflexiva e racionalmente a realidade para construir sobre a mesma uma interpretação que permite conhecê-la e compreendê-la, atribuindo um sentido à realidade.
- 2. Dimensão prática da filosofia:** Consiste em utilizar a reflexão filosófica, e o conhecimento produzido, para responder a questões básicas e fundamentais da existência e para guiar o homem nos caminhos da vida.
- 3. A filosofia como atividade de conceptualização:** Os filósofos pensam, refletem sobre a realidade e elaboram conhecimento sobre a realidade ao analisar e construir conceitos. Enquanto noções mentais gerais, os conceitos funcionam como lentes a partir das quais se interpreta a realidade, condicionando também a forma como se lida com esta.
- 4. A filosofia como atividade crítica:** Pensar filosoficamente implica pensar por si, pensar cuidadosa e racionalmente em todas as noções previamente adquiridas.
- 5. Noção de filosofia:** Forma de conhecimento que nasce da capacidade única do homem de pensar, interpretar e compreender racionalmente a realidade, procurando dar-lhe um sentido; a busca de sentido surge porque o homem se espanta e interroga o que está à sua volta; o filósofo leva esse espanto mais longe ao não aceitar, sem uma análise crítica, todo o conhecimento que parece óbvio e que se encontra nos conceitos mais básicos que usamos no dia a dia; por isso, o filósofo coloca um conjunto vasto de questões que ultrapassam em profundidade as questões da ciência. Porém, a filosofia não se limita ao conhecimento teórico da realidade, tendo também uma dimensão prática. Por um lado, a filosofia surge como uma atividade de análise crítica que questiona as bases de todo o conhecimento. Por outro lado, procura, através dessa capacidade crítica, que cada um deve exercer com a sua razão, a capacidade de se orientar, por si próprio, na vida.
- 6. Posição do aluno relativamente à afirmação de Sócrates:** O aluno deve começar por clarificar o sentido da afirmação, aplicando os conhecimentos adquiridos. “Uma vida não examinada” é uma vida sem a análise crítica, reflexiva e racional própria da filosofia. Uma vida não examinada é uma vida que “não merece ser vivida”, isto é, que é cega quanto às orientações sobre o melhor caminho a seguir, que é cega quanto à forma como deve ser vivida. A análise remete-nos para a dimensão prática da filosofia. O aluno deve depois definir a sua posição (concorda / não concorda) e porquê.

2. Quais são as questões da filosofia? A especificidade do questionamento filosófico

Texto 4 – Guião de análise (p. 26)

1. Diferenças entre questões filosóficas e científicas:

- primeira diferença: a formulação das questões filosóficas reflete a grande especificidade do ser humano – pensar – e traduz uma preocupação do filósofo em fornecer uma visão totalizante do saber, enquanto o cientista, dada a dinâmica de produção do próprio conhecimento científico, fornece uma visão fragmentada do saber (multiplica perspectivas e áreas do conhecimento);
- segunda diferença: as questões filosóficas não têm soluções, pois permanecem em aberto como questões válidas para o pensamento humano (“por muitas respostas filosóficas que conheçamos para a pergunta que se faz sobre o que é a justiça ou o que é o tempo, nunca deixaremos de nos perguntar pelo tempo e pela justiça”); em contrapartida, as questões científicas, uma vez encontrada a solução, deixam de ser um problema;
- terceira diferença: para o cientista, as respostas anteriores são fundamentos a partir dos quais se constroem novos conhecimentos, sem ser necessário percorrer de novo todos os caminhos e garantir a qualidade dos conhecimentos já estabelecidos; para o filósofo, nenhuma resposta filosófica anterior deve ser tida como uma autoridade inquestionável; mesmo que aceite a verdade de uma teoria filosófica, o filósofo deve refletir sobre ela de modo pessoal e justificar a sua aceitação.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 27)

1. Características das questões filosóficas: Englobantes, não empíricas, abertas e exigem uma reflexão racional crítica e pessoal do filósofo.

2. Diferenças entre questões filosóficas e questões científicas:

- Ao contrário das questões científicas, que são questões específicas sobre aspetos empíricos e delimitados da realidade, as questões filosóficas são não empíricas. Enquanto o cientista interroga aspetos factuais da realidade, que podem ser respondidos através da recolha por observação sensorial de dados, ainda que esses dados possam, depois, ser sujeitos a uma reflexão teórica, as questões filosóficas exigem apenas uma resposta racional baseada apenas na reflexão *a priori* da razão.
- As questões científicas também exigem uma reflexão racional teórica devidamente fundamentada segundo métodos de investigação. Porém, enquanto os cientistas trabalham no sentido de construir uma resposta única impessoal, uma solução, as questões filosóficas implicam várias respostas abertas à discussão, que cada filósofo avalia pessoalmente, segundo um método racional, antes de as aceitar ou recusar.
- Por fim, podemos ainda referir que as questões filosóficas são englobantes. Por um lado, porque não incidem sobre aspetos particulares, fragmentados da realidade, mas orientam a reflexão para o sentido global do que esses conhecimentos significam (por exemplo, o que significa para o homem o conhecimento que lhe pode ser dado pelas neurociências). Por outro, porque a procura desse sentido remete para o homem e para a compreensão que ele procura alcançar sobre si e sobre o mundo (o que é o homem, face aos conhecimentos que possuímos hoje sobre o funcionamento do cérebro humano).
- Em conclusão, as questões filosóficas distinguem-se especificamente por permitirem uma reflexão não empírica, englobante, aberta e pessoal, ainda que racional, sobre a realidade e a relação do homem com essa realidade.

3. Como trabalha o filósofo? O método discursivo da filosofia

Texto 5 – Guião de análise (p. 34)

- 1. Razão:** Procedimento intelectual crítico que permite selecionar, organizar e discutir ideias; instrumento intelectual que permite encontrar um ponto de vista intersubjetivo, universal.
- 2. Método racional:** Formulação, comparação e discussão de argumentos com o objetivo de encontrar a verdade, entendida como a melhor concordância possível entre o que pensamos e o modo como a realidade efetivamente é.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 35)

- 1. A.** Texto A – discurso científico; Texto B – discurso filosófico

1. B.

- a.** A afirmação é verdadeira. No texto A), os conceitos científicos, nomeadamente do domínio da física, são os de antineutrino, eletrão, próton, neutrão e conservação da energia; no texto B) os conceitos filosóficos específicos são os de ética, juízo ético, bem e mal.
 - b.** A afirmação é falsa. Tanto os cientistas como os filósofos têm de definir com rigor os conceitos que usam.
 - c.** A afirmação é verdadeira. Perguntas sobre a realidade são o ponto de partida de todas as áreas do conhecimento humano.
 - d.** A afirmação é falsa. Embora cientistas e filósofos elaborem teorias com as quais procuram interpretar e conhecer a realidade, o modo como essas teorias são fundamentadas é diferente. Os cientistas explicam racionalmente a realidade, mas têm de suportar as suas teorias com dados empíricos decorrentes de uma observação cuidada e sistemática da realidade em estudo. Os filósofos não recorrem à realidade empírica para sustentar as suas teorias, mas unicamente à análise crítica e cuidada da razão.
 - e.** A afirmação é falsa. Tal como os cientistas, também os filósofos têm de apresentar justificações para as teorias que defendem. Porém, os meios de prova são diferentes, sendo a argumentação o único meio de prova utilizado pelos filósofos.
- 2. Argumentação filosófica:** Consiste em formular uma teoria, ou tese, em resposta a um problema filosófico, sustentando-a com argumentos cuja força deve ser testada racional e criticamente, por forma a verificar se a teoria consegue resistir a contra-argumentos que possam ser lançados para a refutar. O objetivo é o de alcançar uma interpretação da realidade que não seja meramente subjetiva, mas que possa ser aceite universalmente como a forma mais verdadeira de compreender a realidade.
 - 3. Critérios para avaliar argumentos:** Se é racional, e se aspira à verdade, qualquer argumentação deve estar bem fundamentada, pelo que os argumentos devem ser capazes de suportar um exame crítico, nomeadamente da relevância e da força dos argumentos para sustentarem a tese.

4. Porque se estuda filosofia?

Texto 6 – Guião de análise (p. 40)

- 1. Tema analisado pelo autor no texto:** O ensino da filosofia.
- 2. Problema subjacente ao texto:** “O que deve o aluno aprender na aula de Filosofia?”.
- 3. Tese de Kant:** O aluno não vai aprender filosofia (entenda-se teorias filosóficas), mas aprender como deve aprender a filosofar, isto é, a pensar por si próprio se se pretende que aprenda a caminhar por si mesmo.
- 4. Argumentos apresentados por Kant:**
 1. O autor filosófico não deve ser considerado um modelo de pensamento, mas uma possibilidade, cujo estudo deve permitir ao aluno desenvolver uma análise pessoal sobre o pensamento do filósofo.
 2. Refletir, concluir por si, é a única coisa útil ao aluno.
 3. Os “juízos firmes” que o aluno adquiriu com o estudo da filosofia devem ser entendidos como conclusões provisórias, raízes a partir das quais o aluno deve poder desenvolver um sem-número de possibilidades de pensamento.
- 5. Objeções antecipadas por Kant:** São duas as possíveis objeções antecipadas por Kant:
 1. O aluno está à espera de ser ensinado e não de ter de aprender a procurar por si o conhecimento.
 2. Dada a juventude do aluno, as suas capacidades não estão ainda exercitadas, o que torna a aprendizagem do filosofar particularmente difícil.
- 6. Refutação por Kant:** Uma das formas de superar as objeções reside em reconhecer a dificuldade que advém da juventude do aluno e do facto de as suas expectativas poderem colidir com o que vai encontrar na aula de Filosofia. Além disso, Kant pensa superar os contra-argumentos, ao afirmar que, apesar das dificuldades, aprender a pensar, a caminhar por si, é a única coisa que será verdadeiramente útil ao aluno.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 41)

Posição do aluno relativamente à afirmação de Kant “a única coisa útil ao aluno é aprender a filosofar”:

O aluno deve começar por, em síntese, apresentar a posição de Kant e os argumentos que a sustentam; conseguir distinguir com rigor “aprender filosofia” de “aprender a filosofar”, mobilizando conhecimentos adquiridos sobre a noção de filosofia; definir com rigor a sua posição; apresentar argumentos que mostrem claramente que ou está de acordo (reflexão sobre os argumentos de Kant) ou em desacordo (mostrando as dificuldades ou insuficiências dos argumentos de Kant).

5. Quais foram os primeiros filósofos?

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 48)

- 1. Nascimento da filosofia:** A filosofia nasceu na Grécia, aproximadamente nos começos do século VI a.C.
- 2. Pensamento mítico vs pensamento racional:** O pensamento mítico responde às questões colocadas pelo universo através de explicações sobrenaturais, isto é, atribui aos deuses a responsabilidade dos acontecimentos (humanos e cosmológicos), fazendo-os depender da sua vontade. O mito é então uma história tradicional através da qual os poetas explicam a realidade. Por seu lado, o pensamento racional afasta-se progressivamente destas explicações e procura na razão a origem dos fenómenos, logo pretende instalar a convicção de que as coisas acontecem por razões que nada têm a ver com a vontade dos deuses, mas que têm uma origem na natureza ou na ação do homem. O pensamento, que se quer racional, construiu conceitos e apostou no desenvolvimento de um espírito crítico e plural. Estas explicações correspondem, então, a dois tipos diferentes de atitudes intelectuais face à realidade e ao modo de a interpretar e compreender.
- 3. Diferença entre o primeiro e o segundo nascimentos da filosofia:** A diferença fundamental entre o primeiro e o segundo nascimentos da filosofia consiste nos seus diferentes centros de interesse. Enquanto a filosofia pré-socrática, com exceção dos sofistas, se interroga sobre o cosmos, o mundo, naquilo que o constitui, o regula e que explica a mudança nele observável (sendo o homem um elemento da natureza), apresentando diferentes respostas possíveis, o segundo nascimento centra no homem as suas preocupações, nomeadamente na sua educação e na sua atividade cívica e política.
- 4. Os filósofos gregos como exemplos da atitude filosófica:** Os filósofos gregos já formulavam questões acerca do mundo e do homem e propunham várias possibilidades de resposta. Os seus domínios de eleição – a natureza, o conhecimento e o homem – continuam hoje a interessar à reflexão filosófica (caráter intemporal). As suas teorias contribuíram para a definição de um modo específico de interpelar o ser humano e o universo e lançaram as bases de um pensamento autónomo e rigoroso, que se pretende objetivo e que abriu caminho à formação do pensamento racional, crítico, abstrato e que ousa pensar por si, para além de todas as autoridades.

1. A filosofia da ação e o problema da delimitação do conceito de ação

Texto 1 – Guia de análise (p. 64)

1. Marca distintiva do agir: Só se pode considerar ação o ato voluntário.

2. Diferenças entre o que me acontece, ato involuntário e ação:

- o que me acontece: o que ocorre sem o “querer”, sem a vontade interveniente do agente; pode ocorrer a um sujeito, mas o mesmo não é agente porque o ato é involuntário, inconsciente (entornar o copo);
- ato involuntário: o sujeito da ação pode estar consciente, mas o que fez não dependeu da sua vontade (deixar cair ou atirar o bilhete pela janela);
- ação: depende da vontade de um agente consciente que intencionalmente pretende realizar efetivamente a ação (atirar o revisor pela janela).

Texto 2 – Guia de análise (p. 64)

1. Características do ato voluntário: Partindo do exemplo do movimento do braço, e problematizando o que faz o agente efetivamente (o braço moveu-se porque o agente quis ou o braço moveu-se e o agente tem a ilusão de o ter querido mover? – já que existe uma diferença entre querer mover o braço e movê-lo efetivamente), Savater caracteriza o ato voluntário como aquele que se segue na sequência de uma intenção do agente; aquele que surge em resultado de uma intenção mental (querer mover o braço), de tal forma que parece existir uma relação causal entre o querer do agente e o ato físico realizado;

- “‘fiz voluntariamente determinada coisa’ significa que, sem a minha autorização, essa coisa não teria acontecido; é ação minha, o que não teria acontecido se eu não tivesse querido que acontecesse”.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 66)

1. Problema da conceptualização da ação humana: Identificar todos os traços distintivos da ação, nomeadamente os que diferenciam o conceito de outros conceitos aparentados, como o de fazer.

2. Área da filosofia que se dedica à reflexão sobre a especificidade da ação humana: Filosofia da ação.

3. Clarificar e relacionar os conceitos de agente, motivo e intenção: O agente é o sujeito da ação, aquele a quem se pode atribuir a causa do acontecimento intencional. Motivo é a razão, o porquê da intenção do agente. Intenção é o propósito, o para quê, o fim da ação estabelecido pelo agente. Perguntar pela intencionalidade da ação é questionar o que se pretendia atingir.

4. Distinção entre acontecimentos e ações: As ações são um tipo particular de acontecimentos. São acontecimentos na medida em que possuem uma componente física: ocorrem no mundo e podem ser apreendidos por um observador, seja ele o sujeito que realiza a ação ou outro observador. No entanto, as ações possuem características específicas (são voluntárias, conscientes, intencionais, motivadas e realizadas por um agente), o que faz com que sejam apenas um conjunto específico dos acontecimentos que ocorrem no mundo.

5. Clarificação e relação dos conceitos de deliberação, decisão racional e escolha: Por vezes o agente delibera (analisa os diferentes cursos de ação e os meios para os realizar), antes de tomar uma decisão (opção por um curso de ação) que pode ser uma decisão racional (opção pelo curso de ação que apresenta as melhores razões). A decisão termina numa escolha (realização da ação).

6.1.

Clarificar a posição do autor: Searle defende que é frequente pensar-se, no domínio das teorias sobre a ação, que todas as ações, porque dotadas de intencionalidade, são antecedidas por uma deliberação na qual os indivíduos, previamente à execução da ação, ponderam sobre a melhor forma de realizar a ação. No entanto, defende que em muitos casos a ação realiza-se sem que haja da parte do agente um pensamento reflexivo anterior.

6.2.

Explicitar a posição do aluno: O aluno deve apresentar uma posição clara a favor (sim, há ações realizadas sem reflexão prévia) ou contra (não, todas as ações carecem de uma deliberação anterior à sua execução) e apresentar elementos pertinentes exemplificativos da sua posição.

7. Elaborar um esquema sobre rede conceptual da ação: O esquema da transparência "rede conceptual da ação" pode servir de orientação para avaliação do trabalho do aluno.

2 – Determinismo e liberdade na ação humana

Atividades de revisão (p. 78)

- 1. Noção de compatibilismo:** Posição sobre o problema do livre-arbítrio que assume a forma de um determinismo moderado; posição que defende a tese que os acontecimentos são causados, mas, apesar disso, o homem é dotado de livre-arbítrio, isto é, da possibilidade de fazer opções que dependem da sua vontade.
- 2. Objeção ao compatibilismo:** Como pode a ação ser, simultaneamente, causada por fatores externos ao agente e ser livre. A liberdade do agente pode ser ilusória, apenas por desconhecimento das causas que determinaram a escolha.
- 3. Condicionantes da ação humana:** Fatores externos à vontade do agente que, por um lado, orientam, limitam e restringem a ação humana e, por outro, são condições de possibilidade da ação, uma vez que, sem elas, certas expressões da ação humana não seriam possíveis.

Atividades de revisão (p. 82)

- 1. Determinismo radical:** Posição sobre o problema do livre-arbítrio segundo a qual a existência de sequências causais que estão na origem dos acontecimentos não é compatível com o livre-arbítrio.
- 2. O determinismo radical como posição incompatibilista:** Posições incompatibilistas são as que consideram que apenas uma das seguintes afirmações é verdadeira: ou “tudo é causado e o homem não é livre” ou “o determinismo causal existe, mas o homem é livre”; o determinismo radical assume a posição de que o homem não é livre, mas determinado por causas que escapam à sua vontade.

Atividades de revisão (p. 85)

- 1. Tese libertista:** O homem é livre por ter a possibilidade de ser a causa, o autor das suas ações.
- 2. Argumentos que sustentam o libertismo:**
 - a) Na natureza podem existir causas necessárias, que obrigam a um único desfecho possível do curso dos acontecimentos, mas, na ação humana, existem causas livres, que decorrem da vontade do agente, e que são suficientes para que a ação ocorra;
 - b) Por autoanálise, o agente descobre-se como tendo várias alternativas de ação, podendo optar por uma;
 - c) O homem não tem uma essência predeterminada; torna-se no que é pelas escolhas que realiza.
- 3. Objeção ao libertismo:** Ausência de provas de que o agente efetua o autocontrolo da sua ação, de que efetivamente é ele quem determina a ação e não uma causalidade externa que desconhece.

Texto 3 – Guião de análise (p. 88)

- 1. Problema do livre-arbítrio tal como formulado pelo autor:** Nagel coloca o problema da seguinte forma: o livre-arbítrio consiste na possibilidade de escolha que se traduz num “pode” ou “poderia” do agente que, num determinado momento e havendo mais do que uma possibilidade de ação, escolhe uma das possibilidades, podendo, por si próprio, escolher outra, mantendo-se todas as circunstâncias. Esse “pode” ou livre-arbítrio distingue a ação humana de tal forma que não o atribuímos a ser inanimados como o carro.
- 2. Posição apresentada sobre o problema do livre-arbítrio:** A tese apresentada pelo autor relativamente ao problema do livre-arbítrio é a tese determinista. Pela argumentação, podemos ver que se trata do determinismo radical.
- 3. Argumentos que sustentam a tese do autor:** Tudo na natureza obedece a leis que definem todos os acontecimentos. Quando o agente escolhe, apenas executa uma ação que já estava determinada pelos fatores que agem sobre ele. A ideia da possibilidade de escolha resulta apenas de um processo mental do agente, cujo desfecho já estava anteriormente definido.

Texto 4 – Guião de análise (p. 89)

1. **Noção de liberdade:** Possibilidade de construir um curso de ação para lá das condicionantes que a podem limitar, orientar, definir e até constranger. Liberdade não é o mesmo que fazer tudo o que se quer, mas poder fazer outra coisa para lá daquilo que as circunstâncias parecem definir como a única situação possível. Não estar programado para agir de uma única forma.
2.
 - a. **Condicionante da ação:** Fatores externos ao agente, que fazem parte do contexto social, cultural, histórico, natural onde aquele está inserido e que limitam, mas também possibilitam a sua ação. Um dos exemplos apresentados pelo autor é o da linguagem: ela está preestabelecida (não foi o agente que a criou e a sua utilização enforma o universo mental do mesmo), mas é ela que possibilita a comunicação do agente com os outros.
 - b. **Tipos de condicionantes da ação:** Culturais (a língua, hábitos, costumes, tradições, os valores, como o da coragem...); naturais (necessidade de segurança, de conforto físico, de proteger a sua descendência).
3.
 - **Tese defendida face ao problema do livre-arbítrio:** Compatibilismo, determinismo moderado: a ação humana realiza-se num conjunto de condições que são exteriores ao agente e que ele não controla, mas isso não o impede de ser livre (determinismo e livre-arbítrio são compatíveis).
 - **Argumentos:** Usando a comparação entre os homens e os animais não humanos, estes estão programados, agir de forma não prevista no seu programa é impossível; nos seres humanos, para lá de todas as condicionantes (que tornam a ação bastante previsível), existe a possibilidade de agir de forma não previsível, isto é, de agir de forma completamente diferente do que seria expectável face à situação que o agente vive.

Texto 5 – Guião de análise (p. 91)

1.
 - **Argumentos apresentados pelo autor:** a) A existência da liberdade é uma constatação empírica para o agente; b) Experienciar a liberdade é experienciar a possibilidade, a alternativa de ação, a escolha entre várias razões e vários cursos de ação; c) Essa possibilidade torna o comportamento humano imprevisível, ao contrário dos restantes acontecimentos que são previsíveis.
 - **Objeções ao determinismo radical:** O determinismo radical defende que o livre-arbítrio é uma ilusão decorrente da ignorância das verdadeiras causas da ação, mas esta posição não consegue eliminar a verdade indiscutível de que experienciamos a liberdade.
 - **Problema do livre-arbítrio mantém-se em aberto:** Ainda que estes argumentos (possibilidade e imprevisibilidade da ação) não expliquem de modo cabal de que forma o agente livre se autodetermina, a experiência indiscutível da liberdade mantém o problema em aberto.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 92)

1. Causa: A causa de um acontecimento é a razão, a explicação pela qual o mesmo ocorre. Por exemplo, na Terra ocorre uma sequência de dias e de noites por causa da rotação do planeta sobre si próprio.

Causalidade: Quando falamos em causalidade falamos numa sequência de causa-efeito, ou seja, quando está presente um fator (a causa) o outro segue-se-lhe (o efeito).

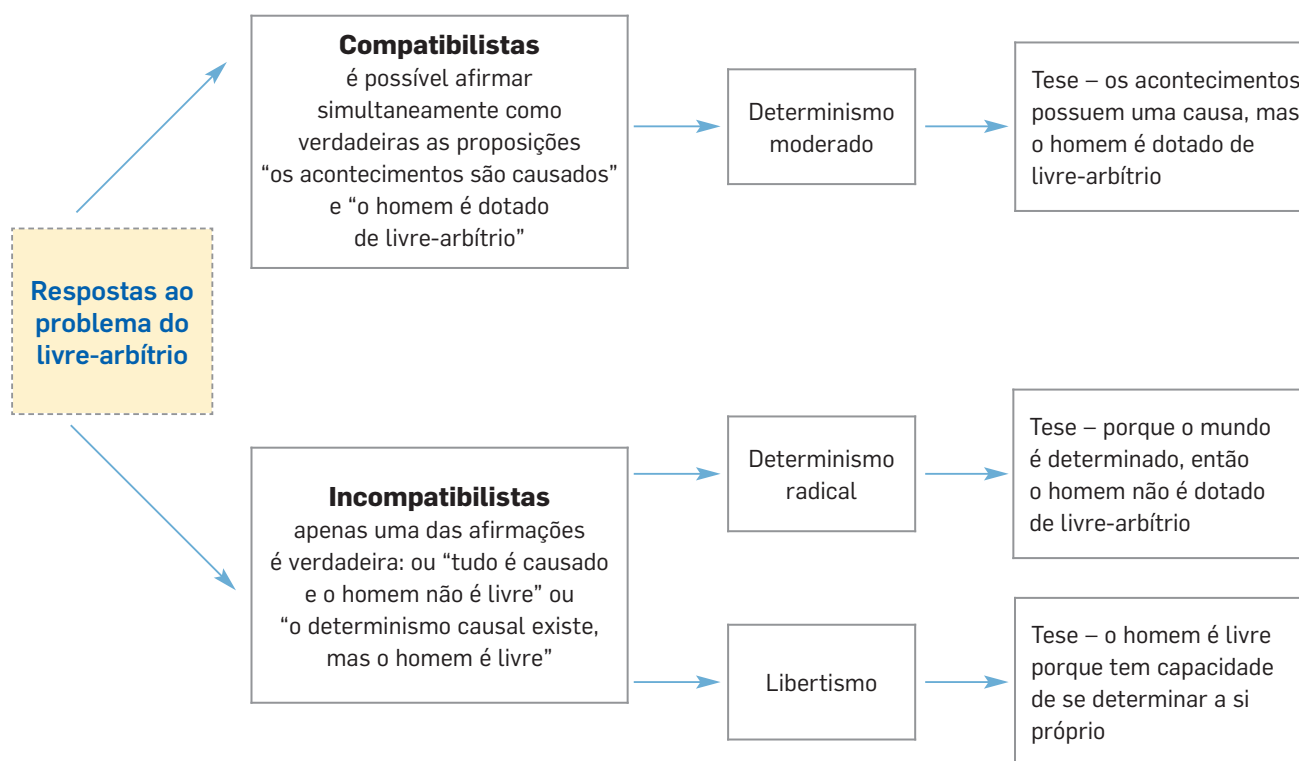
Determinismo: Conceção segundo a qual todos os acontecimentos resultam de causas que os antecedem.

Livre-arbítrio: Liberdade da vontade, ou seja, a possibilidade de escolher agir ou não, de seguir um certo curso de ação ou outro e não há constrangimentos externos que obriguem ou impeçam o agente de realizar o que deseja.

2. Problema do livre-arbítrio: Consiste em saber se é possível afirmar ao mesmo tempo que “tudo o que acontece é o resultado de uma causa” e “a ação humana é um acontecimento livre, não determinada por causas externas ao agente”.

3. Livre-arbítrio como problema filosoficamente relevante: É um problema antropológico – toca no modo como o homem se vê a si próprio (conceção de homem) e a si no mundo. É reflexivo e englobante – a resposta não deriva da biologia, da química, da psicologia ou de qualquer outra ciência em particular, mas de uma reflexão global sobre o homem, a qual não pode descurar o conhecimento que temos dessas ciências. É um problema filosófico relevante – muitas convicções e regras nos domínios da ética, da política e do direito dependem da ideia de que o agente é livre e pode ser responsabilizado pelas suas ações.

4. Esquema sobre as diferentes posições sobre o livre-arbítrio:



- 5. Posições compatibilistas:** Teorias que defendem a possibilidade de afirmar simultaneamente como verdadeiras as proposições “os acontecimentos são causados” e “o homem é dotado de livre-arbítrio”.
- Posições incompatibilistas:** Teorias, como o determinismo radical e o libertismo, que defendem que apenas uma das afirmações é verdadeira: ou “tudo é causado e o homem não é livre” ou “o determinismo causal existe, mas o homem é livre”.
- 6. Compatibilismo como determinismo moderado:** O compatibilismo é uma posição relativa ao problema do livre-arbítrio. Defende que os acontecimentos possuem uma causa, mas o homem é dotado de livre-arbítrio. Trata-se de uma forma de determinismo moderado porque os compatibilistas não negam que muitos dos atos humanos são determinados por causas externas ao agente, causas essas identificadas por alguns compatibilistas como condicionantes da ação humana. Essas condicionantes nem sempre atuam como constringentes absolutos (todo o organismo vivo precisa de uma fonte de energia senão morre), mas apenas como causas não determinantes (apesar disso, o agente pode recusar comer).
- 7. Determinismo radical:** Posição incompatibilista sobre o problema do livre-arbítrio. Apresenta como principais argumentos: **1.** Todos os acontecimentos são o resultado de uma série infinita de causas e efeitos que tornam os acontecimentos previsíveis e que definem apenas um curso possível no mundo. **2.** O livre-arbítrio é a possibilidade de, perante as mesmas circunstâncias, escolher entre alternativas, criando vários efeitos possíveis. **3.** A liberdade, assim entendida, é uma ilusão decorrente da ignorância de quais as verdadeiras causas que determinam a vontade e a ação.
- Libertismo:** Posição incompatibilista sobre o problema do livre-arbítrio. Apresenta como principais argumentos: **1.** Os deterministas compreendem erradamente o conceito de causa ao reduzir a noção de causa a causa necessária. **2.** Na natureza podem existir causas necessárias, que constringem a um único desfecho possível; na ação humana existem causas livres que são suficientes para que a ação ocorra. **3.** Numa análise a si próprio, o agente descobre-se como sujeito de deliberação, de escolha, de raciocínio prático que pensa nas várias alternativas da ação. **4.** As condicionantes da ação, como Jean-Paul Sartre sustenta, nada determinam à partida (o homem não tem uma essência) e aquilo que o homem é resulta das escolhas livres que faz (são a existência e a ação livre que determinam a ação).
- 8. Interesse prático do problema do livre-arbítrio para a ação humana:** Toda a ação humana nos domínios da ética, da política e do direito e todas as convicções, teorias e regras que possuímos nestes campos assentam sobre a ideia de que o agente é dotado de liberdade da vontade e, portanto, pode ser responsabilizado pelas consequências boas e más da sua ação. Só tem importância refletir sobre o melhor caminho e as melhores razões para guiarmos os nossos passos, se houver liberdade de escolha para o fazer.
- 9. Posição do aluno sobre o excerto:** Primeiro o aluno deve mostrar que compreendeu o texto – distinção entre causa, no sentido constringente ou causa necessária, *versus* causa livre ou suficiente; o constringente não permite a liberdade (só há um desfecho possível e escapa ao controlo do agente); a liberdade implica processos racionais de deliberação e escolhas, assim como limitar os impulsos (possível relação com a argumentação de Espinosa); da admissão da existência de liberdade decorre a possibilidade de responsabilizar o homem pelos seus atos. O aluno deve definir claramente uma posição. O aluno deve mobilizar de modo pertinente argumentos que sustentam uma posição.
- 10. Objeções ao libertismo a partir do determinismo radical** (o aluno pode apresentar uma das objeções):
1. Ilusão da ideia de liberdade por falta de conhecimento sobre as causas efetivas das ações.
 2. Explicação insuficiente da forma como o agente autodetermina a sua vontade.

1. Como agir? Os valores e a análise e compreensão da experiência valorativa

Atividades de revisão (p. 106)

- 1. Conceito de valor:** Qualidade, noção geral de bem, reconhecido como propriedade ideal que se atribui a objetos, acontecimentos e ações; tornam a realidade desejável, estimável; definem aspirações dos indivíduos (justo, leal, bom, saudável, ...).
- 2. Importância dos valores para a ação:** Definem percursos da ação humana, explicando as suas razões e dando-lhe intencionalidade; dão uma dimensão axiológica e normativa à ação.
- 3. Distinção entre juízo de facto e juízo de valor:** Os juízos de facto descrevem a realidade; em contrapartida, os juízos de valor avaliam e são normativos (enunciam princípios de ação); nos juízos de facto, o valor de verdade pode ser determinado empiricamente; nos juízos de valor, o valor de verdade é de difícil atribuição, gerando-se discussão e é difícil estabelecer um consenso.

Texto 1 – Guião de análise (p. 114)

1. Subjetivismo axiológico:

- Os subjetivistas axiológicos defendem que os valores e os juízos de valor expressam preferências, que são apenas relativos aos indivíduos, a comunidades ou à sociedade (alguém só defende a igualdade entre homens e mulheres porque vive numa sociedade cuja cultura assenta na valorização da igualdade entre homens e mulheres; se vivesse numa comunidade com valores diferentes, teria uma preferência axiológica diferente).
- Ora, defende Nagel, se assim é, os subjetivistas axiológicos só podem emitir juízos de valor na primeira pessoa (eu considero a desigualdade errada) ou, quanto muito, num plural que abarca uma comunidade (nós, da sociedade X, consideramos a desigualdade errada), de tal forma que nenhum dos seus juízos de valor pode ter a pretensão de ser aceite como correto ou verdadeiro por outros.

2.1. Forma como Nagel encara a diversidade axiológica sobre as desigualdades entre homens e mulheres:

- a crença na igualdade de oportunidades e o desejo de diminuir as desigualdades herdadas não devem ser encaradas apenas como a expressão dos valores de uma sociedade;
- o facto de existirem sociedades onde há, e sempre houve, desigualdades entre homens e mulheres não é razão para considerar essa desigualdade como algo de bom, sem se discutir racionalmente;
- a recente ideia de que homens e mulheres devem ser considerados de forma igual implica uma análise racional de forma a se encontrarem as razões pelas quais se deve considerar que homens e mulheres devem ter oportunidades iguais.

2.2. Crítica de Nagel ao subjetivismo axiológico:

- nega que uma posição axiológica possa ser aceite só porque é a expressão de uma sociedade, povo, cultura;
- considera que as posições axiológicas, subjetivas ou não, devem ser submetidas a uma análise racional, quer para se observar porque estão certas quer para se observar porque estão erradas; ao serem analisadas racionalmente, há necessidade de ultrapassar a mera subjetividade.

Texto 2 – Guião de análise (p. 115)

1.1. Elementos que constituem a dignidade humana, segundo Savater:

- nenhum ser humano pode ser sacrificado pelos outros;
- cada um deve possuir os meios para exercer em autonomia os seus projetos de vida;
- cada um deve ser socialmente considerado pelas suas ações e não por fatores como a raça, o sexo;
- a solidariedade deve ter em conta a possibilidade de minorar o sofrimento e a dor.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 116)

1. Noção de valor e de experiência axiológica:

- **valor:** Qualidade, noção geral de bem, que os indivíduos e as coletividades reconhecem como propriedade ideal e que se atribuem a objetos, acontecimentos ou ações, tornando-os desejáveis, estimáveis, de tal forma que se aspiram a ter ou realizar, definindo ainda aquilo que se deseja ser (leal, justo, bom...);
- **experiência axiológica:** Consiste em vivenciar a realidade através dos valores: os objetos, ações e acontecimentos não são neutros, mas vivenciados como algo de bom ou mau, preferível ou recusável, positivo ou negativo.

2. Polaridade e hierarquia dos valores: A **polaridade** expressa a dimensão avaliativa, positiva e negativa, como experienciamos a realidade quando a interpretamos à luz dos valores (vivenciamos as coisas, acontecimentos e ações como bons ou maus, justos ou injustos, iguais ou desiguais, belos ou feios e assim sucessivamente); a **hierarquia dos valores**, que se expressa em tábuas de valores, consiste em considerar que há valores mais importantes do que outros, organizando-os numa escala de importância.

3. Juízo de valor: Proposição, formulada à luz de valores, que expressa uma avaliação ou preferência em relação a um ato, objeto ou acontecimento e cujo valor de verdade pode ser discutível sem chegar a gerar consenso; são ainda proposições normativas, no âmbito do dever ser, pois estabelecem como agir ou como avaliar.

4. A. – JV; B. – JV; C. – JF; D – JF; E. – JV.

5. Relação entre valor e ação: Os valores explicitam muitos dos motivos e das intenções do agente e estabelecem preferências nos momentos da deliberação, decisão e escolha do agente; conhecer os valores e a tábua de valores de um agente é importante para compreender a intencionalidade da sua ação.

6. Problema da natureza dos valores: Questionar se os valores e os juízos de valor são apenas subjetivos (relativos aos sujeitos individuais ou inseridos em comunidades) ou se são objetivos (se possuem um fundamento que ultrapasse a mera subjetividade dos agentes).

7. Posição do aluno: O aluno tem de:

- a) definir claramente a sua posição (a favor ou contra);
- b) delimitar claramente os seus argumentos, tendo por base os elementos estabelecidos na aula;
- c) apresentar argumentos que possam, de alguma forma, superar as objeções ao subjetivismo axiológico, no caso de defender a tese desta posição.

8. Objeções ao subjetivismo axiológico:

- 1. Não permite que qualquer valoração axiológica seja considerada certa ou errada, a partir de outra tábua de valores (mesmo as que implicam provocar dor e sofrimento nos outros).
- 2. Não permite explicar a vida em sociedade no que respeita às ações que se orientam por valores comuns e muito menos a possibilidade de fundamentar cartas universais de direitos assentes em valores, tais como a liberdade, a paz, a segurança.
- 3. Não explica porque se considera que há uma evolução positiva na sociedade quando se alcançam valores considerados superiores, ou seja, não explica o que podemos designar por “progresso axiológico”.

9. O critério antropológico como base possível do objetivismo axiológico: O objetivismo axiológico é uma posição sobre o problema da natureza dos valores que defende a possibilidade de existirem valores e juízos de valor que ultrapassam a subjetividade dos indivíduos e das sociedades onde estão inseridos.

Para alguns autores, o objetivismo axiológico consiste na possibilidade de se encontrarem valores e juízos de valor trans-subjetivos. O critério antropológico, que consiste em considerar que a dignidade humana é inviolável, é um referente axiológico a partir do qual se pode encontrar um fundamento para esses valores trans-subjetivos.

2. Como podemos viver todos juntos? Valores, cultura e diversidade cultural

Atividades de revisão (p. 123)

- 1. A cultura como espaço de realização da humanidade:** O homem não nasce homem (ser biologicamente aberto, indeterminado), torna-se homem (pela assimilação da cultura adquire formas de estar, agir e ser que o assemelham aos seres humanos do grupo, ou grupos, onde está inserido); o pleno desenvolvimento de todas as características que diferenciam o homem dos restantes seres vivos só se realiza através da assimilação da cultura.
- 2. Relação entre padrão de cultura e identidade cultural:** A assimilação de padrões de cultura (modelos que determinam modos de agir que definem o certo e o errado) define uma identidade cultural (sentimento de integração, de pertença a um grupo e, ao mesmo tempo, de diferenciação face a outros grupos).

Texto 3 – Guião de análise (p. 132)

- 1. A cultura como o que há de mais íntimo no ser humano:** O homem é um ser biológico incompleto, cujo desenvolvimento pleno só se obtém com a sua inserção na cultura; a humanidade não está determinada biologicamente, mas adquire-se culturalmente.
- 2. A cultura como realização de valores:** Os valores dão à cultura uma intencionalidade; o processo histórico de realização e de evolução de uma cultura resulta da concretização de diferentes tipos de valores.

Texto 4 – Guião de análise (p. 132)

1. Relação entre cultura e identidade cultural:

Cultura é o conjunto de conquistas, usos, saberes e formas de vida que determinada coletividade humana compartilha e pelo qual se distingue das outras.

Identidade cultural é o sentimento de pertença a um grupo, aos que são próximos culturalmente, ao mesmo tempo que se regista diferenciação face aos outros.

2. Tese e argumentos de Savater sobre o problema da diversidade cultural:

Tese – as culturas podem ter modos de ser e de agir diferentes, mas nem todos os padrões de cultura são aceitáveis.

Argumentos – há valores, como a dignidade humana, que devem estar acima dos padrões de cultura; esses valores sustentam a emissão de juízos de valor sobre as culturas.

Texto 5 – Guião de análise (p. 134)

1. Argumentos do autor que questionam o relativismo cultural:

1. Da constatação que culturas diferentes têm soluções diferentes para os mesmos problemas, não se pode inferir que todas as diferenças culturais são igualmente aceitáveis.
2. Quando o relativismo cultural promove o relativismo axiológico deixa de ser uma boa solução para o problema da diversidade cultural se os padrões de cultura colocarem em causa o bem-estar, a dignidade dos seres humanos, e promoverem a desigualdade, a opressão e o sofrimento.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 135)

1. **A cultura como aperfeiçoamento do homem:** O homem, enquanto ser biológico, é incompleto; a sua humanidade só se atinge plenamente quando integrado num grupo social onde adquire instrumentos culturais que permitem o pleno desenvolvimento das suas potencialidades biológicas e da sua humanidade.

2. **Relação entre cultura e valores:** Os valores funcionam como referenciais axiológicos de ação, levando as culturas a concretizar os valores, em especial os que são considerados, por cada cultura, os superiores.

3. Conceitos de cultura, padrão de cultura e identidade cultural:

Cultura – vasto conjunto de modos de ser, agir e pensar característicos de aspetos materiais (objetos, utensílios, instrumentos...) e não materiais (regras de convivência social, de organização social, de educação e de formação, organizações e instituições, expressões artísticas e desportivas, valores....) que é criado pelo homem, transmitido de geração em geração, e que define e diferencia grupos sociais.

Padrões de cultura – modelos estandardizados de agir que definem como fazer e agir, o certo e o errado.

Identidade cultural – sentimento de integração, de pertença a um grupo que é, ao mesmo tempo, um modo de diferenciação face a outros grupos sociais e a outros indivíduos.

4. **Problema da diversidade cultural:** Consiste em saber como articular, por um lado, a ideia de que a identidade cultural é fundamental para a definição daquilo que cada ser humano é, e, por outro lado, a existência de diferentes culturas e sistemas de valores, cuja convivência exige que se pense como é possível viver com a diversidade num mundo globalizado e como lidar com a diferença quando ela coloca em causa valores que consideramos fundamentais.

5. Posições sobre o problema da diversidade cultural:

O **monoculturalismo** defende a homogeneidade cultural pela **imposição** de uma cultura oficial dominante, promovendo a assimilação.

O **multiculturalismo** defende a coexistência, num mesmo espaço, de diferentes culturas, o que, quando associado ao relativismo cultural, leva apenas à **justaposição** de culturas.

O **relativismo cultural** defende que cada cultura tem um modo próprio de resolver as questões que se colocam ao homem e que, por isso, não há culturas boas ou más, apenas diferentes.

O **interculturalismo** é hoje a posição defendida para resolver o problema da diversidade cultural, em especial nas situações em que num mesmo espaço político coabitam várias culturas, por vezes antagónicas. O interculturalismo defende que é possível, através do diálogo intercultural e com base em critérios trans-subjetivos de valoração, conciliar a igualdade e a diferença se se procurar compreender ativamente o

outro, não apenas com base no respeito e no direito à diferença, mas também com base no princípio de que existem pontos comuns entre as comunidades culturais e de que existem valores e direitos universais.

6. Diferença entre tolerância e relativismo cultural, segundo o autor:

A **tolerância** consiste numa atitude ativa de respeito e aceitação do outro e da sua diversidade cultural; a tolerância nem sempre é uma coisa boa, pois pode levar à indiferença face às várias perspectivas axiológicas sobre o mundo, levando a tolerar (suportar) mesmo o que coloca em causa a dignidade humana; portanto, a tolerância é uma atitude boa, desde que não seja a tolerância do intolerável, ou seja, do que coloca em causa a dignidade humana.

O **relativismo cultural** defende que cada cultura tem um modo próprio de resolver as questões que se colocam ao homem e que, por isso, não é boa ou má, mas apenas diferente, posição que parece promover a tolerância; porém, o relativismo cultural nunca é uma coisa boa pela incapacidade de estabelecer referenciais axiológicos a partir dos quais se possam emitir juízos de valor e princípios normativos de ação quando os padrões de uma cultura são lesivos da dignidade humana.

1. A experiência convivencial

Texto 1 – Guião de análise (p. 147)

- 1. Importância da experiência convivencial:** O homem é um ser gregário, vive em sociedade e necessita dessa vida em sociedade; por um lado, a nossa humanidade foi-nos contagiada (tornamo-nos humanos porque aprendemos com os outros a ser humanos) e, por outro lado, precisamos do reconhecimento social, precisamos de nos dar a conhecer aos outros e precisamos que os outros “nos olhem”, ou seja, nos aproveitem; por isso, argumenta o autor, o pior castigo que poderia ser infligido a um ser humano seria ignorá-lo totalmente, torná-lo socialmente invisível.

Texto 2 – Guião de análise (p. 148)

- 1. Base da moral segundo T. Nagel:** Consideração mais universal dos interesses dos outros face ao impacto da ação realizada.
- 2. Insuficiência do princípio da consideração universal dos interesses dos outros:** Este princípio é insuficiente porque não nos diz de que forma devemos tomar em consideração o interesse mais geral, nem de que forma podemos resolver as situações em que o que se considera ser certo ou errado varia de cultura para cultura ou de agente para agente.

Texto 3 – Guião de análise (p. 149)

- 1. Responsabilidade ética:** O cuidado a ter com o outro (o paciente) que sofre o impacto das consequências da ação do agente, tanto mais que essas ações podem ser sentidas como prejuízos, como danos, tendo em consideração não apenas as consequências imediatas no espaço e no tempo, mas também as mais longínquas.
- 2. Problema levantado pelo autor:** O problema levantado é o de estabelecer um limite, no espaço e no tempo, do alcance das consequências da ação do agente: Até onde pode o agente ser considerado responsável pelos efeitos nocivos dos seus atos? (Por exemplo: Até que ponto somos responsáveis pelo buraco do ozono que afeta o sul da Patagónia? Até que ponto somos responsáveis pelo degelo das calotas polares?)

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 150)

- 1. Experiência convivencial:** Experiência de viver com os outros num espaço social comum, no qual são estabelecidas interações sociais relevantes, quer para o desenvolvimento pleno da humanidade de cada ser humano (só nos tornamos homens pelo contacto com outros seres humanos) quer para obtermos dos outros o reconhecimento necessário (pela aprovação ou reprovação das nossas ações).

Responsabilidade ética: Tomar em consideração os danos ou benefícios decorrentes da ação, em especial os que podem afetar os mais frágeis; ter consciência de que as implicações da ação nem sempre são imediatas e locais, mas que podem estender-se no espaço e no tempo.

- 2. A necessidade das normas para a vida social:** Enquanto normas, as regras morais estabelecem padrões de ação e de comportamento que orientam os indivíduos, tornando-os previsíveis; assim sendo, as normas morais são importantes na medida em que dizem aos indivíduos o que fazer e como fazer, permitindo que haja ordem no comportamento social. Enquanto regras morais, estabelecem limites ou dizem o que fazer por relação ao impacto que as nossas ações e suas consequências podem ter nos outros, estabelecendo as fronteiras do errado e do certo; desta forma, as normas morais são importantes, na medida em que obrigam os indivíduos a ter os outros em consideração quando agem, mantendo a coesão e a harmonia social. Depois de estabelecidos os conceitos e o seu impacto para a vida social, o aluno deve determinar uma posição. É aceitável que o aluno exemplifique com normas morais que podem ser lesivas para a sociedade (por exemplo, normas morais que apenas tenham em consideração o interesse de alguns) ou que possam gerar conflitos entre culturas.
- 3. Insuficiência da norma moral para a intenção ética da ação:** A norma moral estabelece apenas o certo e o errado do ponto de vista dos costumes de uma sociedade, não justifica porque a ação pode ser considerada certa ou errada; a interiorização da norma moral através da consciência moral pode ser apenas externa (por exemplo, o receio da punição social); a intenção ética da ação implica a sua justificação racional.

2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral

2.1. A ética deontológica de Kant – uma ética do dever

Texto 1 – Guião de análise (p. 162)

- 1. Determinação do valor moral de uma ação, segundo Kant:** Kant defende que o valor moral de uma ação é determinado pela lei a que a vontade se submete, independentemente dos efeitos (em si ou nos outros) que possam vir a decorrer da ação (o valor moral não depende do propósito; o valor moral não depende dos fins que se pretendem atingir).
- 2. Posição deontológica:** Uma ética deontológica caracteriza-se por definir um conjunto de deveres, de obrigações morais, que se impõe à vontade, independentemente das consequências que possam advir da ação. Como podemos observar no texto, é exatamente isso que Kant aponta ao defender que o valor moral da ação depende da lei, da obrigação moral a que se submete ("nada senão a representação da lei moral em si mesma"), independentemente de qualquer efeito.
- 3. Imperativo categórico:** A lei moral formulada por Kant, e enunciada no final do texto, é o imperativo categórico.
- 4. Vontade boa e imperativo categórico:** De acordo com Kant, uma vontade boa encarna o ideal de moralidade e consiste na submissão racional da vontade ao dever moral. Assim, uma vontade boa é aquela cujas ações são realizadas por dever, independentemente das consequências da ação. Para isso, a vontade tem de se submeter a uma lei moral que racionalmente impõe a si própria como uma obrigação absoluta: o imperativo categórico. Na sua fórmula, "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal", o imperativo categórico exige que o agente delibere sobre o princípio subjetivo da ação que pretende realizar e reflita se o mesmo pode ser universalizável. A universalização traduz o caráter racional da decisão do agente.

Texto 2 – Guião de análise (p. 163)

- 1. Determinação da moralidade de uma ação, segundo Kant:** O motivo que leva o agente a atuar, a saber, a obediência ao dever independentemente da inclinação, sentimento ou interesse do agente. Assim, se a ação ocorreu porque o agente é naturalmente inclinado para a realização do bem, se o fez por compaixão (movido por um sentimento) ou pelo interesse (ser socialmente reconhecido pelo outros como uma pessoa boa), a ação perde o seu caráter moral.
- 2. Razões para que o dever seja o único critério de moralidade:** No que respeita às consequências da ação, Kant argumenta que a única coisa que o agente pode controlar são as suas intenções (agir por dever), já que, depois da ação realizada, os seus efeitos escapam ao seu controlo; da mesma forma, as emoções escapam ao controlo do agente, pelo que também não podem ser um fundamento da ação consciente.

Texto 3 – Guião de análise (p. 164)

1. **Contra-argumento à posição kantiana da existência de leis morais absolutas:** Leis morais absolutas (isto é, sem que seja admitida exceção em situações concretas específicas) podem entrar em conflito, não havendo uma saída para a resolução do conflito; por exemplo, o imperativo “é errado mentir” pode entrar em conflito com a obrigação moral de “proteger os que correm perigo de vida ao serem injustamente perseguidos”; a moral kantiana não apresenta solução para estas situações.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 165)

1. **Vontade boa:** Vontade que se submete racionalmente ao imperativo categórico, a lei moral do dever.
Imperativo categórico: Lei moral, um princípio absoluto que se impõe necessariamente ao agente, mas cuja formulação exige que seja o próprio agente a decidir o curso da sua ação ao determinar a conformidade desta à lei moral.
2. **Determinação, pelo agente, da moralidade da sua ação:** O agente deve identificar a máxima da ação que pretende realizar; aferir se a mesma pode ser universalizada; agir em conformidade com a conclusão obtida.
3. **Agir por dever e agir em conformidade ao dever:**
Por dever – o agente submete a sua ação ao imperativo categórico independentemente das suas inclinações, sentimentos ou consequência da ação.
Em conformidade ao dever – externamente a ação pode corresponder aos cânones do considerado moralmente correto, mas no agente não esteve presente uma intencionalidade ética.
4. **A dignidade humana como fundamento do imperativo categórico:** A razão carece de uma justificação para se submeter ao imperativo categórico, um fundamento cujo valor intrínseco a obrigue a respeitar a lei moral (o imperativo categórico); o homem, por ser dotado de razão e de projetos, tem um valor intrínseco, ou seja, nunca pode ser usado como um meio para atingir um fim.
5. **Legitimidade, para Kant, para realizar falsas promessas por motivos altruístas:** O aluno deve identificar as máximas da ação, aplicando as duas formulações do imperativo categórico (por exemplo, “é legítimo fazer uma promessa que podemos vir a não cumprir para salvar a vida de alguém”) e inferindo da possibilidade de serem ou não universalizáveis; Kant recusaria a moralidade da ação, porquanto o dever impõe a lei moral independentemente das suas consequências (é irrelevante o que se obtém ao realizar o ato) e porque se estaria a usar um amigo como um meio para alcançar um fim.
6. **Dois contra-argumentos à ética kantiana:** As consequências de uma ação realizada por obediência ao dever podem ser moralmente inaceitáveis (por exemplo, indicar a um assassino onde está a vítima que ele persegue) e princípios morais absolutos, em algumas circunstâncias, podem entrar em contradição, sem que exista um princípio moral para a ultrapassar.
7. **Superação das objeções à ética kantiana:** Para além da correção da resposta do aluno, será de valorizar a sua argumentação, nomeadamente se parte efetivamente de uma compreensão das objeções; para ambas as objeções pode colocar-se a hipótese de serem estabelecidos princípios que permitam modular a aplicação da lei moral a circunstâncias específicas.

2.2. A ética consequencialista de John Stuart Mill – uma ética da utilidade

Texto 1 – Guião de análise (p. 176)

- 1. Problema de Mill:** Provar que a felicidade é um dos fins da ação humana, provando, assim, a tese central do utilitarismo ético de que a promoção da felicidade é o critério que permite aferir a moralidade das ações.
- 2. Tese defendida por Mill:** A felicidade é um dos fins da conduta humana, a partir do qual as demais coisas são desejáveis (são meios para atingir a felicidade) e, por isso, a felicidade deve ser considerada um dos critérios da moralidade.
- 3. Argumento utilizado por Mill:** Da mesma forma que em outras questões factuais a sua existência só se pode comprovar através da experiência, também a prova de que a felicidade é o fim (ou o único bem desejável como fim) da ação humana se prova pela observação de que cada um age em prol da sua felicidade. Se a felicidade é um bem para cada uma das pessoas, também é um bem para um agregado de pessoas.

Texto 2 – Guião de análise (p. 176)

- 1. Princípios morais que permitem determinar a bondade moral de uma ação de acordo com Mill:** Princípio da utilidade ou da maior felicidade segundo o qual as ações são boas ou más na medida em que tendem a aumentar a felicidade ou a produzir o contrário da felicidade; princípio da imparcialidade, segundo o qual um agente deve ser rigorosamente imparcial, tal como é um espetador desinteressado e benevolente, considerando a felicidade geral tão importante quanto a sua.
- 2. Caráter hedonista da ética utilitarista de Mill:** O utilitarismo de Mill considera que a felicidade, a finalidade última da ação humana, consiste no prazer e na ausência da dor.
- 3. Possibilidade de os agentes superarem uma posição egoísta:** Os agentes interiorizarão o princípio da utilidade se:
 - as instituições sociais se organizarem no sentido de promoverem o bem geral harmonizando o bem individual com o interesse da sociedade;
 - os indivíduos forem formados de tal modo que realizar o bem geral passe a ser um “motivo habitual de ação própria”.

Texto 3 – Guião de análise (p. 178)

1. Objeção ao utilitarismo: O ideal de moralidade do utilitarismo é demasiado exigente ao considerar que a ação deve ter sempre em conta os interesses da sociedade.

2. Contra-argumentação de Mill:

- Os que apresentam esta objeção partem de uma interpretação errada do papel do princípio moral: o facto de a regra nos dizer como agir para que um ato seja moralmente bom não significa que o único motivo da ação seja a submissão ao princípio moral; pelo contrário, uma boa parte das nossas ações é impulsionada por outros motivos.
- Ser moralmente bom, do ponto de vista utilitarista, não implica ter em conta a sociedade em geral: apenas alguns têm a possibilidade de realizar o bem em larga escala (bem público); a maioria dos indivíduos, nas suas ações, apenas precisa de ter em consideração indivíduos concretos.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 179)

1. Características da ética de Mill: A ética de Mill é utilitarista (afere o grau de moralidade de uma ação pela utilidade, o interesse que essa ação produz, medida pelo seu contributo para o maior aumento global de felicidade), consequencialista (o valor moral de uma ação não resulta de uma obediência cega a um princípio moral absoluto *a priori*, mas das consequências produzidas pela ação) e hedonista (a felicidade que deve decorrer da ação moralmente boa é avaliada com o aumento do prazer ou a diminuição da dor). Assenta ainda na convicção de que a submissão a princípios morais universais depende de uma educação moral que leve o agente a considerar os interesses dos demais tão relevantes como os seus.

2. Princípios do utilitarismo: Princípio da utilidade ou da maior felicidade que afirma que as ações são boas ou más na medida em que tendem a aumentar a felicidade ou a produzir o contrário da felicidade; o princípio da imparcialidade segundo o qual a felicidade geral, e não a individual, é o fim último da ação de todos os agentes morais.

3. Objeção ao princípio hedonista da ética de Mill e sua refutação pelo autor: Crítica segundo a qual a redução da felicidade ao prazer reduziria o homem à sua animalidade. Mill responde que o homem é capaz de dois tipos de prazeres (inferiores, que partilha com os animais, e superiores, os do espírito), sendo que, depois de experimentar os dois, escolherá os superiores, pois estes são mais valiosos, mesmo que isso signifique não conseguir satisfazer plenamente, em quantidade, os dois tipos de prazeres.

4. Resposta de Mill à crítica de que o hedonismo do utilitarismo reduz o homem à animalidade: Mill defende que qualquer homem que já tenha experimentado os prazeres superiores, e tendo possibilidade de comparar os prazeres do espírito com os do corpo, se recusaria a agir apenas com base nos prazeres do corpo, mesmo que fossem em maior quantidade; o aluno deve definir uma posição contra ou a favor da tese de Mill, sendo relevante a sua justificação.

3. Ética, direito e política

Atividades de revisão (p. 191)

- 1. Caracterização da noção de Estado:** Organização política, legitimada legalmente, que exerce um poder soberano sobre um povo num espaço geográfico delimitado, protegendo-o e regulando-o através da lei (funções legislativa, executiva e judicial) e do domínio exclusivo da violência legítima.
- 2. Distinção entre norma ético-moral e norma jurídica:** Norma ético-moral é a regra que regula a ação por imposição social ou autoimposição do indivíduo, na maior parte dos casos não escrita, e cujo incumprimento implica uma sanção social ou uma sanção da consciência moral sob a forma de remorso; norma jurídica é o preceito escrito, com caráter de obrigatoriedade, cujo incumprimento é punido.
- 3. Necessidade da norma jurídica:** Posição de Aristóteles – a consciência ético-moral apenas exerce a sua força sobre alguns; a maioria precisa da lei para obrigar ao comportamento socialmente desejável, pelo que é preciso que o legislador acrescente a pena à regra; o aluno define a sua posição, sendo desejável que apresente exemplos de situações onde a força da lei é importante para a obtenção do bem comum e exemplos onde deve ser a consciência moral do indivíduo a encontrar a razão da ação (por exemplo, não deverá caber ao Estado o estabelecimento da obrigação de contribuímos financeiramente para os mais necessitados quando existe uma catástrofe).

Texto 1 – Guião de análise (p. 200)

- 1. Diferença entre legalidade (norma jurídica) e moralidade (norma moral):** A legalidade caracteriza-se pela exterioridade da obrigação aos indivíduos; pela imposição/obrigação vinda do exterior e pela punição ou correção física; a moralidade caracteriza-se pela interiorização da norma e pela autonomia moral do sujeito que age.

Texto 2 – Guião de análise (p. 200)

- 1. Estado de natureza segundo Locke:** Situação na qual os indivíduos vivem segundo a lei natural que estabelece que todos são iguais e livres [independentes] e que possuem direitos naturais, tais como o direito à vida, à propriedade, à liberdade e a se defenderem a si próprios no caso de alguém colocar em causa estes direitos.
- 2. Razão para passar do estado de natureza à vida em comunidade (Estado), segundo Locke:** No estado de natureza os direitos de propriedade e de autodefesa são precários, pois, embora com direito a serem juizes nas suas causas, os homens nem sempre têm poder para se defenderem e aplicarem punições aos infratores; por isso, os indivíduos associam-se em comunidade (Estado), estabelecendo um contrato social para protegerem os seus direitos naturais, garantido que a lei natural é posta em prática.
- 3. De acordo com Locke, poderes cedidos pelos indivíduos no contrato social:** Poderes de fazer e de executar leis (legislativo e executivo).

Texto 3 – Guião de análise (p. 201)

- 1. Características do ato de desobediência civil:** Infração não violenta da lei ou de políticas governamentais consideradas injustas com o objetivo de as mudar; violação pública da lei para apelar ao caráter injusto da lei ou da política governamental; está em causa o bem comum geral e não o interesse particular.
- 2. Importância do caráter público dos atos de desobediência civil:** O caráter público é importante porque não está em causa o bem particular daquele que viola a lei, mas um bem comum geral; só num espaço público a legitimidade da violação da lei pode ser aceitável, porque só quem aí desobedece à lei pode persuadir outros da justeza das suas posições.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 202)

- 1. Noção de poder e de poder político:** O **poder** é uma força que se exerce sobre os indivíduos, obrigando-os a realizar um comportamento ou uma ação. O **poder político** é a possibilidade de controlar o comportamento e as ações dos indivíduos através de leis que proíbem ou obrigam determinados atos, estando os infratores sujeitos a penas, tais como multas, perda de bens ou limitações à liberdade.
- 2. Origem do Estado segundo Locke:** Necessidade sentida pelos homens no estado natural, perante a ameaça à integridade dos seus direitos naturais, de se organizarem em sociedade civil, mediante um contrato social, que os levou a outorgar num Estado os seus poderes legislativos e executivos.
- 3. Relevância atual da teoria do Estado de Locke:** Ideias fundamentais que ainda hoje servem de base à reflexão sobre o Estado: a autoridade do Estado está limitada pelas funções que lhe estão atribuídas; cabe ao Estado promover o bem comum; a ação do Estado exerce-se dentro dos limites estabelecidos por leis conhecidas; a aplicação da lei deve ser realizada de modo imparcial.
- 4. Características do ato de desobediência civil:** Ato público e político, não violento, contrário à lei e praticado com o objetivo de provocar uma mudança nas leis ou na política seguida pelo Estado.

Texto 4 – Guião de análise (p. 214)

- 1. Situações de injustiça:** A desigualdade social e económica na qual os indivíduos nascem, da qual não são responsáveis e da qual dificilmente conseguirão sair; as desigualdades impostas com base em critérios tais como o género ou a cor da pele.
- 2. Reformulação das questões:** Das diferentes causas que podem gerar a desigualdade entre os indivíduos, quais as que devem ser combatidas? Quais os melhores métodos para combater a desigualdade?

Texto 5 – Guião de análise (p. 215)

- 1. Objeto de estudo da teoria da justiça de Rawls:** Estrutura básica da sociedade, a forma como as instituições sociais distribuem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a divisão dos benefícios da cooperação em sociedade.
- 2. Objetivo de Rawls com a teoria da justiça:** Alcançar princípios de justiça obtidos através de um acordo entre indivíduos colocados numa posição original.
- 3. Posição original e véu de ignorância:**

Posição original – situação hipotética, na qual os sujeitos escolhem os princípios de justiça a coberto de um véu de ignorância.

Véu de ignorância – situação na qual ninguém conhece a sua posição na sociedade, a sua situação de classe ou estatuto social, a parte que lhe cabe na distribuição dos atributos e talentos naturais, a sua inteligência, a sua força, a sua conceção de bem e as suas tendências psicológicas.
- 4. Conceção de justiça como equidade:** Ignorando as partes a sua situação específica, ninguém tende a escolher princípios de justiça parciais; todos estão em pé de igualdade aquando da decisão de quais os melhores princípios para organizar a sociedade justa.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 216)

- 1. Aplicação dos princípios da justiça ao texto:** O texto descreve a posição daqueles que defendem que o governo não deve interferir, nomeadamente através da redistribuição da riqueza, nas situações de desigualdade social, a menos que elas resultem de uma ação errada de uma pessoa sobre outra.

Aplicação do princípio da diferença e da igualdade de oportunidades: As situações de desigualdade só poderão ser aceites se os menos beneficiados ficarem em melhor situação com uma distribuição desigual da riqueza e se os que possuem menos riqueza tiverem tido igual oportunidade de acesso aos cargos e funções que geraram essa riqueza; em conclusão, Rawls não concordaria com a posição descrita no texto se ela não obedecer ao princípio enunciado; se não obedecer, deverá haver lugar à redistribuição de riqueza.
- 2. A não redistribuição de riqueza para combater as dificuldades sociais:** O aluno deve definir a sua tese e apresentar os argumentos que a sustentam.

4. Análise e compreensão da experiência estética (Volume 2)

4.1. A experiência e os juízos estéticos

Atividades de revisão (p. 15)

- 1. Problemática da relação entre estética e filosofia da arte:** a) alguns pensadores consideram que são áreas diferentes, porquanto a estética tem como objeto de estudo a forma como o ser humano aprecia objetos que são considerados belos ou sublimes e como essa apreciação se expressa em sentimentos, em conceitos ou em juízos; ora, a filosofia da arte ocupa-se da reflexão sobre a criação e a apreciação da obra de arte; uma vez que nem todas as obras de arte se podem considerar belas, então a estética e a filosofia da arte são áreas diferentes; b) outros admitem que nem todas as obras de arte são belas, mas defendem que a filosofia da arte é uma parte da estética porque ambas partilham um objeto de estudo: a experiência estética.
- 2. Características da experiência estética:** Universal, pois todos os povos e culturas produzem formas artísticas reveladoras de sensibilidade estética; plural, dado que percepção, emoção e propriedades dos objetos cruzam-se numa pluralidade de sentimentos estéticos que podem variar significativamente; desinteressada e contemplativa, visto que implica uma atitude de desinteresse face à utilidade; o prazer obtido e a apreciação efetuada não são um meio para alcançar um fim, mas um fim em si mesmo.
- 3. Belo e sublime:** Noções estéticas associadas a um sentimento desinteressado de prazer; a) belo: beleza, prazer sentido na capacidade humana de sentir agrado em elementos visuais, táteis, sonoros, movimentos, ideias e ações); b) sublime: sentimento provocado no homem por tudo aquilo que o ultrapassa, o atemoriza, o exalta e o leva a querer exceder-se a si mesmo.

Texto 1 – Guião de análise (p. 19)

- 1. Diferença do prazer da beleza face a outras experiências humanas:** não tem nenhuma utilidade (ou finalidade) sensorial ou racional: esgota-se em si mesma (é um interesse desinteressado).

Texto 2 – Guião de análise (p. 19)

- 1. Problema enunciado:** Como justificar os juízos de gosto sem que se elimine “a intuição de que os juízos de beleza se baseiam em sentimentos subjetivos de prazer”.
- 2. Resposta de Kant:** Os juízos de gosto são subjetivos, mas aspiram à universalidade porque resultam de um jogo livre entre faculdades humanas (a imaginação e o entendimento), comuns a todos os homens, o que permite que o prazer estético seja partilhável, comunicável.
- 3. O objeto do juízo estético como um propósito sem propósito:** O juízo estético é desinteressado; o objeto sobre o qual se formula o juízo estético não tem qualquer fim específico.

Texto 3 – Guião de análise (p. 20)

- 1. Natureza da experiência estética segundo Beardsley:** A experiência estética resulta de características que se encontram efetivamente na obra e que são percebidas nos objetos, e não apenas dos elementos subjetivos envolvidos na receção da obra de arte; se a experiência estética resultasse apenas da apreciação subjetiva, não seria possível determinar em que consiste uma experiência estética adequada, nem quais as características que nos permitem afirmar que estamos perante um objeto estético, nem o valor de uma apreciação estética, pois todas as apreciações seriam igualmente válidas.
- 2. Características objetivas que fundamentam a experiência estética:** Intensidade, unidade e complexidade.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 22)

- 1. Campo de interesse da estética:** Área da filosofia que estuda a forma como o ser humano aprecia objetos que são considerados belos ou sublimes e como essa apreciação se expressa em sentimentos, em conceitos ou em juízos.
- 2. Modalidades da experiência estética:** **a) contemplação da natureza e de outros objetos do quotidiano:** paisagens e objetos do quotidiano podem provocar sentimentos e apresentar características que emocionam os sujeitos, levando-os a colocá-los como objetos de apreciação estética; **b) contemplação da obra de arte:** registo de cores, movimentos, ritmos e harmonia de formas, por exemplo, tem valor próprio, o qual se esgota no ato da sua fruição, isto é, não existe nem tem outro objetivo que não seja essa experiência; **c) criação artística:** produção de obras originais, reveladoras de criatividade e que expressam a perspetiva do criador.
- 3. Juízo estético:** Proposição na qual um sujeito expressa uma experiência estética. Atribuição de propriedades a objetos, reveladoras da emoção e do prazer resultantes da fruição estética de um dado objeto.
- 4. Posicionamento face a afirmação:** O aluno deve começar por clarificar a afirmação traduzindo a ideia de que os prazeres da beleza são apenas sentidos pelo homem; apenas o homem acrescenta aos objetos elementos estéticos cujo propósito está apenas na contemplação, na fruição; o aluno deve determinar e justificar a sua posição.
- 5. Teorias sobre a natureza do juízo estético:** O **objetivismo estético** defende que os juízos estéticos expressam as qualidades de um objeto e não apenas o gosto ou os sentimentos daquele que ajuíza; de acordo com Beardsley são as propriedades estéticas dos objetos, tais como a intensidade, complexidade e unidade, que fundamentam a experiência estética; o **subjetivismo estético** entende que os juízos estéticos são subjetivos, isto é, expressam os sentimentos do sujeito face ao objeto; as qualidades estéticas do objeto não existem intrinsecamente nele, mas na apreciação realizada pelo sujeito, o que justifica a pluralidade de juízos discordantes entre si.
- 6. Subjetivismo estético em Kant:** Para este autor, o juízo estético é um juízo simultaneamente subjetivo e universal; subjetivo, porque é um juízo de gosto sobre o belo, logo manifesta sentimentos de agrado ou desagrado de um sujeito face a um objeto; universal, porque pretende ter uma validade que ultrapassa a apreciação subjetiva na medida em que há faculdades comuns aos seres humanos que tornam o belo comunicável e partilhável, ou seja, todos os seres humanos farão uma apreciação idêntica (por isso, afirmar que algo é belo não consiste em dizer que há propriedades no objeto que levem a que todos o considerem igualmente belo; consiste em afirmar que aquilo que considero belo pode ser, igualmente, considerado belo por outro ser humano).

4.2. A criação artística e a obra de arte

Texto 1 – Guião de análise (p. 34)

- 1. Critério identificador de um “criador”:** Originalidade e inovação, isto é, síntese criativa original e única, que dá origem à produção de obras que, sem aquele artista, nunca teriam existido.

Texto 2 – Guião de análise (p. 35)

- 1. Qualidade que permite afirmar que estamos perante um objeto capaz de provocar emoção estética, segundo Tolstoi:** Capacidade de o objeto artístico criar uma vivência idêntica de sentimentos entre produtor e recetor da obra de arte, a partir de acontecimentos reais ou imaginados (estabelecimento de uma identidade emocional).

Texto 3 – Guião de análise (p. 36)

- 1. Critério identificador de uma obra de arte, segundo Collingwood:** Um objeto é uma obra de arte quando permite ao artista refinar emoções originais, transformando-as em emoções estéticas, as quais, quando evocadas no recetor, permitem a este uma melhor compreensão dos seus sentimentos.
- 2. Processo de criação artística, segundo Collingwood:** Processo de exploração de emoções, o que permite ao artista clarificar sentimentos inicialmente pouco definidos, daí resultando um aumento do autoconhecimento do criador (isolamento e refinamento de emoções).

Texto 4 – Guião de análise (p. 36)

- 1. Qualidade dos objetos capaz de provocar emoção estética, segundo Olive Bell:** Serem dotados de forma signifiante, isto é, de uma combinação de formas, linhas e cores cuja harmonia dá origem a emoção estética, não necessariamente idêntica em todos os espetadores.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 38)

1. Caracterização do processo criador:

- 1. Domínio de técnicas de produção:** o artista aprende, por vezes durante anos, técnicas implicadas no uso de diferentes materiais para os manipular da melhor forma.
- 2. Sistematização da produção:** o criador realiza esboços, estudos, ensaios através dos quais vai dando corpo ao objeto artístico, segundo a corrente artística a partir da qual constrói a sua obra.
- 3. Síntese criadora única:** o artista cria objetos originais, inconfundíveis, que traduzem a marca de um sujeito único.
- 4. Criação de objetos com vista a uma experiência estética:** o objeto produzido tem por objetivo ser fruído, ser contemplado e produzir prazer naquele que o observa.

- 2. Delimitação do problema da definição da obra de arte:** Dificuldade em estabelecer o que se pode considerar arte, tendo em conta a diversidade de manifestações artísticas, a multiplicidade de correntes estéticas e o uso de materiais muito diversificados e alguns impensáveis até há poucos anos.

- 3. Motivos que impedem que pinturas como as de Mondrian ilustrem a teoria da imitação:** A justaposição de formas geométricas que jogam com cores, nos quadros típicos de Mondrian, não contempla a existência de elementos figurativos, mais ou menos reprodutores da realidade, logo pinturas como estas afastam-se da tese da teoria da arte como imitação.
- 4. Posição do aluno face à afirmação:** O aluno deve assumir uma posição e apresentar argumentos pertinentes e devidamente encadeados. Pode mobilizar a análise crítica efetuada à teoria de Tolstoi, nomeadamente que o critério defendido por Tolstoi será insuficiente, pois:
- a) nada garante que a emoção original associada à produção de uma obra provoque emoção idêntica no espetador;
 - b) nem todas as obras de arte pretenderão expressar emoções;
 - c) nada garante também que o sentimento que uma obra de arte parece expressar corresponda, de facto, a emoções vividas aquando da sua produção.
- 5. Tese e argumentos da teoria da arte como forma significativa:** As obras de arte são objetos que apresentam forma significativa; a arte permite agir de forma organizada sobre materiais, de forma harmoniosa, a partir das relações estabelecidas entre linhas, formas e cores.
- 6. Circularidade da posição de Bell:** Definição do conceito de emoção estética com a noção de forma significativa e definição da noção de forma significativa com a noção de emoção estética, o que torna problemático afirmar quando se está na presença de uma obra de arte.

4.3. A arte: conhecimento, produção e consumo

Texto 1 – Guião de análise (p. 45)

- 1. Função da arte para Goodman:** Proporcionar conhecimento sobre as coisas; a percepção, a deteção de padrões, o reconhecimento e a classificação inerentes à experiência estética são tão relevantes para a aquisição de conhecimento como a atividade científica.

Texto 2 – Guião de análise (p. 45)

- 1. Razões para os originais serem preferidos às boas imitações:**
 - a) o valor de mercado (muitas cópias do mesmo objeto podem fazer baixar o preço de mercado de um original);
 - b) o estatuto social proporcionado pela posse de um objeto único.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 46)

- 1. Cognitivism estético:** Posição de Nelson Goodman sobre o valor da arte: defende que a arte possui um valor determinado pela sua função cognitiva; a emoção estética proporciona conhecimento e, consequentemente, o aumento da compreensão do mundo; a obra de arte (nomeadamente as variações sobre um mesmo tema) permite perceber aspetos diferenciados na realidade; a percepção da obra de arte molda, enforma a percepção do mundo.
- 2. Fenómenos de produção e consumo em massa da obra de arte:** Novas formas de produção e de reprodução aumentaram exponencialmente o acesso à obra de arte e à experiência estética; a experiência estética foi incorporada nos objetos do quotidiano através do *design*.

5. Análise e compreensão da experiência religiosa

5.1. A religião e o sentido da existência: a experiência da finitude e a abertura à transcendência

Atividades de revisão (p. 62)

- 1. Conceito de religião:** Conceito difícil de delimitar, onde nem a etimologia é consensual: étimos mais destacados remetem para o desejo de recuperar uma ligação aos deuses, pelos quais se tem elevada consideração; implica um sistema de crenças e ideais diversificados, um conjunto de narrativas, tradições rituais e normas próprias que definem a relação entre o que é humano e o que é sobrenatural.
- 2. Significado da universalidade da experiência religiosa:** Fenómeno global, com origens remotas associadas aos desejos de proteção e explicação do mundo; número muito elevado de crentes; dispersão geográfica acentuada das primeiras religiões.
- 3. Pluralidade religiosa a partir de exemplos:** A experiência religiosa é plural na medida em que reconhece diferentes deuses, orações, textos sagrados, rituais, festividades e símbolos, entre outros; o aluno deve selecionar exemplos ilustrativos das grandes religiões do mundo que atestem essa pluralidade.
- 4. Sagrado e profano:** a) sagrado: mundo sobrenatural, ao qual não se tem acesso pela experiência quotidiana, mundo em que se crê e que se venera; b) profano: mundo natural, isto é, o plano da realidade imediata a que corresponde o mundo da experiência sensível.
- 5. Relação entre rituais e espaço sagrado:** Os rituais, enquanto cerimónias coletivas nas quais, através de objetos, pessoas, palavras e emoções, os homens prestam culto ao transcendente, exigem que a sua celebração aconteça num espaço qualitativamente superior ao espaço quotidiano; a partilha coletiva da fé acontece num espaço próprio, sagrado, isto é, um espaço consistente e significativo, construído pelo homem, e que se constitui, para o homem religioso, como “centro do mundo”, que rompe com o espaço profano.
- 6. Definição de uma ética pelas religiões:** As religiões possuem conjuntos de regras que orientam a conduta dos indivíduos e dos grupos na sua relação com o divino, com os pares e consigo mesmos, logo estes corpos normativos definem o que se pode ou não fazer, o que é desejável ou proibido, ou seja, regulam a experiência convitual entre os membros das comunidades religiosas e o comportamento individual.

Texto 1 – Guião de análise (p. 68)

- 1. Dificuldade de definição do conceito de religião:** Inexistência de uma definição universal de religião devido a diferenças acentuadas entre as várias manifestações religiosas (cada definição proposta não é suficientemente abrangente para acolher todas as características de cada uma das religiões).
- 2. Objeções para as propostas de definição de religião sugeridas pelo autor do texto:** Objeção à primeira proposta de definição: exclusão de versões do Budismo; objeção à segunda proposta de definição: a) exclusão de religiosos e de certas religiões que não manifestem veneração ou temor face ao sagrado; b) classificação de grupos que tratam a natureza, a nação ou a si próprios como sagrados, como religiosos; objeção à terceira proposta de definição: classificação da comunidade científica como religiosa, uma vez que também apresenta um conjunto de crenças, ações e emoções.

Texto 2 – Guião de análise (p. 69)

- 1. Posição de Tolstoi:** O conhecimento racional não é a resposta certa para a questão do sentido.

Transcrição 1: “Ao entregar-me à luz brilhante do conhecimento, só desviava os meus olhos da questão. Por mais claros e tentadores que fossem os horizontes que se abriam perante mim, cedo compreendi que quanto mais claro era este conhecimento, menos eu precisava dele, menos respondia à minha questão”.

Transcrição 2: “tomei consciência de que não podia procurar uma resposta à minha questão no conhecimento racional”.

Transcrição 3: “em complemento ao conhecimento racional, que antes me parecera ser o único, fui inevitavelmente levado a reconhecer um tipo diferente de conhecimento, um tipo irracional, que toda a humanidade tinha: a fé, que nos dá a possibilidade de viver”.

- 2. A vantagem da fé face à razão segundo Tolstoi:** Introdução de uma relação entre o finito e o infinito.

- 3. Relação entre a fé e a dimensão transcendente da experiência religiosa:** A fé, enquanto vivência direta e pessoal da experiência religiosa, predispõe o homem para a comunhão com o sagrado. A abertura à transcendência permite ao sujeito recuperar uma ligação ao divino e assim superar a finitude humana, dando sentido à sua existência.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 70)

- 1. Distinção entre a filosofia da religião e a religião:** Enquanto a filosofia da religião é uma área específica do pensamento filosófico que reflete sobre a dimensão religiosa da experiência humana, isto é, pensa sobre a religião e formula problemas filosóficos à vivência religiosa, nomeadamente os implicados na prova racional da existência de Deus, a religião diz respeito a um sistema de crenças tidas como verdadeiras de cuja aceitação resulta um comprometimento com o divino e o sagrado.
- 2. Elemento comum à diversidade das religiões:** Sentido de dependência em relação a uma ordem transcendente.
- 3. Justificação da afirmação:** O aluno deve mostrar que a crença é uma atitude do espírito que admite uma ideia como verdadeira e o homem religioso não coloca sequer a hipótese de que ela possa ser falsa, até porque a sua justificação para lá da fé é totalmente prescindível.
- 4. Clarificação da afirmação:** A experiência religiosa reflete o desejo humano de ligação ao sobrenatural, a uma ordem sobre-humana que proteja, conforte e salve o homem, permitindo-lhe por isso ir para além da experiência sensível.
- 5. Religião enquanto resposta possível aos problemas da finitude e do sentido:** A abertura a uma realidade superior, infinita e absoluta, liberta da contingência humana, dá esperança e confiança ao homem para lidar com a sua imperfeição e o seu limite e oferece-lhe um horizonte de sentido (crença numa existência posterior, mais agradável e compensadora das dificuldades e contrariedades da vida terrena).

5.2. Religião, fé e razão

TEXTO 1 – Guião de análise (p. 81)

- 1. Características de Deus:** Deus é Pessoa; é onipotente (tudo pode), onisciente (tudo sabe); é perfeitamente livre (nada de exterior a ele próprio condiciona ou determina o seu livre arbítrio).

TEXTO 2 – Guião de análise (p. 81)

- 1. Argumento ontológico de Santo Anselmo:** Deus é um ser perfeito; a existência faz parte da perfeição; se Deus não existisse seria imperfeito; logo, um ser perfeito tem necessariamente de existir.
- 2. Crítica de Gaunilo ao argumento de Santo Anselmo:** A consequência lógica do argumento de Santo Anselmo é a de que tudo o que concebemos como perfeito teria, então, de existir; ora, a existência, como podemos inferir pelo exemplo da ilha perfeita, não se pode extrair da perfeição.
- 3. Refutação de Kant ao argumento ontológico:** Vai mais longe que a refutação de Gaunilo porque explica a razão pela qual não se pode extrair a existência da perfeição; a perfeição de uma coisa depende das suas propriedades; a existência não é uma qualidade que concorra para determinar que algo é perfeito; saber se uma coisa existe não decorre da definição, é uma outra questão.

TEXTO 3 – Guião de análise (p. 83)

- 1. Argumento da existência de Deus de acordo com o texto:** A observação da realidade mostra-nos que tudo o que acontece é o efeito de uma causa; se assim é, uma regressão infinita é impossível, em algum momento tem de haver uma causa que explique a sucessão de causas e efeitos (causa primeira); a causa primeira é Deus.
- 2. Objeção ao argumento da causa primeira:** É autocontraditório, pois afirma que tudo tem uma causa e conclui que há um ser não causado que é Deus.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 84)

- 1. Diferença entre a posição fideísta e a posição teísta sobre as provas da existência de Deus:**
Fideísmo – a crença na existência de Deus é uma questão de fé, não justificável racionalmente;
Teísmo – Deus existe e é possível encontrar argumentos racionais para demonstrar a sua existência.
- 2. Conceção de Santo Anselmo como teísta:** Santo Anselmo é um teísta: possui uma noção de Deus como ser perfeito; apresenta um argumento estritamente racional para provar a existência de Deus.
- 3. O argumento ontológico de Santo Anselmo – inferência da existência a partir da perfeição:** Deus é perfeito; Deus perfeito existe na mente como “a coisa maior que pode ser pensada”; assim definido, Deus não pode existir apenas em pensamento; se existir apenas em pensamento haverá algo mais perfeito por possuir existência; conceber algo mais perfeito que Deus é impossível; logo, Deus existe.

4. Objeção a Santo Anselmo da perfeição não se poder inferir a existência: A existência não é uma qualidade similar a outras qualidades que se possam atribuir a Deus; pelo contrário, as qualidades, como a perfeição, pressupõem a existência como algo de prévio.

5.1. Ponto de partida do argumento da causa primeira (argumento cosmológico): Conceção do universo como o resultado de uma sucessão contínua de causas e efeitos porque tudo o que existe tem uma causa.

5.2. Objeções à ideia de Deus como causa primeira:

- a) afirmar Deus como causa primeira, causa não causada, é contrariar o ponto de partida do raciocínio de que tudo tem uma causa, sem apresentar razões justificativas sólidas para que Deus seja a exceção do princípio;
- b) postular Deus como causa primeira é interromper a regressão causal sem uma justificação.

5.3. Fé, razão e tolerância

TEXTO 1 – Guião de análise (p. 91)

1. Limites aos privados e às Igrejas impostos pela tolerância segundo Locke:

- a) limites aos privados: tanto o Evangelho, como a razão e a sociedade mandam que ninguém seja perseguido, ou veja os seus bens destruídos, porque professa uma religião diferente, ainda que a mesma possa ser considerada um erro;
- b) limites às Igrejas: nenhuma Igreja, mesmo aquela da qual o magistrado civil faz parte, possui qualquer poder sobre os bens civis dos indivíduos; o facto de um governante ser crente não dá à sua religião qualquer poder do Estado.

Atividades de revisão, aplicação e discussão (p. 92)

1.1. Base, apresentada no texto, para a tolerância religiosa: A essência comum a todos os homens (a humanidade que os torna iguais) que está para lá de qualquer característica accidental (religião, cultura, ...) que os torna diferentes.

1.2. Posição do aluno sobre o defendido no texto: O aluno deve justificar que concorda, ou não, (com a definição clara de uma tese e de argumentos) que a pertença à humanidade é uma base suficiente para superar as diferenças que são inscritas no homem a partir de características accidentais como a religião ou a cultura.

2. Posição do aluno sobre a separação entre o Estado e a religião: O aluno deve apresentar uma posição e argumentos claros sobre a sua posição relativamente à separação entre o Estado e a Igreja.

Texto 1 – Guião de análise (p. 6)

1. **Atitude presente na frase “Só sei que nada sei”:** A expressão traduz uma atitude crítica, característica da filosofia, porque não aceita como verdadeira nenhuma das certezas comumente aceites, nem sequer as que são propaladas pelos peritos em determinado assunto; implica questionar, procurar o fundamento do conhecimento; “só sei que nada sei”, traduzida numa atitude crítica, é, antes de mais, afastar o falso, ou pelo menos examinar a solidez do conhecimento, antes de se avançar para a construção de novo conhecimento.

Texto 2 – Guião de análise (p. 7)

1. **Tema do texto:** O poder da reflexão racional como instrumento de libertação.
2. **Problema a que o texto possa dar resposta:** Porque é a razão tão importante?
3. **Tese do autor:** A razão, entendida como autorreflexão crítica, é um instrumento de libertação.
4. **Argumentos:** O uso da razão, nomeadamente da razão filosófica, pode ser considerado uma atividade perigosa, por colocar em causa os conhecimentos, as instruções, as orientações que nos são transmitidos/impostos pela autoridade, pela comunidade; pensar de acordo com a tradição, a maioria, os outros, dá uma sensação de conforto, ainda que as ideias transmitidas possam ser falsas; no entanto, ter uma “razão adormecida” produz monstros, porque é possível convencer qualquer um seja do que for se não se dedicar à análise das suas convicções; pensar racionalmente pode provocar insegurança, mas também permite identificar o erro, as más práticas, substituí-las por outras melhores e encontrar melhores caminhos.

Texto 3 – Guião de análise (p. 8)

1. **Os primeiros filósofos e a encarnação do pensamento racional:** Pensar racionalmente significa estar aberto à crítica, à possibilidade de discutir ideias para detetar o erro e encontrar ideias melhores. Discutir criticamente consiste num encontro de ideias que se confrontam, não para expressar o domínio de umas sobre as outras, mas para encontrar ideias mais verdadeiras em conjunto. Para Popper, Tales é a expressão dessa racionalidade, porque na escola da qual foi fundador, a escola jónica, abriu a possibilidade aos que se lhe seguiram (Anaximandro, Anaxímenes) de discutirem abertamente as suas teorias (doutrinas) ao ponto de as aperfeiçoar.

1. O que é a filosofia? Uma noção inicial**2. Quais são as questões da filosofia? A especificidade do questionamento filosófico**

1. A existência de uma dimensão prática da filosofia não é incompatível com o facto de a filosofia efetuar uma busca do conhecimento e do saber. Esta procura, concretizada sob a forma de uma análise reflexiva e racional da realidade, conduz à produção de um conhecimento que contribui para melhor guiar o homem nos caminhos da vida. Assim, a dimensão teórica da filosofia gera um tipo de reflexão (filosófica) que possibilita dar resposta a questões básicas da existência – esta é a dimensão prática da filosofia.
2. Tal como o engenheiro analisa a estrutura dos materiais, o filósofo estuda a estrutura do pensamento. O filósofo é como um engenheiro conceptual porque reflete sobre conceitos, as suas ligações e os seus fundamentos. O filósofo analisa as fontes de autoridade, as convicções e perspectivas, a objetividade do conhecimento, não tomando nada como definitivo e fechado, e tudo sujeitando à crítica racional.

3.1. Características das questões filosóficas: globais, abertas, envolvendo uma reflexão pessoal.

Características das questões não filosóficas: fragmentadas, solução única, partem de conhecimento anterior já consolidado.

3.2. A atividade do filósofo consiste numa reflexão crítica e racional, de natureza não empírica; as respostas às questões da filosofia não se obtêm a partir de dados recolhidos pela experiência. Os cientistas também pensam racionalmente a realidade, mas as respostas às questões são empíricas (a solução é encontrada através de dados obtidos pela experiência).

4. Questões não filosóficas: questões **1.**, **4.**, **6.**, **9.** e **11.**

Questões filosóficas: questões **2.** (Filosofia da ciência, epistemologia), **3.** (Ética ou moral, ética prática), **5.** (Axiologia), **7.** (Filosofia política), **8.** (Filosofia do conhecimento), **10.** (Metafísica) e **12.** (Filosofia da religião).

Ficha de trabalho 2 (p. 35)

Sugestões de correção

Unidade I – Iniciação à atividade filosófica

5. Quais foram os primeiros filósofos?

1. 1 – E; 2 – G; 3 – J; 4 – H; 5 – A; 6 – B; 7 – C; 8 – L; 9 – D; 10 – F; 11 – I.
- 2.1. Designação que abarca o conjunto dos filósofos que protagonizaram o primeiro nascimento da filosofia, de Tales aos fundadores do atomismo, Leucipo e Demócrito. De acordo com o texto, estes filósofos correspondem à pré-história da filosofia, a qual exclui Sócrates.
- 2.2. É possível associar a Sócrates “o verdadeiro começo da filosofia” pela sua inovação metodológica, isto é, “o moscardo” utilizou a argumentação, como nunca outro fizera até aí.

Desde o começo da filosofia que o método filosófico é discursivo, ou seja, baseado na razão e no seu poder, e não na prova empírica. Na praça pública, Sócrates interpelava os seus concidadãos, estimulando-os a concluir da fragilidade do conhecimento que pensavam ter e da necessidade de conhecer melhor conceitos como o Bem e a Justiça.

2.3. “O que é a justiça?": Filosofia política; “Será a alma imortal?": Filosofia da religião; “Poderá alguma vez ser certo maltratar alguém?": Ética; “Será possível saber o que é certo fazer e, ainda assim, proceder de outro modo?": Ética.

Texto 1 – Guião de análise (p. 9)

Argumentos que justificam a necessidade de uma análise filosófica do conceito da ação:

- saber se há ações significa perguntar se há agentes; compreendermo-nos como agentes determina o modo como nos compreendemos, compreendemos os outros e o sentido que atribuímos à vida;
- é necessário que existam ações (acontecimentos que se possam atribuir a agentes) para que conceitos como responsabilidade, culpa, bem e mal façam sentido;
- a distinção entre ação e acontecimento pode ser uma falsa distinção, pelo que é necessário refletir com rigor sobre a linha que separa uma noção da outra;
- clarificar com rigor o conceito de ação é indispensável para determinar se a descrição e a interpretação do que observamos está correta e se corresponde a algo que efetivamente existe.

Texto 2 – Guião de análise (p. 10)

Afirmações que correspondem a uma interpretação correta do texto: **a.**, **h.**, **i.**, **j.**, e **l.**

Texto 3 – Guião de análise (p. 13)

- 1. Problema do livre-arbítrio:** Por um lado há argumentos fortes que sustentam que o Universo funciona de modo determinado e que, portanto, não existe o livre-arbítrio; por outro, experimentamos permanentemente a existência da liberdade da vontade.
- 2. Tese compatibilista:** É uma das respostas possíveis ao problema do livre-arbítrio, que admite como verdadeiras, em simultâneo, as proposições “o determinismo existe e é o princípio que rege os acontecimentos, incluindo a ação humana” e “os seres humanos são dotados de livre-arbítrio”, o que faz com que esta posição seja também denominada de “determinismo moderado”. A tese compatibilista, tal como é apresentada no texto, pode sustentar a verdade das duas proposições porque considera que apenas uma parte dos atos humanos é livre; distingue causa de constrangimento: nem todas as causas forçam a ação a um único desfecho possível.
- 3. Afirmação correta: b.**

1. A filosofia da ação e o problema da delimitação do conceito de ação

1. Agente, consciente, vontade, motivo, intenção, deliberação, decisão, decisão racional e escolha.
2. 1 – D; 2 – A; 3 – B; 4 – F; 5 – G; 6 – C.
3. Uma ação consiste num ato de um agente, consciente e dotado de vontade, o qual, impulsionado por um motivo, causa intencionalmente um acontecimento, um ato visível no mundo, do qual pode resultar uma alteração significativa no curso dos acontecimentos.
4. As ações são apenas um tipo particular de acontecimentos. São acontecimentos na medida em que possuem uma componente física: ocorrem no mundo e podem ser apreendidos por um observador, quer seja o sujeito que realiza a ação quer seja outro observador. No entanto, as ações possuem características específicas (são voluntárias, conscientes, intencionais, motivadas e realizadas por um agente), o que faz com que sejam apenas um conjunto específico dos acontecimentos que ocorrem no mundo.
5. Sendo o “para quê” o propósito ou a finalidade da ação, a intenção é um elemento fundamental da ação porque é definida pelo agente e porque determina a natureza da ação. O mesmo ato, o mesmo acontecimento físico observado, pode corresponder a ações completamente distintas, consoante a intenção determinada pelo agente. Ora, a intenção é a expressão do seu querer, dos seus desejos, da vontade que determina que algo ocorra, algo que não aconteceria se não fosse o querer do agente.
6. Deliberar consiste em analisar os prós e os contras de um curso de ação e ponderar quais os melhores meios para realizar a ação. A deliberação é, assim, um raciocínio prático, um momento em que perante vários cursos de ação possíveis, entre vários desejos que se podem opor entre si, se analisa qual a melhor forma de decidir. Ela permite ao agente ser senhor da sua ação, porque a reflexão sobre a possibilidade e os meios da ação permitem uma decisão racional, ou seja, que o agente esteja efetivamente consciente dos motivos da sua vontade e das intenções que pretende concretizar.

2. Determinismo e liberdade na ação humana

1.1. c); **1.2.** b); **1.3.** d).

2. O determinismo radical é uma posição incompatibilista sobre o problema do livre-arbítrio. Apresenta como principais argumentos:

- 1.** Todos os acontecimentos são o resultado de uma série infinita de causas e efeitos que tornam os acontecimentos previsíveis e definem apenas um curso possível no mundo.
- 2.** O livre-arbítrio é a possibilidade de, perante as mesmas circunstâncias, escolher entre alternativas, criando vários efeitos possíveis.
- 3.** A liberdade, assim entendida, é uma ilusão decorrente da ignorância de quais as verdadeiras causas que determinam a vontade e a ação.

O libertismo é uma teoria sobre o problema do livre-arbítrio. Apresenta como principais argumentos:

- 1.** Os deterministas compreendem erradamente o conceito de causa ao reduzir a noção de causa a causa necessária.
- 2.** Na natureza podem existir causas necessárias, que constroem a um único desfecho possível; na ação humana existem causas livres, que são suficientes para que a ação ocorra.
- 3.** Numa análise a si próprio, o agente descobre-se como sujeito de deliberação, de escolha, de raciocínio prático, que pensa nas várias alternativas da ação.

4. Jean-Paul Sartre sustenta que as condicionantes da ação em nada determinam à partida (o homem não tem uma essência) e aquilo que cada um é resulta das escolhas livres que faz (são a existência e a ação livre que determinam a ação).

3. Um dos argumentos contra os libertistas reside no facto de estes não conseguirem explicar como surge exatamente esta causalidade auto-determinada pelo agente. Se o agente decide, escolhe com base em processos mentais como as intenções, pode colocar-se a questão de saber se as bases físicas do funcionamento da mente não estarão a determinar esses processos mentais, fugindo, portanto, ao controlo do agente.

Uma objeção ao determinismo radical é a de que a experiência empírica mostra-nos permanentemente a possibilidade de livre-arbítrio; as nossas ações diárias assentam sobre a convicção de que existem alternativas, vários cursos de ação possíveis e que podemos escolher efetivamente um. Outra objeção ao determinismo radical é a de que confunde sequência causal com sequência causal necessária. Os opositores ao determinismo radical argumentam que não é empiricamente visível que as causas que atuam sobre a ação humana o fazem de modo necessário, tal como a gravidade exerce uma força necessária sobre a pedra.

Texto 1 – Guião de análise (p. 14)

1. Posição do autor sobre a natureza dos valores: O autor defende que os valores têm uma natureza objetiva que se traduz do facto de terem uma realidade trans-subjetiva, isto é, que está acima dos diferentes sujeitos que emitem juízos de valor. Essa natureza objetiva dos valores é a justificação pela qual a vontade se submete aos valores.

2. Argumentos:

1. Os valores são vividos como algo de absoluto, de objetivo, como algo que supera e se impõe ao sujeito quando tem experiências valorativas tais como as de contemplação de uma obra de arte ou de uma ação boa. Nessa altura, argumenta o autor, o sujeito vivencia o valor como algo que lhe é exterior e que, portanto, não depende apenas da sua valoração.

2. O sentimento de remorso, que sentimos sempre que nos afastamos do cumprimento do dever imposto pelos valores, é outra prova, argumenta o autor, em como os valores são objetivos e não apenas dependentes da consciência do sujeito. Se os valores fossem meramente subjetivos, se não se impusessem ao sujeito como algo que está para lá dele (trans-subjetivo), o sujeito não sentiria remorsos quando não age de acordo com o “dever ser” imposto nos valores.

Texto 2 – Guião de análise (p. 14)

1. Tolerância: Disposição para combater, através da palavra e da reflexão e não da violência, pelo direito à expressão, opinião e diferença.

2. Diferença entre tolerância e relativismo:

Tolerância – direito à diferença.

Relativismo – convicção de que qualquer opinião é válida, tem um igual estatuto de verdade, não possibilitando a discordância e o confronto de opiniões, uma vez que todas são igualmente aceitáveis. Posição que desemboca num relativismo (subjetivismo) axiológico (nós temos os nossos valores; eles têm os deles).

3. Defesa de um objetivismo axiológico:

1. nem todas as opiniões podem ter o mesmo estatuto de verdade (nem todas podem ser igualmente boas e igualmente aceitáveis);
2. quando alguém discorda de outra pessoa, a discussão não pode ser resolvida como uma mera apresentação de ideias diferentes mas impossíveis de confrontar e de superar;
3. discordar não implica apenas dizer que penso de forma diferente, mas também apresentar publicamente boas razões que sustentem uma posição;
4. da discussão deve nascer uma razão que transcenda as opiniões particulares e que suporte uma melhor verdade sobre o que é certo e o que é errado, ou seja, uma posição racionalmente encontrada, trans-subjetiva e que possa fundamentar uma posição.

1. Como agir? Os valores e a análise e compreensão da experiência valorativa.

1.

Valor	Categoria	Contravalor	Valor	Categoria	Contravalor
Harmonia	Estético	Desarmonia	Paz	Político	Guerra
Igualdade	Ético	Desigualdade	Beleza	Estético	Fealdade
Liberdade	Político	Escravidão	Conforto	Vital	Desconforto
Honestidade	Ético	Desonestidade	Abundância	Económico	Penúria
Divino	Religioso	Secular	Força	Vital	Fraqueza

2.1. Tábua de valores: Em resultado de os valores se hierarquizarem em sistemas mais ou menos organizados de preferências, uma tábua de valores é um conjunto hierarquizado de valores, adotados pelos indivíduos, comunidades e sociedades, e cujas relações de superioridade e de subordinação variam no espaço e no tempo.

2.2. Sistemas de valoração e de intencionalidades diferentes podem gerar confronto, conflito, desacordo. Porque os valores permitem interpretar e compreender a ação humana, uma mudança na tábua de valores que orienta os indivíduos e as sociedades pode gerar incompreensão.

3.1.

Afirmção	Aplica-se a...	Afirmção	Aplica-se a...
Propriedades ideais	V	Formulam-se à luz de valores	JV
Qualidades empíricas dos objetos	_____	Estabelecem qualidades a que se aspira ter ou ser	V
Aplicam-se a ações, objetos e acontecimentos	V e JV	Orientam a ação humana, definindo ou explicitando a sua intencionalidade	V e JV
São descritivos e informativos	_____	São normativos	JV
Geram disputa, desacordo	JV	Produzem indicações sobre como se deve avaliar	JV
O seu valor de verdade verifica-se empiricamente	_____	Estabelecem preferências	V

3.2. Valor: Propriedades ideais que se atribuem a ações, objetos e acontecimentos e que estabelecem qualidades que se aspira ter, realizar ou ser. Orientam a ação humana, definindo a sua intencionalidade e as suas preferências.

Juízo de valor: Enunciados normativos, formulados à luz de valores, que se aplicam a ações, objetos e acontecimentos e que expressam preferências e a forma como se deve avaliar. Explicitam a intencionalidade da ação humana. O seu valor de verdade está sujeito à disputa e ao desacordo.

4. A posição objetivista sobre a natureza dos valores defende que os valores e os juízos de valor não podem ser apenas subjetivos, pois a experiência dos valores não resulta apenas da forma como o sujeito reage, nas suas emoções, sentimentos ou perspetivas, mas assenta na experiência de valores objetivos, absolutos, que ultrapassam a subjetividade individual, o que leva a autores como Hessen considerarem que os valores têm um fundamento trans-subjetivo. Já outros autores defendem que o fundamento trans-subjetivo dos valores está na possibilidade de uma argumentação racional que permite investigar qual o suporte objetivo dos valores.

2. Como podemos viver todos juntos? Valores, cultura e diversidade cultural

- 1.1.** O homem é um ser biológico inacabado (não determinado, fechado à partida pela sua herança genética), cujas potencialidades só se desenvolvem plenamente quando inserido numa cultura na qual aprende modos de ser, estar e agir que lhe permitem desenvolver a totalidade da sua humanidade.

2.

	A posição apresentada é regra igual porque ...
Imagem A	Posição: interculturalismo. Defende que é possível conciliar a igualdade e a diferença se se procurar compreender ativamente o outro, não apenas com base no respeito e no direito à diferença mas também com base no princípio de que existem pontos comuns entre as comunidades culturais e valores e direitos universais.
Imagem B	Posição: monoculturalismo. Defende a homogeneidade cultural pela imposição de uma cultura oficial dominante, promovendo a assimilação e integração do diverso numa cultura única.
Imagem C	Posição: multiculturalismo. Defende a coexistência, num mesmo espaço, de diferentes culturas, o que, quando associado ao relativismo cultural, leva apenas à justaposição de culturas.

3.

	Existe uma relação entre os dois conceitos porque...
Monoculturalismo e etnocentrismo	Ao defender a integração numa cultura única, o monoculturalismo pode estar associado ao etnocentrismo, posição segundo a qual os padrões de cultura de uma sociedade são considerados os modelos de referência para avaliar e emitir juízos de valor sobre os padrões das outras culturas, o que leva a considerar que a cultura de cada um é preferível às restantes culturas. A posição etnocêntrica reforça o sentimento de pertença, mas também está na origem de comportamentos de discriminação.
Multiculturalismo e relativismo cultural	Ao defender a coexistência de diferentes culturas num mesmo espaço, o multiculturalismo resultou num relativismo cultural defensor de que cada cultura vale por si e só pode ser avaliada a partir dos seus padrões de cultura. Assim, os juízos de valor sobre os comportamentos são feitos apenas a partir do interior de cada cultura, o que leva a divisões como os valores ocidentais e não ocidentais, as identidades culturais europeias, árabes, etc.
Interculturalismo e diálogo cultural	O interculturalismo assenta na possibilidade de coexistência e de interpenetração entre identidades culturais diversas. Para isso é necessário um diálogo intercultural a partir do qual seja possível estabelecer critérios trans-subjetivos de valoração, ou seja, um ponto de referência que fundamente exatamente a partilha de valores, de princípios e de nexos em comum.

- 4.1.** Uma sociedade multicultural não é possível se imperar o etnocentrismo, porque a diversidade é eliminada ou oprimida quando os valores e padrões de cultura se impõem, sendo considerados superiores. Mas uma sociedade multicultural também não é possível se assentar apenas na coexistência, na justaposição. É necessário, portanto, que existam pontos comuns, trans-subjetivos, valores ou princípios universais aceites por todos (como a dignidade humana), que permitam a comunicação, o diálogo, a partilha. Em conclusão, a diversidade só pode coexistir se assentar numa ideia de igualdade entre todos os seres humanos (apesar das diferenças, todos partilham a humanidade), se assentar numa base universal comum.

1. A experiência convencional

2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral

Texto 1 – Guião de análise (p. 16)

1. **“Estar errado”:** Uma ação é incorreta porque lesa os interesses dos outros ou provoca, de qualquer forma, um dano; no caso da situação descrita no texto, o ato de roubar o livro é errado porque priva os outros utilizadores da biblioteca da possibilidade de usufruir do livro e porque pode provocar a quebra de confiança entre o amigo e o seu empregador.

“Não estar de acordo com as regras”: Uma ação pode realizar-se com as regras estabelecidas e, no entanto, estar errada, pois a regra pode ser má, injusta e ser a base para provocar dano a alguém; em contrapartida, uma ação pode infringir uma regra e, no entanto, ser moralmente boa se o cumprimento da regra provocar dano; nos exemplos dados, as leis da segregação racial são más porque podem provocar o dano, porque, entre outros aspetos, impedem, arbitrariamente, os indivíduos de terem acesso aos mesmos bens, a igualdade de oportunidades, etc.

2. **Ato moralmente errado:** Aquele cujas consequências provocam dano nos outros.

3. **Problema filosófico delimitado no texto:** “Qual a fundamentação do ato moral?”, ou seja, por que razões devemos agir de forma a ter em consideração que as nossas ações têm impacto nos outros e que esse impacto pode ser negativo. Tal como o autor pergunta no final do texto, por que razões nos devemos preocupar em tomar as atitudes corretas quando estão em jogo os interesses dos outros, para além dos interesses individuais de cada um.

Texto 2 – Guião de análise (p. 17)

1. **Crítica dirigida à dimensão hedonista do utilitarismo:** Eleger o prazer como única finalidade da vida humana é reduzir o homem à animalidade, pois é limitar as finalidades da vida humana apenas àquilo que é comum entre os homens e os animais.

2. **Diferença entre quantidade e qualidade dos prazeres:**

Quantidade de prazeres significa sentir maior ou menor quantidade do mesmo prazer, podendo um prazer sensível ser medido em maior ou menor quantidade.

Qualidade dos prazeres significa que nem todos os prazeres são iguais, havendo prazeres considerados qualitativamente superiores se, depois de experimentados comparativamente dois prazeres, for escolhido o que pode provocar menor quantidade de prazer, mas for escolhido pela qualidade do prazer que provoca, de tal forma que a quantidade se torna irrelevante.

- 3. Argumentos de Mill:** Se fosse verdadeira a ideia de que o “princípio da felicidade como prazer e ausência de dor” reduz o homem à animalidade, isso significaria que o homem nada mais sentiria para além dos prazeres que provêm da sua animalidade e, portanto, homens e animais seriam submetidos à mesma regra. A crítica ao “princípio da felicidade como prazer e ausência de dor” só pode existir exatamente porque o homem é capaz de ter outras fontes de prazer e de felicidade, para além da satisfação dos apetites sensíveis, a saber, o prazer decorrente do uso das faculdades humanas superiores. Saber que o homem é capaz de outro tipo de prazeres para além dos da animalidade é saber que existem prazeres qualitativamente superiores a outros e que são escolhidos mesmo quando provocam menores quantidades de prazer. Nenhum homem que tem a possibilidade de experienciar os prazeres superiores se reduz voluntariamente a um maior contentamento com os prazeres inferiores (mais vale ser um Sócrates insatisfeito que um tolo satisfeito).

Texto 3 – Guião de análise (p. 19)

- 1. Crítica à ética utilitarista:** A crítica é dirigida ao princípio da imparcialidade, segundo o qual, na consideração da moralidade dos atos, os nossos interesses não podem ser considerados mais relevantes que os das restantes pessoas. Segundo os críticos do utilitarismo, “obedecer aos mandamentos utilitaristas tornaria impossível a continuação das nossas vidas como indivíduos”, porque implicaria, em caso de conflito, dar sempre preferência ao bem-estar da humanidade em geral em detrimento do bem-estar e da felicidade dos que nos estão mais próximos, nomeadamente aqueles a quem estamos ligados por laços familiares. Ora, isso colocaria em causa as concepções morais e psicológicas mais comuns e fundamentais do modo de vida humana.
- 2. Validade da crítica:** Esta crítica esbarra com as respostas de Mill, segundo as quais: a) só os que exercem cargos públicos é que devem ter em consideração o bem de todos em larga escala; b) as ações são, na maior parte das vezes, pensadas para o benefício de indivíduos concretos e o cálculo da moralidade só se deve desviar das pessoas concretas o necessário para garantir que as expectativas de mais alguém não estão a ser colocadas em causa. Para evitar este tipo de crítica, os princípios da moral utilitarista já deveriam conter os elementos que permitissem evitar interpretações abusivas.

1. A experiência convivencial

1. 1 – C; 2 – A; 3 – F e B; 4 – E; 5 – D.

2. Uma norma é uma regra, um princípio orientador da ação que estabelece o que fazer e como fazer nos mais variados campos de atuação humana. As normas morais possuem a especificidade de serem orientadoras da ação relativamente ao certo e ao errado, ou seja, ao bem e ao mal que as ações humanas e suas consequências provocam nos outros homens (e animais não humanos) e no contexto social e ambiental onde vivem. Os homens são seres gregários, vivem com outros membros da mesma espécie. As regras morais tornam o mundo mais humano porque permitem desenvolver nos indivíduos o cuidado, a preocupação pelos outros. Assim, as

normas limitam os cursos de ações aceitáveis socialmente, mas também nos protegem. O aluno deve tomar uma posição, contrapondo, por exemplo, as vantagens da liberdade com as da defesa do interesse mais geral.

3.1. O agente moral consciencioso (dotado de consciência moral) é o que analisa imparcial e racionalmente os seus interesses e os dos outros, agindo com base em princípios racionais de ação.

4. Na definição de agente consciencioso o autor aproxima-se da noção de responsabilidade ética, na medida em que o cuidado pelo outro e o cálculo das consequências da ação, em especial do dano, implicam que se pondere até onde (no espaço e no tempo) se podem estender os efeitos da ação.

Ficha de trabalho 8 (p. 47)**2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral****2.1. A ética deontológica de Kant – uma ética do dever**

1. 1 – B e H; 2 – C e G; 3 – D; 4 – A, E e F.

2. Formulações do imperativo categórico:

1. Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.

2. Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.

3. **Importância da segunda formulação do imperativo categórico:** De acordo com a argumentação de Kant, a inserção da dignidade

humana como imperativo ético para aferir a moralidade das ações justifica racionalmente a submissão da vontade à lei moral; a segunda formulação visa, assim, um maior grau de aprofundamento na fundamentação da moral, ou seja, na justificação da obrigação de o agente moral realizar o ato correto.

4. **Dificuldade em fazer assentar uma ação ética em princípios morais absolutos:** Fazer assentar a ação moral em princípios absolutos, independentemente das consequências da ação, pode obrigar a atos cujas consequências, intuitivamente, não pareçam morais (por exemplo, não mentir e, em consequência, haver um forte dano que poderíamos facilmente ter evitado se mentíssemos); os princípios absolutos podem entrar em contradição sem que tenhamos critérios moralmente adequados para resolver a contradição.

2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral**2.2. A ética consequencialista de John Stuart Mill – uma ética da utilidade**

1. Consequencialismo – B, D.
Ética hedonista – A, F.
Utilitarismo – C, E.

2.1. Passagem do texto onde Mill enuncia o princípio utilitarista: “O princípio da maior felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade”.

2.2. Crítica ao hedonismo da ética de Mill: Os críticos defendem que a redução da felicidade ao prazer reduz o homem à sua animalidade. Mill responde que o homem é capaz de dois tipos

de prazeres (inferiores, que partilha com os animais, e superiores, os do espírito), sendo que, depois de experimentar os dois, escolherá os superiores, pois os superiores são mais valiosos, mesmo que isso signifique não conseguir satisfazer plenamente, em quantidade, os dois tipos de prazeres.

3. Posição de Mill sobre a legitimidade de mentir sobre motivos altruístas: Mill advoga a importância dos efeitos das ações sobre a felicidade para aferir a moralidade de uma ação; porém, considera também que a infração a imperativos morais que são a base da confiança em sociedade é um expediente e não uma utilidade; se o agente tiver em conta a universalização dos atos feitos com base em tais expedientes, verá que o ganho global, a perda da confiança em sociedade, não corresponde ao princípio utilitarista do maior bem para o maior número.

Ficha de trabalho 10 (p. 51)**2. Como agir para agir moralmente? Teorias éticas da fundamentação da ação moral (confrontar posições filosóficas sobre a fundamentação da ação moral)**

1. Ética deontológica de Kant – b., e., g., f.
Ética consequencialista de Mill – a., c., d., h.
2. b. O princípio ético que determina o valor moral da ação.

3.1. Contraste entre as posições de Kant e Mill:

1. Ética kantiana, ética do dever, do imperativo moral, cuja obediência é independente das consequências da ação; a intencionalidade ética da ação encontra-se na ação por dever; a lei moral, o imperativo categórico, aplicado à ação, obrigaria, por imperativo racional universal, o agente a pagar as suas dívidas (cumprir uma promessa), mesmo que os credores já não se lembrassem da promessa;

o imperativo impõe-se como uma lei moral absoluta, independentemente de as consequências da ação, no caso de o agente decidir não pagar a dívida, não provocarem qualquer dano.

2. Ética de Mill, ética das consequências, do princípio da utilidade para o maior número, aferida pela maior promoção da felicidade ou redução da infelicidade; a execução da ação deveria ser antecedida pelo cálculo das consequências da ação; deste cálculo poderia resultar a conclusão de que não pagar a dívida, porque não produz qualquer dano, seria preferível, bem como ficar a dever, uma vez que o montante de felicidade (por exemplo, se o devedor estivesse em francas dificuldades), seria superior ao montante de felicidade daquele que receberia o pagamento, porque se tinha esquecido da dívida.

3. Ética, direito e política

Texto 1 – Guião de análise (p. 20)

- 1. Noção de lei e sua relação com os indivíduos:** Regras que governam, que se impõem ao indivíduo e regulam os aspetos mais diversificados da vida social; estabelecem punições em caso de infração.
- 2. Razão para a obediência à lei:** A obediência à lei decorre de aquele que governa possuir uma autoridade legítima para o fazer.
- 3. Problema colocado ao exercício da autoridade legal:** Pode a autoridade legítima legislar e exercer o seu poder sem limites ou existem limites, nomeadamente morais, para a autoridade legítima?
- 4. Limites ao poder do Estado, segundo Locke:** Locke define que o poder legislativo está limitado pelos termos do contrato que deu origem ao Estado, ou seja, a lei deve apenas ter por objetivos a paz, a segurança e o bem comum.

Texto 2 – Guião de análise (p. 22)

1. Críticas dirigidas ao ato de desobediência civil:

1. A desobediência civil é não democrática, porque implica a sobreposição da vontade de alguns (uma minoria) sobre a vontade de muitos (a maioria que elegeu os representantes que legislaram).
2. A desobediência civil pode dar origem a uma derrapagem para a violência ao defender a legitimidade da violação da lei.

2. Argumentos para rebater as críticas à desobediência civil:

1. A objeção apresentada não tem em conta que os atos de desobediência civil só podem ser considerados como tal em situações onde esteja em causa a luta contra leis moralmente inaceitáveis.
2. A objeção apresentada assenta no chamado “argumento da derrapagem” segundo o qual de um mal pode sempre surgir um mal maior. O autor refuta a objeção com o facto de a desobediência civil não implicar a defesa da violação da lei, por princípio e por interesse pessoal, mas apenas a violação da lei em circunstâncias específicas, procurando chamar a atenção para a injustiça de uma lei e preparado-se para a punição que daí decorre.

Texto 3 – Guião de análise (p. 23)

- 1. Garantes de imparcialidade na teoria da justiça de Rawls:** Posição original e o véu de ignorância; cada indivíduo possui conhecimentos gerais sobre a psicologia humana e o funcionamento geral da sociedade, mas ignora tudo o que respeita à sua posição pessoal.
- 2. Subordinação do princípio da diferença ao princípio da liberdade igual:** A distribuição da riqueza não se pode sobrepor à mais ampla gama de liberdades de que cada indivíduo pode usufruir.
- 3. Formulação dos princípios da justiça:**

Princípio da liberdade igual – cada um tem o mais amplo conjunto de liberdades (de expressão, de profissão, de associação, de movimentação), compatível com o mais amplo conjunto de liberdades para todos os outros.

Princípio da diferença – deve haver distribuição de riqueza, mas é aceitável que exista desigualdade económica se esta contribuir para uma maior quantidade de riqueza distribuível e se resultar de um processo onde todos tiveram as mesmas oportunidades para aceder à riqueza.
- 4. Objeção de Nozick ao princípio da diferença:** Não existe razão para uma distribuição (ou redistribuição por via dos impostos) da riqueza se a mesma resultar de meios legítimos (por exemplo, profissionais) de obtenção de riqueza; ninguém deve ser privado da riqueza que produziu em prol dos que possuem menos riqueza.
- 5. Objeção do autor do texto à crítica de Nozick:** O autor considera que racionalmente a posição de Rawls é a melhor, pois, se não existirem mecanismos de distribuição de riqueza, o fosso entre os ricos e os pobres não para de aumentar de geração em geração.

3. Ética, direito e política

1. 1 – D; 2 – L e M; 3 – H; 4 – A e F; 5 – C, G e I; 6 – B, E e J.

2. Necessidade do poder político, segundo

Aristóteles: O poder político (ou seja, a lei e as punições a ela associadas) é necessário porque a normal moral apenas é capaz de exortar alguns no caminho do bem; a maioria apenas age por receio das consequências, pelo que a lei do Estado é necessária para os manter no caminho da ação reta.

3.1. Estado natural, segundo Locke: Situação na qual os homens, governados por uma lei natural, são livres e iguais; cada um possui direitos naturais (direito à vida, à liberdade, à propriedade e à autodefesa), estando autorizado a punir os que, infringindo a lei natural, colocam em causa esses direitos.

3.2. Razões que explicam a passagem do estado natural à sociedade civil, segundo

Locke: Apesar de os homens no estado natural serem livres, os seus direitos naturais estão em perigo, porque a lei natural nem sempre é respeitada; a aplicação dessa lei nem sempre é imparcial; e nem todos os homens possuem a força necessária para punir com justiça os que infringem a lei natural.

3.3. Modo como se efetua a transição do estado natural para a sociedade civil, segundo

Locke: Homens livres e iguais saem do estado natural e entram na sociedade civil ao estabelecerem um contrato social, isto é, um acordo no qual cada indivíduo prescinde de uma parte dos seus poderes e os atribui a um governo.

3. Ética, direito e política

- 1. Razões que justificam a necessidade de se estabelecerem princípios para se organizar uma sociedade justa:** Existência de desigualdades sociais e económicas, decorrentes da organização social, que os indivíduos mais desfavorecidos dificilmente conseguirão ultrapassar; existência de desigualdades, impostas socialmente pela aplicação de critérios restritivos arbitrários, tais como o género ou a cor da pele.

2.1. b.

2.2. c.

2.3. a.

- 3. Posição original e véu de ignorância, segundo Rawls:**

Posição original – situação de equidade e imparcialidade em que são colocados os contraentes de um contrato social com vista à definição de princípios de justiça.

Véu de ignorância – situação na qual os sujeitos colocados na posição original desconhecem o seu lugar na sociedade, a sua posição de classe, o seu estatuto social, as suas capacidades e características psicológicas, assim como as circunstâncias particulares da sua própria sociedade, isto é, desconhecem a sua situação económica e política e o nível de civilização e cultura.

4. d.

- 5. Princípios da justiça de Rawls:**

O princípio da liberdade igual para todos – cada um deve possuir a maior quantidade possível de liberdades, de expressão, de pensamento, de expressão, de voto, compatível com uma igual quantidade de liberdade para os outros.

Princípio da diferença e da igualdade de oportunidades – as desigualdades económicas só são admissíveis se beneficiarem os mais desfavorecidos e se resultarem do exercício de funções e cargos para os quais todos tiveram igual oportunidade de acesso.

4. Análise e compreensão da experiência estética

Texto 1 – Guião de análise (p. 25)

- 1. Problema levantado por Beardsley:** Quais as características ou propriedades dos objetos alvos de experiência estética que sustentam quer a reação de prazer quer a reação emocional e que permitem distinguir um objeto estético de outro objeto estético e determinar a especificidade da emoção estética?
- 2. Propriedades estéticas intrínsecas aos objetos:** Unidade (ou falta de unidade); complexidade (ou simplicidade); intensidade (ou falta de intensidade).

Texto 2 – Guião de análise (p. 26)

- 1. Elemento fundamental que caracteriza a obra de arte segundo o autor do texto:** A originalidade – inovação; capacidade de representar uma conceção única do mundo.
- 2. Argumento para a tese de que nenhuma obra pode ser radicalmente nova:** Toda a arte, para que possa ser compreendida, tem de partir de elementos conhecidos, em esforços de representação já experimentados anteriormente, para que possam ser compreendidos (se a expressão fosse radicalmente original, ela não poderia ser entendida por ninguém, por não existir uma forma de representação minimamente similar já anteriormente conhecida).

Texto 3 – Guião de análise (p. 27)

- 1. Problema levantado pelo autor do texto:** De que forma se pode determinar o que é hoje na arte contemporânea uma obra de arte quando as fronteiras do objeto artístico não param de alargar?
- 2. Elementos apresentados pelo autor do texto para ilustrar o apagamento da fronteira:** Exclusão do objeto ao ponto de restar apenas o artista; introdução de materiais nunca pensados como possíveis objetos artísticos (objetos do quotidiano) ou construção de objetos artísticos com materiais nunca antes pensados (sebo, feltros, etc.).

4. A análise e compreensão da experiência estética

4.1. A experiência e os juízos estéticos

1. **Diferença entre estética e filosofia da arte (segundo alguns autores):** Sendo a estética uma área da filosofia que estuda a forma como o ser humano aprecia objetos que são considerados belos ou sublimes e sabendo que, sobretudo nos nossos dias, nem todas as obras de arte são reconhecidas como belas, estas duas áreas ou não são totalmente coincidentes (de acordo com alguns) ou são áreas filosóficas diferentes (de acordo com outros).
2. **Elementos que mostram o carácter universal e plural da experiência estética:** 1. diversidade de manifestações estéticas em todos os povos, culturas e épocas históricas; 2. desenvolvimento

de uma sensibilidade estética na generalidade dos indivíduos, o que lhes permite manifestar agrado ou desagrado face a objetos diferenciados; 3. pluralidade de relações entre as propriedades dos objetos e as experiências perceptivas e emotivas dos sujeitos, as quais, sobretudo se articuladas com outros fatores tais como a intensidade da luz ou as cores mais próximas, podem provocar experiências diferenciadas.

3. **Atitude estética:** Contemplação desinteressada dos objetos, sem qualquer outra finalidade que não seja fruí-los nem preocupações de qualquer outra ordem (de conhecimento, técnica ou prática).
5. **a.** C; **b.** A; **c.** B; **d.** B; **e.** A; **f.** C; **g.** B.

Ficha de trabalho 14 (p. 59)

4.2. A criação artística e a obra de arte

4.3. A arte: conhecimento, produção e consumo

1. **a.** V; **b.** F; **c.** V; **d.** V; **e.** F; **f.** F; **g.** F.
2. **Contributo da obra de Marcel Duchamp A fonte para a problemática da definição da obra de arte:** O envio, por Duchamp, de um urinol de porcelana branca assinado, para integrar uma mostra de arte, correspondeu à atribuição de uma nova perspetiva a um objeto banal, que o libertou da sua função utilitária e o transformou em objeto de contemplação. Somos forçados a pensar o que é uma obra de arte, o que faz dela uma obra de arte.
3. **Duas objeções à teoria da arte como imitação:** 1. inexistência de critérios que permitam identificar qual a imitação mais realista da realidade; 2. exclusão de um número significativo de expressões e objetos

artísticos por não pretenderem reproduzir a realidade.

4. **Função atribuída por Goodman à emoção estética:** Função cognitiva, pois as obras de arte possibilitam o alargamento das formas de compreensão da realidade; a linguagem simbólica dos criadores permite aos sujeitos, através da fruição da arte, a consciencialização de aspetos da realidade que, de outra forma, não seriam visíveis; a observação da obra de arte enforma o modo de perceber a realidade.
5. **Valor económico das obras de arte:** Forma de subsistência dos artistas que permite assegurar a sua vida pessoal e social; associação a atividades económicas, tais como o negócio ligado às galerias de arte e ao comércio deste tipo de bens, e que pode movimentar valores elevados de capital.

5. Análise e compreensão da experiência religiosa

Texto 1 – Guião de análise (p. 28)

1. Tese e argumentos apresentados no texto:

a) Tese: a experiência religiosa faz parte da natureza do homem.

b) Argumentos:

1º argumento – os rituais funerários, a sepultura, que são práticas que remontam aos alvares da humanidade, sempre estiveram relacionados com a vivência religiosa;

2º argumento – todas as culturas, em especial as mais antigas, apresentam sinais de práticas de culto religioso;

3º argumento – o homem, enquanto ser que espera, só se compreende através de Deus, que representa o apoio e a segurança que o mundo não consegue dar ao homem.

Texto 2 – Guião de análise (p. 29)

1. **Características da experiência de Deus:** Encontro de Deus nos objetos e nas experiências mais comuns como experiência do transcendente; encontro do finito (homem) com o infinito (Deus), encontrando o primeiro a sua plenitude no segundo; experiência íntima, pessoal; caminho em direção ao sentido da existência.

Texto 3 – Guião de análise (p. 29)

1. **Crítica ao argumento ontológico:** Da definição de um ser não se pode inferir a sua existência (a definição é uma questão de sentido; a existência tem a ver com o referente determinado pela realidade); assim, da mesma forma que não posso garantir a existência da namorada ideal ao definir as características que a tornariam ideal, também não posso garantir a existência de Deus por o definir como um ser perfeito, acima do qual não existe nenhuma outra perfeição.

5. Análise e compreensão da experiência religiosa**5.1. A religião e o sentido da existência: a experiência da finitude e a abertura à transcendência**

1. 1. V; **2.** V; **3.** V; **4.** V; **5.** F; **6.** V; **7.** F; **8.** V;
9. V; **10.** V.

2.1. c.

2.2. a.

2.3. a.

3. Clarificação da afirmação: A contingência e a finitude do ser humano, bem como o desejo de as ultrapassar, abrem o homem à transcendência – a crença no divino e numa existência posterior justifica a vida presente e dá-lhe um sentido. A crença religiosa é uma forma de resposta para a questão do sentido de existência.

Ficha de trabalho 16 (p. 63)

Sugestões de correção

Unidade II – A ação humana e os valores | Capítulo 3 – Dimensões da ação humana e dos valores

5.2. Religião, fé e razão**5.3. Fé, razão e tolerância**

1. 1. F; **2.** F; **3.** F; **4.** F; **5.** V; **6.** F; **7.** V; **8.** F;
9. V; **10.** V.

2.1. d.

2.2. c.

2.3. b.

3. Posição de Locke sobre a tolerância religiosa: Locke defendeu que a perseguição

religiosa, isto é, a ausência de tolerância religiosa, resulta da falta de indiferenciação entre Estado e Igreja; devem ser estabelecidos limites entre a atuação de um e de outra; o Estado pode apenas promover e proteger os bens civis, não podendo interferir nas convicções religiosas dos indivíduos; as Igrejas não possuem qualquer autoridade sobre os bens civis dos indivíduos; qualquer perseguição em nome da religião está proibida, em prol desta separação de poderes.

6

Avaliação

- **Critérios de correção e cotação da ficha de diagnóstico e das fichas formativas**
- **Ficha sumativa – exemplo e critérios de correção e cotação**

Escola

Turma

Data

Notas:

1. Os referentes da avaliação, na tabela abaixo, utilizam terminologia técnica específica do trabalho filosófico. Não se pretende que o aluno tenha esses conhecimentos, mas, tão só aferir as competências que possui (ou não) e que são fundamentais para o trabalho que irá efetuar em seguida. Distinguir factos de opiniões e diferentes tipos de textos são competências que os alunos trabalham no ensino básico.
2. Apesar de a avaliação de diagnóstico não possuir uma componente sumativa, considerámos relevante a introdução de pontuações nas questões, porquanto as mesmas permitem uma aferição mais controlada dos resultados: a informação quantitativa permite um acréscimo de informação face aos dados qualitativos.
3. SUGESTÃO – a partir da correção da questão II – 2, o professor pode apresentar aos alunos um mapa global dos conteúdos a explorar ao longo do ano letivo.
4. SUGESTÃO – a partir da correção da questão II – 4, o professor pode remeter o aluno para o Apêndice *Como estudar em Filosofia*, em particular para as metodologias de organização da informação no caderno diário. Pode também mostrar ao aluno a relação entre a forma como os objetivos estão formulados e o modo como as tarefas de revisão e as fichas formativas estão formuladas, mostrando a articulação/proximidade.
5. SUGESTÃO – a partir da correção da questão II – 6, o professor pode observar, com o aluno, situações no Manual em que um termo do Glossário está no corpo de texto e em banda. Pode ainda remeter o aluno para o Apêndice *Como estudar em Filosofia*, em particular para a definição de conceitos e destacar a importância de uma definição rigorosa dos mesmos.

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 3 a 5 pontos	Nível 2 8 a 10 pontos	Nível 3 13 a 15 pontos
Grupo I – 1. Enuncia a ideia que é defendida pelo autor no primeiro parágrafo do texto. (15 pontos)	Argumentativas Seleção pertinente de informação	Identificar posições (teses, perspetivas). Apreender ideias centrais num texto / segmento de texto, distinguindo-as dos exemplos / argumentos.	Enunciar a posição de Savater segundo a qual toda a pergunta implica um conhecimento prévio.	Pergunta / saber / ignorância	Apresenta a posição, mas com muitas imprecisões.	Apresenta a posição, mas de forma incompleta ou com imprecisões.	Posição de Savater: a pergunta nasce do conhecimento e não da ignorância.
Grupo I – 2. Expõe as razões que o autor utiliza para desenvolver a ideia que defende. (15 pontos)	Argumentativas Exposição escrita pessoal Seleção pertinente de informação	Apreender os argumentos presentes num texto, distinguindo-os da tese ou posição.	Apresentar os argumentos com que Savater sustenta a sua posição.	Pergunta / saber / ignorância	Apresenta ambos os argumentos de forma muito imprecisa.	Apresenta apenas um argumento OU Apresenta as ideias de forma imprecisa.	Argumentos de Savater: – o saber leva à pergunta quando o conhecimento parece duvidoso; – sobre aquilo que não sei que existe (um buraco maravilhoso debaixo da cama) não posso perguntar; sobre aquilo de que já possuo noção (a cama, os lençóis) posso fazer perguntas, querer saber mais.

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo I – 3. A partir da ideia de defesa, o autor obtém uma conclusão. Identifica-a. (10 pontos)	Seleção pertinente de informação	Distinguir elementos linguísticos indicadores de conclusão.	Identificar a inferência de Savater.	Conhecimento	2 a 4 pontos Apresenta a ideia de forma muito imprecisa.	5 a 7 pontos Apresenta a ideia com alguma imprecisão.	8 a 10 pontos Inferência de Savater: a dúvida sobre o que penso saber leva-me a examinar os conhecimentos que penso ter.
Grupo I – 4. Identifica quais são as três possíveis fontes daquilo que pensamos saber. (15 pontos)	Conceptualização Seleção pertinente de informação	Identificar informação central (abstrata), separando-a dos exemplos (concreta).	Identificar quais são, segundo Savater, três das fontes do conhecimento que possuímos.	Conhecimento	3 a 5 pontos Refere uma fonte OU Duas ou três, mas com muitas imprecisões OU Identifica os exemplos.	8 a 10 pontos Refere duas fontes OU Refere duas ou três, mas com algumas imprecisões.	13 a 15 pontos Três fontes do que julgamos saber: – O que nos dizem – O que estudamos – A experiência direta
Grupo I – 5. Dá exemplos daquilo que tu sabes e que se encaixem nessas três fontes de saber. (15 pontos)	Seleção pertinente de informação Transferência de conhecimento para outras situações	Identificar informação central (abstrata), separando-a dos exemplos (concreta). Aplicar informação.	Identificar quais são, segundo Savater, três das fontes do conhecimento que possuímos.	Conhecimento	3 a 5 pontos Refere exemplo(s) correto(s) para uma fonte OU Para duas ou três fontes, mas com muitas imprecisões.	8 a 10 pontos Refere exemplo(s) corretos para duas fontes OU Para duas ou três fontes, mas com algumas imprecisões.	13 a 15 pontos O aluno tem de apresentar com correção, pelo menos, um exemplo diferente dos do texto para cada uma das fontes de conhecimento.
Grupo I – 6. Apresenta razões que justifiquem a afirmação do autor de que nem tudo aquilo que pensamos saber possui o mesmo grau de certeza ou se apresenta como fiável. (25 pontos)	Reflexão autónoma Efetuar inferências com base em informação dada anteriormente Escrita articulada com vista à defesa de uma posição	Inferir autonomamente informação por relação a informação previamente dada.	Apresentar razões que possam levar os indivíduos a refletir sobre a certeza do conhecimento que possuem.	Conhecimento Certeza	4 a 7 pontos Apresenta algumas razões pertinentes, mas de forma inarticulada e com pouco rigor.	13 a 16 pontos Apresenta razões pertinentes, mas de forma pouco coerente e pouco fundamentada.	22 a 25 pontos Apresenta razões pertinentes de forma articulada e consistente. Exemplos: – algumas das coisas que nos dizem nem sempre são verdadeiras; – algum do conhecimento que adquirimos na escola, nomeadamente científico, vem a revelar-se incorreto; – por vezes os sentidos enganam-nos (o movimento aparente do Sol).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo I – 7. No último parágrafo o autor interroga-se: "Até que ponto estou certo de cada uma dessas coisas que sei?". Será esta uma questão que vale a pena discutir? Justifica a posição. (25 pontos)	Reflexão autônoma Escrita articulada com vista à defesa de uma posição	Assumir e discutir uma posição com coerência.	Discutir a importância de se afirmar como se pode ter um conhecimento certo.	Conhecimento Certeza	Não é clara a posição que o aluno assume OU O aluno assume uma posição mas fundamenta-se de modo muito pouco claro e de forma incoerente.	O aluno assume uma posição, mas os argumentos apresentados são pouco pertinentes e expressos ou articulados de modo pouco coerente.	– É clara a posição do aluno. – Os argumentos apresentados para discutir a posição são claros e articulados com coerência.
Grupo II – 1. Explicita a importância da informação contida no marcador para a realização de tarefas de avaliação. (10 pontos)	Análise Reflexão	Inferir consequências a partir de informação disponibilizada.	Identificar a importância da informação disponibilizada para a compreensão das tarefas de avaliação a realizar.		Expressa-se de forma muito pouco clara, não identificando totalmente a relevância da informação disponibilizada.	Expressa-se com alguma clareza, ficando-se ao nível da descrição da informação disponibilizada.	– Identifica o tipo de informação disponibilizada. – Diferencia os diferentes tipos de informação (o termo, a noção, o exemplo). – Infere a importância da informação para o sucesso da realização das tarefas.
Grupo II – 2. Inferência da organização do Manual a partir do índice. (10 pontos)	Inferência	Possuir instrumentos intelectuais para a compreensão da estrutura e organização da informação.	Identificar a organização do Manual a partir do seu índice.	Estrutura Organização	Tem dificuldades em utilizar a noção de índice para entender a estrutura / organização da informação.	Mostra compreender a noção de índice enquanto organizador da informação e transpõe essa informação para inferir, embora não identifique todos os elementos estruturais relevantes.	Infer a estrutura do Manual a partir do índice, mostrando compreender a noção de índice enquanto organizador de informação: unidades (temas gerais), capítulos (temas que concretizam os temas gerais) e secções (exploração específica dos conteúdos).

Questão / cotação	Compe- tências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo II – 3. Função dos elementos das páginas 58 / 59. (20 pontos)	Análise Reflexão	Expressar-se com pertinência e coerência.	Diferenciar múltiplos elementos gráficos e textuais e a sua função específica.	Estrutura Função	Identifica e clarifica a função de apenas dois elementos OU Escreve de forma confusa e pouco pertinente.	Identifica e clarifica a função de três dos elementos relevantes OU Escreve com imprecisões.	– Textos explicativo e texto de filósofos. – Biografias dos filósofos: mostrar a rele- vância dos pensadores, cujo pensa- mento se está a estudar. – Reprodução de capas dos livros: desta- car fontes privilegiadas de informação das ideias em análise. – Diagramas: organizar e sintetizar a in- formação e ajudar a memória a reter a informação.
Grupo II – 4. Clarifica a importância, para o teu estudo, da informação que se encontra no quadro sombreado a azul (10 pontos)	Análise Reflexão Metodologias de trabalho intelectual	Expressar-se com pertinência e coerência.	Identificar a importância da informação disponibilizada para a compreensão das matérias e a organização do estudo.	Organização Função	Enuncia os diferentes componentes da informação sem clarificar a sua importância OU Escreve de forma confusa e pouco pertinente.	Identifica e clarifica a função de dois dos elementos relevantes OU Escreve com imprecisões.	– Sumário: identificar os conteúdos; saber que matérias estão a ser dadas e como os tópicos se encaixam e relacionam. – Objetivos: o que há a saber: Base para a formulação das perguntas de avaliação. – Conceitos: noções-chave cujo domínio é fundamental para a compreensão das matérias.
Grupo II – 5. Mostra qual o significado e a importância dos diferentes tipos de informação / indicações que se encontram nas páginas 48 / 49). (15 pontos)	Análise Reflexão Metodologias de trabalho intelectual	Expressar-se com pertinência e coerência.	Diferenciar múltiplos elementos textuais e a respetiva função.	Organização Função	Identifica um dos blocos de informação e sua função OU Escreve com pouco rigor e pertinência.	Identifica dois dos blocos de informação e a sua função OU Escreve com algumas imprecisões OU Descreve, mas não infere a função de cada um dos blocos de informação.	– Atividades de revisão, aplicação e discus- são: aplicar, rever, testar conhecimentos; detetar dúvidas; trabalhar em autono- mia. – Ideias a reter: resumo da informação, ideias e conceitos-chave, ajudar a reter, a rever e a consolidar a informação. – Sugestões de leitura: aprofundar, explo- rar, trabalhar em autonomia.
Grupo II – 6. Explicar qual a importância do glossário. (15 pontos)	Metodologias de trabalho intelectual	Expressar-se com pertinência e coerência.	Clarificar a importância da definição rigorosa dos conceitos para a assimilação e compreensão dos conteúdos.	Função	Refere apenas o que é um glossário OU Expressa-se com pouco rigor e coerência.	Refere o que é um glossário e a sua função, mas expressa-se com imprecisões.	– Conjunto de termos organizados por ordem alfabética que são definidos e / ou utilizados num texto. – Permitem delimitar o sentido das pala- vras, contribuindo para a apreensão e compreensão dos conhecimentos.

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de 3 pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo I – 1. Explica qual é a especificidade das questões filosóficas. (20 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.	Determinar as características das questões filosóficas como questões não empíricas, abertas e englobantes, para as quais se procuram respostas racionais e não soluções.	Questão filosófica	Identifica, sem explicar, algumas características das questões filosóficas. Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica duas das características das questões filosóficas OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões.	– Não empíricas: resposta não factual, mas apenas racional. – Abertas: possibilidade de múltiplas soluções. – Discussão racional: necessidade de discutir as diferentes respostas possíveis. – Englobantes: sentido dos saberes fragmentados; relação dos diversos saberes com o homem.
Grupo I – 2. Clarifica em que consistem as dimensões teórica e prática da filosofia. (25 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos. Distinguir a racionalidade filosófica.	Caracterizar a filosofia como uma atividade racional com duas dimensões: teórica (interpretar e compreender o real, produzindo um conhecimento) e prática (dar um sentido, uma orientação à vida humana a partir do conhecimento produzido).	Filosofia	Caracteriza com imprecisões apenas uma das dimensões OU Caracteriza as duas dimensões com muitas imprecisões, não mobilizando os conceitos técnicos pertinentes.	Caracteriza com total correção científica apenas uma das dimensões OU Caracteriza as duas dimensões com algumas imprecisões, não mobilizando a totalidade dos conceitos técnicos pertinentes.	– Dimensão teórica, com origem na capacidade de reflexão humana, é uma forma de conhecimento racional sobre o mundo que visa interpretar, conhecer e compreender criticamente os aspetos mais básicos da realidade. – Dimensão prática, porque parte de questões fundamentais da existência humana e, através do conhecimento produzido, guia a vida, não a deixando assente em fundamentos que não foram previamente refletidos.

Questão / cotação	Compe- tências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo I – 3. Define os conceitos de tese, argumento, contra-argumento e argumentação. (20 pontos)	Conceptualização	Adquirir de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais da filosofia.	Clarificar os conceitos de tese, argumento, contra-argumento e argumentação.	Tese Argumento Contra-argumento Argumentação	Clarifica corretamente um dos conceitos OU Clarifica os conceitos com muitas imprecisões.	Clarifica corretamente dois dos conceitos OU Clarifica todos os conceitos com imprecisões.	– Argumentação: conjunto de tese, argumentos e contra-argumentos. – Tese: posição, perspetiva, ponto de vista, teoria que defende um problema filosófico. – Argumento: proposição que tem por objetivo sustentar, suportar uma teoria. – Contra-argumento (ou objeção): proposição que pretende mostrar que uma determinada teoria não é uma boa resposta ao problema colocado.
Grupo I – 4. Indica quais as disciplinas filosóficas que tratam dos problemas apresentados. (15 pontos)		Identificar as principais áreas e problemas da filosofia.	Identificar as principais áreas (disciplinas) do perguntar filosófico e os problemas filosóficos dominantes que lhe estão associados.	Áreas da filosofia	Indica corretamente uma ou duas áreas OU Indica corretamente uma ou duas áreas com alguma imprecisão.	Indica corretamente três áreas OU Indica corretamente três áreas com alguma imprecisão.	a. Filosofia política b. Estética / filosofia da arte c. Ética d. Axiologia
Grupo II – 1. Identifica o tema do texto. (15 pontos)		Utilizar de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais da filosofia.	Clarificar porque é a atividade filosófica uma atividade crítica.	Filosofia Crítica Dúvida Tese Argumento	Nível 1 3 a 5 pontos Identifica o tema de modo impreciso.	Nível 2 8 a 10 pontos Identifica o tema de forma parcial (exemplo, a atividade crítica da filosofia).	Nível 3 13 a 15 pontos Tema: a importância da atividade crítica da filosofia.
Grupo II – 2. Enuncia a tese que está a ser defendida pelo autor no texto. (15 pontos)	Argumentação	Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema / problema, as teses que defende ou as respostas que dá ou que refuta.			Nível 1 3 a 5 pontos Identifica a tese, mas apresenta-a de modo muito impreciso.	Nível 2 8 a 10 pontos Identifica a tese com imprecisões.	Nível 3 13 a 15 pontos Tese: antes de procurar respostas, a filosofia deve exercer uma atividade crítica sobre as existentes.
Grupo II – 3. Apresenta os argumentos com que o autor sustenta a sua tese. (25 pontos)					Nível 1 4 a 7 pontos Apresenta apenas um dos argumentos ou todos com muitas imprecisões.	Nível 2 13 a 16 pontos Apresenta apenas dois dos argumentos ou os três com alguma imprecisão.	Nível 3 22 a 25 pontos – A análise prévia das respostas existentes permite discutir-las. – A crítica prévia permite detetar o erro, o falso pensamento, a ignorância. – O filósofo deve justificar a origem e a razão das suas dúvidas.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo III – 1. Identifica, no texto, os argumentos que podem sustentar a tese de que “vale a pena aprender a filosofar”. (25 pontos)	Argumentação	Utilizar de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais da filosofia.	Compreender a importância do aprender a filosofar para o desenvolvimento de um pensamento autônomo.	Filosofia Crítica	Identifica os argumentos, mas a relação com a tese é muito imprecisa.	Identifica apenas um dos elementos relevantes do texto e relaciona-o com a tese OU Identifica dois, mas relaciona-os de modo impreciso com a tese.	Argumentos: – aprender a filosofar é aprender a pensar de modo reflexivo, crítico, racional; – ganha-se a capacidade de procurar práticas melhores e, com isso, guiar melhor os passos no caminho da vida, controlar a direção em que conseguimos caminhar (dimensão prá- tica do conhecimento filosófico; autonomia); – obtém-se liberdade.
Grupo IV – 1. Seleciona, das afirmações que se seguem, as que são corretas. (15 pontos)		Situar o nascimento da filosofia no seu contexto histórico- cultural.	Apreender as características essenciais do pensamento dos primeiros filósofos.		Nível 1 5 pontos Assinala corretamente uma afirmação.	Nível 2 10 pontos Assinala corretamente duas afirmações.	Nível 3 15 pontos Afirmações verdadeiras: b., e. e f.
Grupo IV – 2. Apresenta os argumentos que nos permitem concluir que os primeiros filósofos encarnam a atitude filosófica, tal como a concebemos atualmente. (25 pontos)	Argumentação	Utilizar de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais da filosofia.	Destacar de que forma as interrogações e o pensamento dos primeiros filósofos são expressão da atitude e do questionamento filosóficos.	Filosofia Crítica Razão Dúvida	Nível 1 4 a 7 pontos Caracteriza com total correção científica apenas uma das dimensões OU Caracteriza as dimensões com muitas imprecisões, não mobilizando os conceitos técnicos pertinentes.	Nível 2 13 a 16 pontos Caracteriza com total correção científica apenas duas das dimensões OU Caracteriza as três dimensões com algumas imprecisões, não mobilizando a totalidade dos conceitos técnicos pertinentes.	Argumentos: – nova atitude intelectual caracterizada pelo questionamento e busca racional do conhe- cimento; – diversidade de respostas; – produção de conceitos e categorias filosófi- cas que permitiram pensar de modo crítico e rigoroso a realidade e o homem.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspectos a trabalhar na aula de correção | aspectos metodológicos e competências a trabalhar

Critério de correção e cotação da FICHA FORMATIVA n.º 2 (pp. 96-97 do Manual)

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de 3 pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
Grupo I – 1. a. Clarifica o conceito de deliberação. (10 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de deliberação.	Deliberação	Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Análise de diferentes cursos de ação, e dos meios para os realizar, que antecede a tomada de decisão.
Grupo I – 1. b. Clarifica o conceito de motivo. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Caracterizar o conceito de motivo.	Motivo	2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Nível 2 5 a 7 pontos Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Nível 3 8 a 10 pontos Razão (o porquê) que leva o agente a agir.
Grupo I – 1. c. Clarifica o conceito de causalidade. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar a noção de causalidade.	Causalidade	2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Nível 2 5 a 7 pontos Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Nível 3 8 a 10 pontos Sequência de causa e efeito, de tal forma que quando está presente um fator (a causa) decorre necessariamente o efeito (a consequência).
Grupo I – 1. d. Clarifica o conceito de compatibilismo. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar em que consiste o compatibilismo.	Compatibilismo	Nível 1 2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Nível 2 5 a 7 pontos Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Nível 3 8 a 10 pontos Posição sobre o problema do livre-arbítrio no qual se defende que são compatíveis as proposições "os acontecimentos são causados" e "o homem é dotado de livre-arbítrio".
Grupo I – 2. Relaciona os conceitos de agente, motivo e intenção. (25 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Relacionar os conceitos de agente, motivo e intenção.	Agente Motivo Intenção	Nível 1 4 a 7 pontos Estabelece a relação, mas sem clarificar adequadamente os conceitos OU Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Nível 2 13 a 16 pontos Estabelece relação apenas entre dois dos conceitos, com base na clarificação dos mesmos OU Estabelece a relação entre todos os conceitos, mas com imprecisões.	Nível 3 22 a 25 pontos – Agente: aquele que age; que realiza o curso de ação visível; aquele a quem se pode atribuir o ato. – Motivo: o porquê da ação; uma razão que apenas pode ser atribuída a um agente. – Intenção: a finalidade da ação. – A intenção é do agente e só ele a pode identificar; o motivo é a razão (porquê) de uma intenção (o para quê).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo I – 3. Enuncia o problema do livre-arbítrio. (10 pontos)	Problematização	Formular adequada- mente os problemas filosóficos do programa.	Clarificar o problema do livre-arbítrio.	Livre-arbítrio	2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	5 a 7 pontos Formula o problema com imprecisões.	8 a 10 pontos É o homem livre, isto é, pode o homem iniciar um curso de ação não constringido por nenhuma causa externa?
Grupo II – 1. Clarifica de que forma o autor do texto caracteriza o conceito de ato voluntário. (15 pontos)		Aplicar conceitos na análise de textos filosóficos.	Estabelecer a rede conceptual da ação.	Ato voluntário	3 a 5 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	8 a 10 pontos Identifica a informação de forma pertinente e clarifica-a, mas com imprecisões.	13 a 15 pontos Ato voluntário: o que decorre da vontade do agente; aquele que, sem o querer do agente, não teria decorrido; aquele que encontra no agente unicamente a sua causa; "quando afirmo que o meu brago se move voluntaria- mente, porque eu quero, o que manifesto é que poderia também não o ter mexido"; "sem a minha autorização, essa coisa não teria acontecido".
Grupo II – 2. Explica quais são, para o autor, as características de um ato livre. (10 pontos)	Conceptualização	Aplicar conceitos na análise de textos filosóficos.	Clarificar a noção de livre- -arbítrio.	Livre-arbítrio	2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	5 a 7 pontos Identifica a informação de forma pertinente e clarifica-a, mas com imprecisões.	8 a 10 pontos Ato livre: possibilidade de dar o sim ou não a atos que dependem da vontade, do querer do agente. Ato cuja in- tensão é apenas determinada pelo agente e não por nada do que lhe é externo.
Grupo II – 3. Com base nos argumentos apresentados pelo autor no texto, explicita porque é que o determinismo radical é uma posição incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio. (30 pontos)	Conceptualização	Aplicar conceitos na análise de textos filosóficos. Identificar argumen- tos filosóficos em textos.	Mostrar porque é o determinismo radical incompatibilista no que respeita ao problema do livre-arbítrio.	Determinismo radical Incompatibilismo Livre-arbítrio	8 a 10 pontos Não identifica de forma totalmente pertinente o argumento do texto OU Escreve de forma avulsa e com imprecisões.	15 a 20 pontos Apenas clarifica em que consiste o determinismo radical mobilizando de forma pertinente o argumento do texto OU Escreve com imprecisões.	25 a 30 pontos – Determinismo radical: posição sobre o problema do livre-arbítrio que nega a possibilidade do ato livre. Argumento do texto: "A doutrina determinista estabe- lece que se eu soubesse como estão dispostas todas as peças do mundo agora e conhecesse exaustiva- mente todas as leis físicas, poderia descrever sem erro tudo no mundo dentro de um minuto ou dentro de cem anos. Como eu também sou parte do universo, devo estar submetido à mesma determinação causal que o resto do universo." – Posição incompatibilista: nega que se possa afirmar em simultâneo que tudo na natureza está submetido a uma causalidade e que o homem é dotado de livre- -arbítrio. – O determinismo radical é portanto uma posição im- compatibilista.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo II – 4. Apresenta os argumentos que mostrem se o autor é a favor ou contra o determinismo radical. (20 pontos)	Argumentação	Identificar argumentos filosóficos em textos.	Formular os argumentos relativos ao determinismo radical.	Determinismo radical	Identifica informação pertinente, mas escreve de forma avulsa e com imprecisões.	Identifica a posição do autor, mas não apreende a totalidade da argumentação OU Identifica a posição e apresenta os argumentos, mas escreve com imprecisões.	Posição do autor: apesar do argumento do determinismo radical, há atos livres, atos que dependem apenas da intenção e do querer do agente. A posição do autor é sustentada a partir da apresentação da posição de Sartre.
Grupo II – 5. Explica como Sartre resolve o problema e quais os argumentos que sustentam a sua posição. (25 pontos)		Identificar argumentos filosóficos em textos.	Formular os argumentos relativos ao libertismo.	Libertismo	Identifica informação pertinente, mas escreve de forma avulsa e com imprecisões.	Identifica a posição do autor, mas não apreende a totalidade da argumentação OU Identifica a posição e apresenta os argumentos, mas escreve com imprecisões.	Sartre defende uma posição libertista: o homem é dotado de livre-arbítrio. Argumentos: o homem não está determinado à partida; os obstáculos, condicionantes da ação, não são determinantes e só podem ser obstáculos quando um agente visa livremente um determinado curso de ação.
Grupo II – 6. Mostra qual é, segundo o autor, a consequência de se considerar o determinismo radical como uma teoria verdadeira sobre o problema do livre-arbítrio. (25 pontos)	Argumentação	Identificar e enunciar problemas filosóficos.	Explicar porque, para alguns autores, o problema do livre-arbítrio permanece em aberto e a sua resposta tem um interesse prático.	Determinismo radical	Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Identifica a informação de forma pertinente e clarifica-a, mas com imprecisões.	A responsabilidade moral (a possibilidade de ser assado pelas consequências boas ou más de uma ação) só pode existir se o homem for dotado de livre-arbítrio (possibilidade de escolher entre duas ou mais alternativas genuínas).

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspetos a trabalhar na aula de correção | aspetos metodológicos e competências a trabalhar

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de 3 pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
Grupo I – 1. a. Clarifica o conceito de valor. (10 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar a noção de valor.	Valor	Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Clarifica corretamente apenas um dos itens OU Escreve com imprecisões.	– Qualidades, noções gerais de bem, que os indivíduos e as coletividades reconhecem como prioridades ideais. – Atribuem-se a objetos, acontecimentos ou ações, tornando-os estimáveis, de tal forma que se aspiram ter ou realizar, definindo ainda aquilo que os indivíduos desejam ser.
Grupo I – 1. b. Clarifica o conceito de critério axiológico. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar a noção de critério axiológico.	Critério axiológico	Nível 1 2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Nível 2 5 a 7 pontos Escreve com algumas imprecisões.	Nível 3 8 a 10 pontos – Princípio de referência a partir do qual se estabelece um sistema de valores e a respetiva hierarquia.
Grupo I – 1. c. Clarifica o conceito de objetivismo axiológico. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de objetivismo axiológico.	Objetivismo axiológico	Nível 1 2 a 4 pontos Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Nível 2 5 a 7 pontos Clarifica corretamente apenas um dos itens OU Escreve com imprecisões.	Nível 3 8 a 10 pontos – Objetivismo axiológico é uma posição sobre o problema da natureza dos valores. – Defende a possibilidade de existirem valores e juízos de valor que ultrapassem a subjetividade dos indivíduos e das sociedades onde estão inseridos.
Grupo I – 1. d. Clarifica o conceito de subjetivismo axiológico. (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de subjetivismo axiológico.	Subjetivismo axiológico	Nível 1 2 a 4 pontos Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Nível 2 5 a 7 pontos Clarifica corretamente apenas um dos itens OU Escreve com imprecisões.	Nível 3 8 a 10 pontos – Posição sobre o problema da natureza dos valores. – Defende que é possível enunciar juízos de valor sobre o que está certo ou errado, mas cada juízo de valor apenas expressa a posição pessoal do sujeito que emite o juízo ou da sociedade onde está inserido.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
Grupo I – 1. e. Clarifica o conceito de cultura. (10 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Estabelecer a noção de cultura.	Cultura	Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
			Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.		Escreve com algumas imprecisões.	Vasto conjunto de modos de ser, agir e pensar caracte- rísticos de uma sociedade que, a partir de modelos estandardizados de agir – padrões de cultura –, define como fazer, como agir.	
Grupo I – 2. Relaciona os conceitos de monoculturalismo e etnocentrismo. (20 pontos)		Relacionar conceitos filosóficos.	Definir as posições do etnocentrismo e do monoculturalismo.	Etnocentrismo Monoculturalismo	Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
					Clarifica apenas um dos itens ou dois itens sem que a relação entre os conceitos seja clara OU Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Clarifica corretamente dois itens OU Escreve com imprecisões, mas estabelece a relação entre os conceitos.	– O monoculturalismo defende a homogeneidade cultural, pela imposição de uma cultura oficial dominante, promovendo a assimilação. – O risco do monoculturalismo é o de estar asso- ciado ao etnocentrismo, posição segundo a qual os padrões de cultura de uma sociedade são con- siderados os modelos de referência para avaliar e emitir juízos de valor sobre os padrões das ou- tras culturas. – O etnocentrismo dá origem a situações de con- flito e de discriminação quando uma cultura, ao considerar-se superior e padrão de referência, se procura impor a outras.
Grupo I – 3. Por critério antropológico entende-se: (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar em que consiste o critério antropológico.	Critério antropológico	Nível 1 —	Nível 2 —	Nível 3 10 pontos
					—	—	Opção correta: c)
Grupo I – 4. Por tolerância a UNESCO entende: (10 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Definir o conceito de tolerância.	Tolerância	Nível 1 —	Nível 2 —	Nível 3 10 pontos
					—	—	Opção correta: b)
Grupo II – 1. Explicita em que consiste o problema da diversidade cultural. (10 pontos)	Problematização	Formular problemas filosóficos.	Clarificar em que consiste o problema da diversidade cultural.	Diversidade cultural	Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
					Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Clarifica corretamente apenas um dos itens. OU Escreve com imprecisões.	– Problema decorrente da globalização. – Indaga-se como conciliar a diversidade de múl- tiplas formas de ser, estar e agir decorrentes das várias identidades culturais.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo III – 1. Clarifica o primeiro parágrafo do texto à luz do conceito de identidade cultural. (20 pontos)	Conceptualização	Aplicar conceitos filosóficos na interpretação de textos.	Definir o conceito de identidade cultural.	Identidade cultural	Clarifica os dois itens, mas de forma avulsa e com imprecisões.	Clarifica corretamente apenas um dos itens OU Escreve com imprecisões.	– Identidade cultural: sentimento de integração, de pertença a um grupo. – Perguntar “quem é uma pessoa” implica colocá-la numa categoria a partir da sua origem cultural (a cultura define a essência do indivíduo).
Grupo III – 2. Explica como é que, segundo a autora, muitos emigrantes vivem o problema da diversidade cultural. (20 pontos)	Problematização	Aplicar conceitos filosóficos na interpretação de textos e na formulação de problemas filosóficos.	Clarificar o problema da diversidade cultural.	Diversidade cultural	Nível 1 4 a 6 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Nível 2 10 a 13 pontos Escreve com algumas imprecisões.	Nível 3 17 a 20 pontos – Perante a possível indefinição das múltiplas identidades culturais, ou da diferença cultural face aos países / culturas de acolhimento, muitos emigrantes optam pela adoção dos padrões de cultura dominantes.
Grupo III – 3. Explicita porque é que a autora defende uma posição que ultrapassa o multiculturalismo em direção ao diálogo intercultural. (30 pontos)	Argumentação	Identificar e aplicar teses e argumentos.	Destacar as teses e os argumentos que defendem o diálogo intercultural.	Multiculturalismo Diálogo intercultural	Nível 1 5 a 10 pontos Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Nível 2 15 a 20 pontos Escreve com algumas imprecisões.	Nível 3 25 a 30 pontos – Multiculturalismo: sobreposição / justaposição de culturas definidoras de identidades culturais distintas, “o valor do ser humano não depende da sua cultura e é superior às diferenças culturais”.
Grupo III – 4. Indica, entre as várias posições que procuram resolver o problema da diversidade cultural, qual a que consideras que melhor o resolve. Justifica a tua opção. (30 pontos)	Argumentação	Assumir posições pessoais. Confrontar teses e argumentos.	Identificar, distinguir e caracterizar diferentes posições contemporâneas face à diversidade cultural.	Monoculturalismo Multiculturalismo	Nível 1 5 a 10 pontos Apresenta as diferentes posições, sem as discutir. A posição do aluno não é clara ou é insuficientemente fundamentada OU Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Nível 2 15 a 20 pontos Apresenta e discute as posições e identifica e fundamenta claramente a sua posição, mas escreve com imprecisões num ou em dois conceitos.	Nível 3 25 a 30 pontos – Apresentação em síntese de cada uma das posições. – Delimitação da posição do aluno através da discussão das diferentes posições. – Identificação clara e fundamentada da posição do aluno.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspetos a trabalhar na aula de correção | aspetos metodológicos e competências a trabalhar

Critério de correção e cotação da FICHA FORMATIVA n.º 4 (pp. 182-183 do Manual)

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos
Grupo I – 1. a. Clarifica o conceito de norma. (6 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos. Desenvolver atividades de clarificação conceptual.	Clarificar o conceito de norma.	Norma	Identifica, sem explicar, características da noção de norma OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica duas das características da norma OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Regra, princípio orientador da ação. – Determina o comportamento em sociedade, regulando a relação entre os indivíduos. – Torna o comportamento e a ação previsíveis. – Torna o comportamento e a ação compreensíveis.
					Identifica, sem explicar, uma das características da noção de consciência moral OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica uma das características da consciência moral OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Noção, adquirida socialmente, de que existem ações certas ou erradas de acordo com normas morais. – Reguladora da ação ao cumprir as funções de orientação, imposição, censura e avaliação da ação.
Grupo I – 1. c. Clarifica o conceito de ética. (6 pontos)		Explicitar a noção de ética.	Explicitar a noção de ética.	Ética	Refere apenas que é uma área da filosofia OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Área da filosofia. – Reflexão teórica sobre os fundamentos da ação moral.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos
Grupo I – 1. d. Clarifica o conceito de ética deontológica. (6 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar a noção de ética deontológica.	Ética deontológica	Refere apenas que é uma área da filosofia OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Teoria sobre a fundamentação da ação moral. – O valor moral da ação depende da intenção ética.
		Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.	Explicitar a noção de ética consequencia- lista.		1 a 2 pontos	3 a 4 pontos	5 a 6 pontos
				Ética consequencialista	Refere uma das características OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Teoria sobre a fundamentação da ação moral. – O valor moral de uma ação depende das suas consequências.
Grupo I – 2. Estabelece a relação entre os conceitos de experiência convivencial e de norma moral. (15 pontos)		Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Reconhecer a necessidade de normas para experiência convivencial.	Experiência convivencial Norma moral	3 a 5 pontos	8 a 10 pontos	13 a 15 pontos
					Clarifica os conceitos, mas sem estabelecer a relação entre eles OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Estabelece a relação sem a fundamentar através da clarificação dos conceitos OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	– Experiência convivencial: o homem como ser gregário; necessidade do outro e da vida em comunidade para o pleno desenvolvimento do ser humano; necessidade de reconhecimento. – Norma moral: regra que orienta a ação hu- mana, estabelecendo o certo e o errado. – Relação: a norma moral é necessária para re- gular a vida em comunidade; o facto de ser gregário e de necessitar do outro não signi- fica que a ação não precise de limites.
Grupo I – 3. Clarifica o que o autor considera ser "viver eticamente". (10 pontos)		Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Mostrar que o juízo moral ou juízo ético implica a passagem do interesse pessoal, particular ao juízo universal.	Intenção ética Responsabilidade ética	2 a 4 pontos	5 a 7 pontos	8 a 10 pontos
					Refere apenas um dos aspectos identificados OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Refere os dois itens identificados, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Viver eticamente: pensar tendo em conta os nossos interesses e os interesses dos outros; ser capaz de justificar racionalmente as ações.
Grupo I – 4. Explica porque é que "viver eticamente" implica desen- volvimento de uma consciên- cia ética. (15 pontos)		Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.			3 a 5 pontos	8 a 10 pontos	13 a 15 pontos
					Estabelece a relação entre viver eticamente e consciência ética sem mobilizar expressamente nenhum dos conceitos OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Mobiliza apenas um dos conceitos OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Consciência ética: dar uma intenção ética à ação (submeter a ação moral a um princípio ra- cional que determine o ato como moralmente bom), tendo em conta uma responsabilidade ética (ter em conta os danos ou benefícios da ação nos outros, em particular nos mais frá- geis). Viver eticamente supõe a responsabili- dade ética própria de uma consciência ética.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo II – 1. Clarifica em que consiste, segundo Kant, o imperativo categórico. (10 pontos)	Argumentação	Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar em que consiste o imperativo categórico.	Imperativo categórico	2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, sem articulação.	5 a 7 pontos Enuncia apenas a fórmula kantiana do imperativo categórico OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	8 a 10 pontos – Lei moral que se impõe necessaria- mente ao agente. – Determina que o agente examine a sua ação, extraia a máxima que a regula e afira se a mesma se pode tornar numa lei universal.
Grupo II – 2. Explica o que quer dizer o autor do texto quando refere que uma das críticas à ética kantiana é a de não dizer aos agentes como agir em concreto. (15 pontos)	Argumentação	Aplicar objeções na interpretação de textos. Aplicar conceitos na interpretação de argumentos.	Avaliar criticamente os fundamentos da ética kantiana, problematizando a possibilidade de princípios morais absolutos.	Imperativo categórico	Nível 1 3 a 5 pontos Apresenta apenas um exemplo da dificuldade de aplicação do imperativo categórico sem contextualizar teoricamente OU Apresenta as ideias com imprecisões significativas.	Nível 2 8 a 10 pontos Refere apenas o caráter absoluto do imperativo categórico, sem efetuar a inferência para a dificuldade da sua aplicação OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Nível 3 13 a 15 pontos – O imperativo categórico como princípio moral absoluto universal que não tem em consideração a existência das cir- cunstâncias específicas da aplicação da regra moral. – Perante uma situação específica na qual a aplicação do princípio universal parece ser contraintuitiva, o sujeito concreto não possui indicações especí- ficas de como agir, nomeadamente quando da aplicação da lei moral pare- cer decorrer um mal maior.
Grupo II – 3. Explicita porque é que um ato como “não mentir” pode ser, para Kant, moralmente mau ou ausente de intenção ética. (15 pontos)	Conceptualização	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Explicar porque é que a ética kantiana é uma ética deontológica.	Agir por dever Ética deontológica	Nível 1 3 a 5 pontos Centra-se no exemplo, sem efetuar a devida contextualização teórica (diferença entre agir por dever ou em conformidade ao dever) OU Apresenta as ideias com imprecisões significativas.	Nível 2 8 a 10 pontos Explicita o exemplo com a devida contextualização teórica, mas apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Nível 3 13 a 15 pontos – Diferença entre agir por dever (obe- diência à lei moral, independente das consequências ou inclinações do su- jeito) ou agir em conformidade ao dever (agir por interesse). – O ato de “não mentir” poderá ser desti- tuído de intencionalidade ética, ou até ser considerado moralmente mau, se for efetuado apenas tendo em conta as consequências da ação para o agente.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
					3 a 5 pontos	8 a 10 pontos	13 a 15 pontos
Grupo II – 4. Explica em que consiste a objeção, dirigida à ética kantiana, presente no último parágrafo do texto. (15 pontos)	Argumentação	Aplicar objeções na interpretação de textos.	Avaliar criticamente os fundamentos da ética kantiana, problematizando a possibilidade de princípios morais absolutos.	Imperativo categórico	Centra-se no exemplo, sem efetuar a devida contextualização teórica (máximas universais podem impor deveres que colidem entre si) OU Apresenta as ideias com imprecisões significativas.	Explicita o exemplo com a devida contextualização teórica, mas apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	– A ética kantiana não permite resolver situações onde possam ocorrer confli- tos entre deveres que se impõem de modo igualmente universal. – A máxima “não mentir” colide com a máxima “temos de proteger os nossos amigos”.
Grupo III – 1. Mostra porque é a ética de Mill uma ética hedonista. (10 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar porque é a ética de Mill uma ética hedonista.	Ética hedonista	Nível 1 2 a 4 pontos Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Nível 2 5 a 7 pontos Escreve com imprecisões e de forma pouco clara e pouco coerente.	Nível 3 8 a 10 pontos Ética hedonista – determina que a felici- dade, que deve decorrer da ação moral- mente boa, é avaliada como o aumento do prazer ou a diminuição da dor.
Grupo III – 2. Enuncia as principais diferenças entre a ética kantiana e a ética de Mill. (25 pontos)	Conceptualização Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Identificar teses e argumentos.	Confrontar posições filosóficas distintas sobre a fundamentação da ação moral.	Ética deontológica de Kant Ética utilitarista de Mill	Nível 1 4 a 7 pontos Refere apenas uma das oposições relevantes OU Apresenta ideias corretas, mas não articuladas de forma coerente.	Nível 2 13 a 16 pontos Refere apenas duas das oposições relevantes OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Nível 3 22 a 25 pontos – Tipo de ética: deontológica (Kant) / uti- litarista (Mill). – Origem dos princípios éticos: razão (Kant)/ experiência e observação (Mill). – Finalidade do ato moral: autonomia (Kant) / felicidade global (Mill).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
Grupo III – 3. Expõe os dois princípios éticos que sustentam a ética utilitarista. (15 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar os princípios morais da ética utilitarista.	Princípio da imparcialidade	Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Clarifica apenas um dos princípios OU Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	– Princípio da felicidade: uma ação é boa ou má consoante aumente ou diminua a quantidade global de felicidade. – Princípio da imparcialidade: o agente deve considerar a sua felicidade tão im- parcialmente como a dos outros.
Grupo III – 4. Clarifica qual a crítica que Rachels apresenta neste texto ao utilitarismo. (15 pontos)	Argumentação	Aplicar objeções na interpretação de textos.	Avaliar críticamente a posição de Mill, identificando quais as principais objeções que se lhe podem dirigir.	Consequencialismo	Analisa o texto sem efetuar o seu enquadramento teórico OU Apresenta ideias corretas, mas não articuladas de forma coerente.	Analisa o texto no seu enquadramento teórico, mas apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Objeção dirigida ao caráter consequen- cialista da ética de Mill: o utilitarismo é mo- ralmente muito exigente, pois o interesse geral exigiria um permanente sacrifício ao agente. Muitos dos atos quotidianos dos agentes, que envolvem a compra de bens, podem ser considerados supérfluos e a ri- queza ser canalizada para os mais neces- sitados.
Grupo III – 5. Explicita de que forma Mill responderia a esta objeção. (15 pontos)	Argumentação	Enunciar argumentos. Confrontar argumentos e contra- argumentos.	Apreender de que forma o utilitarismo procurou superar algumas das críticas que lhe foram dirigidas.	Consequencialismo	Apresenta ideias corretas, mas não articuladas de forma coerente.	Apresenta os conteúdos de modo menos claro, menos coerente e com imprecisões na utilização da terminologia.	Resposta de Mill: no cálculo das conse- quências, das ações, os agentes devem apenas ter em conta indivíduos concre- tos e abster-se de ações que possam ser de tal forma exigentes que coloquem em causa as legítimas expectativas do agente.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspetos a trabalhar na aula de correção | aspetos metodológicos e competências a trabalhar

Critério de correção e cotação da FICHA FORMATIVA n.º 5 (pp. 218-219 do Manual)

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho as variações de 3 pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
Grupo I – 1. O poder político é: (10 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar a noção de poder político.	Poder político	Nível 1 _____	Nível 2 _____	Nível 3 5 pontos
		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar a noção de Estado.	Estado	_____	_____	Opção correta: d)
Grupo I – 2. Analisa as afirmações que se seguem e escolhe a opção correta. (10 pontos)	Argumentação	Identificar e apresentar argumentos a partir da análise de texto.	Apresentar razões que justificam a existência do Estado.	Estado político	Nível 1 _____	Nível 2 _____	Nível 3 5 pontos
Grupo II – 1. Enuncia as razões invocadas pelo autor para que se obedeça à lei. (20 pontos)	Argumentação	Apresentar teses e argumentos. Aplicar conceitos filosóficos na interpretação de textos.	Explicitar os aspetos centrais da teoria de Locke sobre o Estado.	Estado político	Nível 1 4 a 6 pontos Identifica os elementos pertinentes, mas escreve de forma avulsa, com pouco rigor.	Nível 2 10 a 13 pontos Identifica os elementos pertinentes, mas com algumas imprecisões.	Nível 3 17 a 20 pontos Teoria do contrato social: o Estado proporciona proteção, segurança e a garantia legal de benéficos.
Grupo II – 2. Explicita se Locke estaria de acordo com as razões invocadas para se obedecer à lei. (20 pontos)	Argumentação	Apresentar teses e argumentos. Aplicar conceitos filosóficos na interpretação de textos.	Explicitar os aspetos centrais da teoria de Locke sobre o Estado.	Estado político	Nível 1 4 a 6 pontos Expõe a tese de Locke sem efetuar a inferência solicitada.	Nível 2 10 a 13 pontos Expõe as ideias pertinentes, mas escreve com algumas imprecisões.	Nível 3 17 a 20 pontos Teoria do contrato social de Locke: homens livres e iguais abdicam de parte do seu poder para a outorgar num Estado que tem por funções a defesa dos direitos naturais (vida, liberdade, segurança e propriedade). Com base neste pressuposto, o aluno deve inferir a concordância de Locke em relação às razões para obedecer ao Estado.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 3 a 5 pontos	Nível 2 8 a 10 pontos	Nível 3 13 a 15 pontos
Grupo II – 3. Formula o problema levantado por Rachels no segundo parágrafo do texto. (15 pontos)	Problematização	Formular problemas filosóficos.	Delimitar o conceito de desobediência civil e as circunstâncias em que a desobediência civil é aceitável.	Desobediência civil	Escreve de forma avulsa e com muitas imprecisões.	Escreve com algumas imprecisões.	Podem os indivíduos legitimamente desobede- cer à ordem legítima imposta pelo Estado se o mesmo não garantir aos indivíduos os bens bá- sicos?
Grupo II – 4. Expõe de que forma Rawls considera legítima a resolução do problema levantado. (25 pontos)	Argumentação	Apresentar teses e argumentos em resposta a problemas filosóficos.	Delimitar o conceito de desobediência civil e as circunstâncias em que a desobediência civil é aceitável.	Desobediência civil	Clarifica o conceito de desobediência civil, mas não estabelece em que condições é legítima. OU Escreve de forma avulsa, com pouco rigor.	Expõe algumas das ideias pertinentes e escreve com algumas imprecisões.	– Desobediência civil: ato público e político, não violento, contrário à lei e praticado com o ob- jetivo de provocar uma mudança nas leis ou na política seguida pelo governo. – Um ato de desobediência civil é legítimo se o proponente do ato conseguir apelar ao sen- tido de justiça da comunidade de modo a que sujeitos livres e iguais entendam porque é que determinada lei é injusta e porque deve ser alterada; e se o infrator estiver disposto a acatar as consequências da infração à lei.
Grupo III – 1. Clarifica como, segundo Rawls, os indivíduos devem chegar aos princípios de justiça. (25 pontos)	Conceptualização	Clarificar noções filosóficas.	Mostrar de que forma Rawls infere os princípios de justiça a partir da posição original sob "o véu de ignorância".	Posição original Véu de ignorância	Escreve de forma avulsa, com pouco rigor.	Expõe algumas das ideias pertinentes e escreve com algumas imprecisões.	– Os membros da sociedade firmam um acordo sobre quais são os princípios de justiça; o acordo será realizado numa situação equita- tiva, a posição original, na qual os indivíduos, a coberto de um véu de ignorância, e com co- nhcimentos básicos de como funciona a so- ciedade, escolhem de modo imparcial os princípios de justiça. – Véu de ignorância é a posição na qual os indi- víduos desconhecem todos os aspetos que dizem respeito às suas circunstâncias espe- cíficas (capacidades naturais e psicológicas, organização da sociedade onde vivem e esta- tuto social e económico).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 3 a 5 pontos	Nível 2 8 a 10 pontos	Nível 3 13 a 15 pontos
Grupo III – 2. Indica qual é, segundo Rawls, o objeto da teoria da justiça. (15 pontos)	Conceptualização	Clarificar noções filosóficas.	Clarificar a teoria da justiça de Rawls.	Teoria da justiça	Escreve de forma avulsa, com muitas imprecisões.	Escreve com algumas imprecisões.	Organização justa das instituições básicas da sociedade (todas as que condicionam a distri- buição de direitos e deveres com impacto posi- tivo ou negativo nas expectativas de vida dos indivíduos e na capacidade da sua realização com sucesso).
Grupo III – 3. Enuncia os princípios de justiça estabelecidos por Rawls. (25 pontos)	Conceptualização	Clarificar noções filosóficas.	Explicitar em que consiste cada um dos princípios de justiça propostos por Rawls.	Princípios de justiça	Refere apenas um dos itens pertinentes OU Escreve de forma avulsa, com pouco rigor.	Expõe algumas das ideias pertinentes e escreve com algumas imprecisões.	Os princípios de justiça: – o princípio da liberdade igual para todos (cada pessoa deve ter a maior quantidade possível de liberdades compatível com igual quantidade de liberdade para os outros); – o princípio da diferença e da igualdade de oportunidades (as desigualdades econômi- cas só são aceitáveis se beneficiarem os mais desfavorecidos e se resultarem do exercício de funções para as quais todos tiveram igual oportunidade de acesso).
Grupo III – 4. Apresenta a crítica que Nozick dirige à teoria da justiça de Rawls. (25 pontos)	Argumentação	Avaliar criticamente teses e argumentos.	Enunciar a crítica de Nozick aos princípios da justiça de Rawls.	Princípios de justiça	Escreve de forma avulsa e com muitas imprecisões.	Escreve com algumas imprecisões.	Nozick critica o princípio da diferença: argu- menta que a aplicação estrutural deste princí- pio à organização da sociedade implica uma interferência contínua do Estado no direito de propriedade dos indivíduos, o que Nozick con- sidera injusto (sempre que uma parte da socie- dade aumentasse a sua riqueza por relação a outra parte, a aplicação do princípio da dife- rença implicaria a reposição do equilíbrio na distribuição da riqueza, nomeadamente pela aplicação de impostos mais altos aos que mais possuem).

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspectos a trabalhar na aula de correção | aspectos metodológicos e competências a trabalhar

Critério de correção e cotação da FICHA FORMATIVA n.º 6 (pp. 48-49 do Manual – Volume 2)

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
Grupo I – 1. a. Clarifica o conceito de estética. (8 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar a noção de estética.	Estética	Nível 1	Nível 2	Nível 3
					2 a 4 pontos	5 a 7 pontos	8 a 10 pontos
		Refere apenas que é uma área da filosofia OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Área da filosofia: reflexão acerca da experiência estética. – Estudo da forma como o ser humano aprecia objetos considerados belos ou sublimes e respetiva expressão em sentimentos, conceitos ou juízos.			
Grupo I – 1. b. Clarifica o conceito de sensibilidade estética. (8 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de sensibilidade estética.	Sensibilidade estética	Nível 1	Nível 2	Nível 3
					2 a 4 pontos	5 a 7 pontos	8 a 10 pontos
		Clarifica parcialmente o conceito, com imprecisões terminológicas OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas, sem mobilizar a totalidade da informação pertinente.	Capacidade de perceber e apreciar objetos, com agrado ou desagrado, a partir de estímulos visuais, sonoros ou táteis por eles produzidos.			
Grupo I – 1. c. Clarifica o conceito de sublime. (8 pontos)	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de sublime.	Sublime	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
				2 a 4 pontos	5 a 7 pontos	8 a 10 pontos	
	Identifica, sem explicar, uma das características da noção de sublime OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica uma das características da noção de sublime OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Noção estética capaz de provocar uma emoção de prazer. – Sentimento provocado no homem por tudo aquilo que o ultrapassa, atemoriza e exalta, provocando um desejo de superação de si próprio.				

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
Grupo I – 1. d. Clarifica o conceito de juízo estético. (8 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de juízo estético.	Juízo estético	Nível 1 2 a 4 pontos	Nível 2 5 a 7 pontos	Nível 3 8 a 10 pontos
					Identifica, sem explicar, uma das características da noção de juízo estético OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica uma das características da noção de juízo estético OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Afirmação / proposição na qual o sujeito expressa uma experiência estética. – Atribuição de uma propriedade a um ob- jeto, a qual sintetiza a emoção e o pra- zer sentidos aquando da fruição estética desse objeto.
		Desenvolver capacidades específicas de clarificação conceptual.	Distinguir posições quanto à natureza dos juízos estéticos.	Natureza dos juízos estéticos	Nível 1 _____	Nível 2 _____	Nível 3 10 pontos
					Nível 1 _____	Nível 2 _____	Nível 3 10 pontos
		Grupo I – 3. Escolhe a opção correta. (10 pontos)			Identificar a posição de Kant face ao juízo estético.	Aceção kantiana de juízo estético	Nível 1 _____
Grupo II – 1. Clarifica em que consiste a teoria da arte como imitação. (25 pontos)		Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Enunciar e fundamentar a tese da teoria da arte como imitação.	Arte como imitação	Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
					Identifica, sem explicar, a tese da teoria da arte como imitação OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica a tese da teoria da arte como imitação e apresenta um dos seus argumentos OU Identifica e explica a teoria da arte como imitação, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– As obras de arte têm de ser produções humanas que imitam a natureza ou a ação do homem. – Uma obra de arte tem de reproduzir algo. – Uma obra de arte é tanto melhor quanto mais fielmente reproduzir aquilo que imita.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo II – 2. Expõe os argumentos que procuram refutar a teoria da arte como imitação. (25 pontos)	Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Apresentar contra-argumentos que procuram refutar a teoria da arte como imitação.	Arte como imitação	Apresenta uma refutação da teoria da arte como imitação OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta os contra-argumentos, mas com imprecisões e num discurso pouco coerente.	– Como saber o grau de imitação da obra de arte face ao acontecimento original? – Pode o valor artístico ser reduzido ao grau de imitação da realidade? – Pode uma obra de arte ser considerada menos artística se não reproduzir a realidade?
Grupo II – 3.1. Explica porque é que o autor do texto diz que certos juízos apresentados traduzem uma conceção de arte como expressão. (25 pontos)		Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Apresentar a tese da teoria da arte como expressão.	Arte como expressão	Identifica, sem explicar, um dos aspetos a considerar, mas sem enquadramento teórico OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta os dois aspetos a considerar, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Livros e filmes enquanto obras de arte que permitem ao criador expressar as suas emoções: obras de arte enquanto extensão emocional dos artistas. – Criação artística possibilita consciencialização de emoções: exercício de autoconhecimento.
Grupo II – 3.2. Apresenta as duas objeções do autor do texto em refutação da teoria da arte como expressão. (25 pontos)		Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Formular objeções do autor do texto em refutação da teoria da arte como expressão.	Arte como expressão	Apresenta uma objeção do autor do texto à teoria da arte como expressão, manifestando dificuldades de explicitação OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta as duas objeções do autor do texto à teoria da arte como expressão, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Existência de obras de arte que não expressam qualquer emoção ou sentimento, pelo contrário, resultam de um aturado trabalho de aperfeiçoamento técnico. – Desfasamento eventual entre emoções provocadas pela obra de arte no espetador e aquelas eventualmente sentidas, ou não, pelo artista.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo III – 1. Explica em que consiste, segundo Goodman, o valor cognitivo da experiência estética. (25 pontos)	Conceptualização	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Caracterizar o cognitivismo estético.	Cognitivismo estético	Identifica, sem explicar, um dos aspectos abordados por Goodman OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica os dois aspectos abordados por Goodman, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Diferentes manifestações artísticas e dife- rentes obras de arte constituem um modo alternativo de compreensão da realidade: a arte tem uma função cognitiva. – Experiência estética permite uma cons- ciencialização e um alargamento do conhe- cimento da realidade que nenhuma outra experiência possibilita: formação de um outro olhar face ao mundo.
Grupo III – 2. Estás de acordo com a afirmação "A Internet permite hoje uma massificação da experiência estética"? (15 pontos)	Problemática Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Desenvolver de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal.	Identificar fenómenos de massificação da produção e consumo da experiência estética.	Massificação da experiência estética	Nível 1 3 a 5 pontos Não toma posição OU Apresenta ideias de forma incoerente.	Nível 2 8 a 10 pontos Aborda um dos aspectos, mas sem explicitar e com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Desenvolvimento tecnológico e económico facilitou o acesso a inúmeras expressões artísticas. – Internet disponibiliza <i>online</i> imensas obras de arte a um número muito elevado de su- jeitos.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspectos a trabalhar na aula de correção | aspectos metodológicos e competências a trabalhar

Critério de correção e cotação da FICHA FORMATIVA n.º 7 (pp. 94-95 do Manual)

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos
Grupo I – 1. a. Clarifica o conceito de religião. (6 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Explicitar a noção de religião.	Religião	Refere apenas uma característica OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Sistema de crenças, normas e rituais que possibilitam a ligação entre o humano e o transcendente e que pretendem dar um sentido espiritual ao mundo e à existência humana, incorporando também uma orientação para a vida. – Fenómeno universal, ancestral e plural.
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos
Grupo I – 1. b. Clarifica o conceito de sagrado. (6 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de sagrado.	Sagrado	Clarifica parcialmente o conceito, com imprecisões terminológicas OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Clarifica o conceito, mas com imprecisões terminológicas, sem mobilizar a totalidade da informação pertinente.	Sagrado: mundo sobrenatural em que se crê e ao qual não se tem acesso na experiência quotidiana.
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos
Grupo I – 1. c. Clarifica o conceito de fideísmo. (6 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Clarificar o conceito de fideísmo.	Fideísmo	Identifica, sem explicar, uma das características do conceito OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica e explica uma das características do conceito OU Identifica e explica as características, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	Fideísmo: crença que defende a existência de Deus. De acordo com o fideísmo, não é possível, pela sua transcendência, justificar racionalmente a existência de Deus.
					Nível 1 1 a 2 pontos	Nível 2 3 a 4 pontos	Nível 3 5 a 6 pontos

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1	Nível 2	Nível 3
Grupo I – 2. Escolhe a opção correta. (8 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Definir o conceito de filosofia da religião.	Filosofia da religião	_____	_____	Nível 3 8 pontos
Grupo I – 3. Determina a opção correta. (6 pontos)		Desenvolver capacidades específicas de clarificação conceptual.	Conhecer aspectos caracterizadores das grandes religiões do mundo.	Grandes religiões do mundo	_____	_____	Nível 3 6 pontos
Grupo I – 4. Escolhe a opção correta. (8 pontos)			Explicitar a dimensão normativa da experiência religiosa.	Religião	_____	_____	Nível 3 8 pontos
Grupo I – 5. Articula, num pequeno texto, os conceitos / expressões "rituais", "espaço sagrado" e "vivência coletiva da religião". (20 pontos)	Argumentação Conceptualização	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Articular as noções / expressões "rituais", "espaço sagrado" e "vivência coletiva da religião".	Rituais Espaço sagrado Vivência coletiva da religião	Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
					Apresenta, sem articular, um conceito / uma expressão solicitada OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta, sem articular, dois dos aspectos solicitados OU Apresenta os aspetos solicitados, com fraca articulação e com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Rituais: acontecimentos que pretendem re- forçar a ligação entre o humano e o divino; cerimónias sucessivamente repetidas em dados locais e em certos momentos, nas quais, através de objetos, pessoas, gestos, palavras e emoções, o homem presta culto à ordem transcendente. – Espaço sagrado: espaço forte, significativo e construído, qualitativamente diferente e su- perior ao espaço profano. – Vivência coletiva da religião: congregação do homem, num mesmo espaço sagrado, com vista à partilha da fé, em conjunto, num espaço próprio.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 3 a 5 pontos	Nível 2 8 a 10 pontos	Nível 3 13 a 15 pontos
Grupo I – 6.1. Salienta a dimensão universal e ancestral da religião. (15 pontos)	Conceptualização Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Salientar a dimensão universal e ancestral da religião.	Religião	Apresenta um dos aspectos solicitados OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta os dois aspectos solicitados, mas com imprecisões e num discurso pouco coerente.	– Universalidade: fenómeno global, com ele- vado número de crentes e dispersão geográ- fica acentuada. – Carácter ancestral: origens muito antigas, as- sociadas ao desejo de proteção do homem assim como de explicação dos fenómenos fi- sicos e da existência humana.
Grupo I – 6.2. Justifica a aspiração do homem ao transcendente. (20 pontos)	Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Indicar motivos pelos quais o homem aspira a uma ordem sobrenatural.	Transcendência	Indica, sem explicar, um dos aspectos a considerar, mas sem enquadramento teórico OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Indica dois aspetos a considerar, mas com imprecisões e num discurso pouco coerente.	– Aproximação ao sobrenatural como forma de superação da contingência e da finitude hu- manas: ultrapassagem de sentimentos de sofrimento e confusão; forma de lidar com a imperfeição e o carácter limitado do homem. – Desejo de contacto com uma ordem dife- rente como meio para aumentar a segurança e a paz. – Orientação para o absoluto: dimensão salvi- fica da experiência religiosa.
Grupo I – 7. Mostra como a vivência pessoal da religião não pode prescindir da fé. (20 pontos)	Conceptualização Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Enquadrar a fé na experiência religiosa enquanto vivência pessoal e não mediada com o divino.	Fé Vivência pessoal da religião	Apresenta um dos aspectos a considerar, manifestando dificuldades de explicitação e articulação OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta os dois aspectos a considerar, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Fé: atitude de aceitação e adesão ao sagrado, que compromete o indivíduo com o divino: ati- tude eminentemente pessoal que envolve o sujeito em todas as suas dimensões (agir, querer, sentir e pensar); crença religiosa que oferece um sentido de orientação para a con- duta do sujeito. – Vivência pessoal da religião: comunhão com o sagrado através de uma vivência direta e subjetiva com o divino, crença numa reali- dade absoluta, que tudo pode, que tudo sabe, que está em todo o lado e que é sumamente boa.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo II – 1. Expõe a posição de Kierkegaard face à relação entre a fé e a razão. (25 pontos)	Conceptualização	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa.	Inserir a posição de Kierkegaard na problemática da relação entre a razão e a fé.	Fideísmo	Identifica, sem explicar, um dos aspectos a considerar OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Identifica os aspetos a considerar, mas com imprecisões terminológicas e num discurso pouco coerente.	– Fideísmo: posição sobre a existência de Deus segundo a qual a crença religiosa não carece de fundamentação racional. – Kierkegaard: filósofo que assume uma posi- ção fideísta, pois defende: ser a fé motivo su- ficiente para acreditar na existência de Deus; a incompatibilidade entre a fé e a razão, pois a demonstração racional da existência de Deus corresponde à morte da fé; a aceitação do absoluto divino mesmo quando a razão forneça dados que contrariam a fé.
Grupo II – 2.1. Identifica o argumento a favor da existência de Deus aludido no texto. (10 pontos)	Conceptualização	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Reconhecer a analogia com o argumento formulado por Santo Anselmo.	Argumento ontológico	Não identifica corretamente o argumento.	Identifica corretamente o argumento, mas com imprecisões e num discurso pouco coerente.	Argumento ontológico. (Deus existe, pois é aquele “ser maior sem o qual nada pode ser pensado”, possui todas as perfeições possíveis, logo tem de existir na rea- lidade, pois, se não existisse, não poderia ser “aquele ser maior”).
Grupo II – 2.2. Enuncia a objeção de Gaunilo ao argumento identificado. (10 pontos)	Argumentação	Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Apresentar a objeção de Gaunilo ao argumento ontológico.	Argumento ontológico	Centra-se no exemplo da ilha e não enquadra teoricamente a objeção OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Exploração do exemplo com respetivo enquadramento teórico, mas com algumas imprecisões terminológicas.	Facto de a prova da existência residir na per- feição: a existência não pode ser um aspeto da perfeição, pois é abusivo concluir que algo totalmente perfeito tenha que existir – se a existência é um aspeto da perfeição, bastaria imaginar algo perfeito para que tal coisa existisse.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 6 pontos	Nível 2 10 a 13 pontos	Nível 3 17 a 20 pontos
Grupo III – 1. Explica a resposta de Voltaire tendo em conta o conceito de tolerância religiosa. (20 pontos)	Conceptualização Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Aplicar conceitos na análise e interpretação de textos.	Apresentar a posição de Voltaire face às diferentes vivências religiosas.	Tolerância religiosa	Aborda apenas o conceito de tolerância religiosa. OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Aborda dois dos aspectos a considerar, mas com imprecisões terminológicas e de coerência.	– Tolerância religiosa: aceitação de posições distintas acerca das questões da fé. – Resposta de Voltaire: apesar de se poder considerar que os outros estão errados, a sua opinião deve ser respeitada, nomeadamente no que diz respeito às convicções religiosas. – Reconhecimento do direito de cada um viver de acordo com aquilo que achar melhor.
Grupo III – 2. Enuncia a tese e os argumentos de John Locke em defesa da tolerância religiosa. (20 pontos)	Conceptualização Argumentação	Identificar e aplicar de forma correta conceitos nucleares do programa. Desenvolver de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal.	Explorar a argumentação de John Locke sobre a tolerância religiosa.	Tolerância religiosa	Apresenta apenas um dos aspectos a considerar, sem explicar OU Escreve de forma avulsa, sem articulação.	Apresenta os aspetos a considerar, mas com imprecisões e num discurso pouco coerente.	– Tese: não existe oposição entre a razão e a fé relativamente à aceitação de opiniões religiosas diferentes. – Argumentos: separação de poderes e definição de limites de atuação. – Estado: defender os bens civis e punir os infratores; nada tem a ver com convicções religiosas. – Igreja: não interferir nos bens civis dos indivíduos se professarem uma religião diferente.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspetos a trabalhar na aula de correção | aspetos metodológicos e competências a trabalhar

Grupo I

1. Selecciona a opção correta.

1.1. “A filosofia é uma forma de conhecimento racional através da qual o filósofo procura dar sentido à realidade.” Esta afirmação é:

- a. verdadeira, porque do trabalho do filósofo resultam ideias racionais que se constituem como um conhecimento sobre o mundo, o qual corresponde à dimensão teórica da filosofia;
- b. falsa, porque do trabalho do filósofo não resultam teorias mas apenas orientações práticas, logo a filosofia não tem uma dimensão teórica;
- c. verdadeira, porque, uma vez que o trabalho do filósofo pretende contribuir para a constituição de uma sociedade mais justa, ele esgota-se na dimensão teórica da filosofia;
- d. falsa, porque, uma vez que o trabalho do filósofo pretende levar o ser humano à procura de soluções para a sua ação, a filosofia tem fundamentalmente uma dimensão prática.

1.2. A filosofia é uma atividade:

- a. conceptual, porque produz e analisa conceitos;
- b. empírica, porque uma das suas dimensões orienta o homem na condução da sua vida;
- c. crítica, porque não aceita, sem questionar, conceitos e respostas que parecem confortáveis;
- d. as alíneas a. e c. são ambas verdadeiras.

1.3. Segundo o método discursivo da filosofia:

- A. uma tese é uma argumentação;
 - B. pensar racionalmente significa apresentar as razões que sustentam uma posição;
 - C. um argumento é um ponto de vista acerca duma resposta possível a um problema filosófico;
 - D. um bom argumento não pode ser inconsistente, pois se o for será fraco, logo não convirá à tese que pretenda sustentar.
- a. A. e B. são verdadeiras; C. e D. são falsas.
 - b. B. e D. são verdadeiras; A. e C. são falsas.

2. Sabendo que no mundo existem situações difíceis, lê com atenção as duas formulações que se seguem:

- A. Tem o sofrimento sentido?
- B. Como curar a SIDA?

2.1. Indica a letra cujo enunciado corresponde a uma questão formulada filosoficamente.

2.2. Esclarece as características que a distinguem das questões não filosóficas.

3. Clarifica em que consiste uma argumentação.

Grupo II

António Sérgio, importante ensaísta português da primeira metade do século XX, defende que filosofar não é aprender pensamentos mas aprender a pensar.

1. **Argumenta** a favor da tese defendida por este autor.

Grupo III

Texto A

Os seres vivos foram criados pelos deuses a partir da terra e do fogo. Depois da sua criação, Prometeu e o seu irmão Epimeteu atribuíram aos seres vivos as propriedades que lhes convinham, dando-lhes cascos, asas ou habitações subterrâneas a fim de que todas as espécies pudessem assegurar a sua defesa, cobrindo-os de pelos para os proteger do frio; decidiram que alguns deles seriam presa natural de outras espécies, mas asseguraram-lhes ao mesmo tempo a sobrevivência tornando-os excecionalmente prolíferos. Tudo isto foi realizado por Epimeteu sob a direção do irmão, mas no fim da sua obra aperceber-se-ia de que, inadvertidamente, dispensara aos animais todas as faculdades que tinha ao seu dispor, nada deixando para o homem. Para que o homem não se extinguísse, Prometeu deu-lhe o fogo.

George Thomson (1974). *Os primeiros filósofos*, I. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 27-28.

Texto B

A sabedoria popular, representada pelos ensinamentos dos poetas antigos, começa a ser encarada como inadequada pelas mentes mais despertas: as relações comerciais exigem novas normas de direito e de justiça como base para as trocas; o conhecimento de outros povos origina a convicção de que cada povo e cada raça representam os deuses de maneira diferente; em suma, abre-se caminho à convicção de que a interpretação do Universo e da convivência humana deve assentar em bases inteligíveis e racionais.

J. M. Navarro Cordon e Tomas Calvo Martinez (1998). *História da filosofia*, vol. 1. Lisboa: Edições 70, pp. 15-16 (adaptado).

1. **Identifica** o tema de cada texto, dando um título a cada um deles.
2. **Caracteriza** o tipo de pensamento a que se refere cada um deles, explicitando de que forma as interrogações e o pensamento dos primeiros filósofos são expressão da atitude e do questionamento filosóficos.
3. Tendo em conta quem foram os primeiros filósofos, **seleciona**, das afirmações que se seguem, as que são corretas.
 - A. Anaximandro e Anaxímenes são filósofos gregos pitagóricos que consideravam que o universo era explicável por princípios matemáticos.
 - B. Heraclito, fundador do atomismo, vê no fogo o primeiro princípio e defende que toda a realidade consiste numa substância única e imóvel, o ser.
 - C. Parménides discorda de Heraclito, pois para ele o movimento é impossível.
 - D. Sócrates, famoso discípulo dos sofistas, ensinava, na praça pública, a arte da retórica.
 - E. Platão, discípulo de Sócrates, fundou a Academia e apenas reconhecia a razão como o único meio disponível aos homens para a obtenção da verdade absoluta.
 - F. Aristóteles, ao centrar toda a sua obra nos problemas da cidade e do homem, deu continuidade à máxima de Protágoras.

Critério de correção e cotação da FICHA SUMATIVA

Escola

Turma

Data

Competências linguísticas: escreve de modo claro, articulado e coerente, utilizando um vocabulário com um grau de abstração apropriado, interpreta corretamente os documentos apresentados (a aplicar em todas as questões de resposta curta, intermédia ou longa, com variações até aos 3 pontos; em caso de resposta nula em conteúdos, não há atribuição de pontuação).

Questão / cotação	Competências avaliadas	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho (as variações de pontos dizem respeito à aplicação dos critérios relativos às competências linguísticas; a penalização nas cotações, pela insuficiência nas respostas, obedece aos descritores de nível)		
					Nível 1 10 pontos	Nível 2 20 pontos	Nível 3 40 pontos
Grupo I – 1. Seleciona a opção correta. (40 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos. Desenvolver atividades específicas de clarificação.	Caracterizar a filosofia como uma atividade racional com duas dimensões: teórica e prática. Clarificar porque é a atividade filosófica uma atividade crítica.	Filosofia Razão Argumentação	Assinala corretamente uma opção.	Assinala corretamente duas opções.	Opções corretas: 1.1. a); 1.2. d); 1.3. b)
Grupo I – 2.1. Indica a questão filosófica. (5 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Distinguir questões filosóficas de questões não filosóficas.	Questão filosófica	Nível 1 _____	Nível 2 _____	Nível 3 5 pontos Opção correta: Letra A.
Grupo I – 2.2. Esclarece as características que distinguem as questões filosóficas das não filosóficas. (25 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos. Desenvolver atividades específicas de clarificação conceptual.	Determinar as características específicas das questões filosóficas. Distinguir as questões filosóficas das não filosóficas.	Questão filosófica	Nível 1 4 a 7 pontos Esclarece corretamente uma ou duas das características OU Esclarece as características com muitas imprecisões.	Nível 2 13 a 16 pontos Clarifica corretamente duas das características OU Clarifica todas as características com imprecisões.	Nível 3 22 a 25 pontos – Englobantes: análise global da realidade e da relação com o homem; significado dos saberes fragmentados. – Não empíricas: respostas obtidas por reflexão racional e não através de experiências. – Abertas: possibilidade de respostas diversas. – Discussão racional: necessidade de discussão das múltiplas respostas.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 4 a 7 pontos	Nível 2 13 a 16 pontos	Nível 3 22 a 25 pontos
Grupo I – 3. Clarifica em que consiste a argumentação. (25 pontos)	Conceptualização	Adquirir de forma progressiva e correta os conceitos instrumentais da filosofia.	Explicitar em que consiste uma argumentação filosófica.	Argumentação Tese Argumento Contra-argumento	Clarifica corretamente um dos conceitos OU Clarifica os conceitos com muitas imprecisões.	Clarifica corretamente dois dos conceitos OU Clarifica todos os conceitos com imprecisões.	– Argumentação: conjunto de tese, argumen- tos e contra-argumentos. – Tese: posição, perspetiva, ponto de vista, teo- ria que responde a um problema filosófico. – Argumento: proposição que tem por objetivo sustentar, suportar uma teoria. Contra-argumento: proposição que pretende mostrar que uma determinada teoria não é uma boa resposta ao problema colocado.
Grupo II – 1. Argumenta a favor da tese defendida por António Sérgio. (35 pontos)	Argumentação	Utilizar de forma progressiva e correta conceitos instrumentais da filosofia. Desenvolver de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal.	Compreender a importância do aprender a filosofar para o desenvolvimento de um pensamento autónomo.	Filosofia Razão	Apresenta dois argumentos de forma correta OU Apresenta três argumentos com muitas imprecisões.	Apresenta três argumentos de forma correta OU Apresenta todos os argumentos com imprecisões.	– Tese: filosofar é aprender a pensar por si pró- prio. – Aprender pensamentos: conhecer ideias e teorias dos filósofos (o pensamento dos ou- tros). – Aprender a pensar: desenvolver uma atitude crítica face à realidade, aos outros e a si pró- prio; aprender a questionar as diferentes fon- tes de autoridade, incluindo o pensamento dos filósofos estudados; adquirir competen- cias reflexivas, críticas e racionais para me- lhor orientação na vida prática; desenvolver um pensamento autónomo.
Grupo III – 1. Identifica o tema de cada texto dando um título a cada um deles. (20 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos.	Situar o nascimento da filosofia na Grécia Antiga.	Filosofia	Identifica um tema com muitas imprecisões.	Identifica um tema de forma correta OU Identifica os dois temas com imprecisões.	Tema do texto A: a origem do fogo de acordo com o mito. Tema do texto B: a emergência do pensamento racional.

Questão / cotação	Compe- tências avalia- das	Critérios de avaliação	Objetivo(s) específico(s)	Conceitos	Critérios de correção / cotações / níveis de desempenho		
					Nível 1 5 a 10 pontos	Nível 2 15 a 20 pontos	Nível 3 25 a 30 pontos
Grupo III – 2. Carateriza o tipo de pensamento a que se refere cada texto, explicitando de que forma as interrogações e o pensamento dos primeiros filósofos são expressão da atitude e do questionamento filosóficos. (30 pontos)	Conceptualização	Clarificar conceitos filosóficos. Utilizar de forma progressiva e correta conceitos instrumentais da filosofia.	Distinguir o pensamento mítico do pensamento racional.	Filosofia	Apresenta apenas dois dos argumentos de forma correta. OU Apresenta todos os argumentos com muitas imprecisões.	Apresenta quatro dos argumentos de forma correta. OU Apresenta todos os argumentos com alguma imprecisão.	Pensamento mítico: – narrativas tradicionais dos poetas acerca dos deuses, dos homens e do mundo, tidas como verdadeiras; – tipo de explicação que depositava o destino do mundo e do homem na vontade dos deuses; – atitude intelectual não racional. Pensamento racional: – progressivo afastamento das explicações mitológicas; – emergência gradual duma razão crítica; – existência, desde o início, de diversidade de respostas face aos problemas; – retoma, por sucessivos pensadores, de teorias e concepções já abordadas pelos primeiros filósofos gregos.
Grupo IV – 1. Seleciona as afirmações corretas. (20 pontos)		Clarificar conceitos filosóficos.	Apreender as características essenciais do pensamento dos primeiros filósofos.	Filosofia	Nível 1 _____	Nível 2 10 pontos	Nível 3 20 pontos
						Assinala corretamente uma afirmação.	Afirmações corretas: C. e E.

Relatório: apreciação dos resultados obtidos | aspetos a trabalhar na aula de correção | aspetos metodológicos e competências a trabalhar